

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E DEZOITO:**=====

===== Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, pelas nove horas e trinta minutos, na **Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro**, reuniu, em **Sessão Ordinária**, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Helena Maria Dinis dos Santos**, Secretariada por **Manuel José Tavares Soares – Primeiro Secretário** e **Maria Isabel Santos Barbosa – Segunda Secretária**, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ==

- 1- **1º Período de intervenção do Público** =====
- 2- **Informações gerais** =====
- 3- **Período de Antes da Ordem do Dia** =====
- 4- **Período da Ordem do Dia** =====
- 5- **2º Período de intervenção do Público** =====

**Pontos da Ordem do Dia:**

===== **Ponto um:** Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 24 de fevereiro de 2018; ==

===== **Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município; =====

===== **Ponto três:** Certificação legal das contas do Município – Relatório e parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Conhecimento e apreciação; =====

===== **Ponto quatro:** Documentos de Prestação de Contas Individuais 2017 - Apreciação e votação; =====

===== **Ponto cinco:** Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2017 – Aprovação; =====

===== **Ponto seis:** 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2017 – Aprovação; =====

===== **Ponto sete:** Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2017 - Após encerramento das contas municipais – Apreciação; =

===== **Ponto oito:** Proposta de Suspensão de Aplicação do Plano de Saneamento Financeiro (PSF) – Aprovação; =====

===== **Ponto nove:** Minuta de Protocolo de Cooperação e Acolhimento a celebrar com a D'Orfeu – Aprovação; =====

===== **Ponto dez:** Comissão de Toponímia – criação e designação; =====

===== **Ponto onze:** Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida – Subsídios – Aprovação; =====

===== **Ponto doze:** Alteração do Plano Diretor Municipal – Adequação ao Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas – Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública – Aprovação; =====

===== **Ponto treze:** Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística de Operações Conexas – Aprovação; =====

===== **Ponto catorze:** Reconhecimento de interesse público municipal da empresa “Pedreira de Pizões – Inertes para a Construção Civil e Obras Públicas, Lda.” no âmbito do D.L. nº 165/2014, de 5/11 – Pedido de Certidão – Aprovação; =====

===== **Ponto quinze:** Reconhecimento de interesse público municipal da empresa “Pedreiras Sacramento, SA” no âmbito do D.L. nº 165/2014, de 5/11 – Pedido de Certidão – Aprovação; =====

===== **Ponto dezasseis:** Alteração ao Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança – Aprovação de Início de Procedimento; =====

===== **Ponto dezassete:** Recomendar à Câmara Municipal, para que delibere a participação do Município de Oliveira de Azeméis na ANAM, designando a Presidente da AM como a representante do Município na ANAM e na sua ausência ou impedimento, um Secretário.

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Socialista (PS):** Bruno Armando Aragão Henriques, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Bruno Miguel da Silva Costa, José Manuel Marques Ribeiro, Raquel Marília Tavares Faria, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, Márcia Oliveira Gomes, João Pedro Santos Costa, Carla Sofia da Silva Brandão, Nuno Miguel Soares de Jesus, Rosa Maria de Castro Rodrigues, Simão da Costa Godinho, Bernardo Amaro Moreira Simões, António Marques Silva, Óscar José Santos Teixeira e Adriano José Moreira Pinto. =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** João Pedro Queirós Xará, Albino Valente Martins, Helga Alexandra Freire Correia, António Luís da Fonseca e Grifo, Domingos Baltar Ferreira de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Filipa Tavares Lopes de Pinho, António Ilídio Martins Godinho, Bruno Moreira Rodrigues, José da Silva Queirós, José Rodrigues Santos, Florbela Neves da Silva e Manuel Rebelo da Costa. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** Jorge Paulo de Melo Pereira, Maria Helena da Silva Moreira e Susana Mortágua Gomes. =====

===== **Independente:** Pedro Miguel da Silva Barbosa. =====

===== A Senhora Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: João Pedro Queirós Xará que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, Carlos Costa Gomes; Ana Filipa Tavares Lopes de Pinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido, Célia Maria Fernandes Sá; Pedro Miguel da Silva Barbosa que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, Augusto Moreira da Silva; Adriano José Moreira Pinto que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, Manuel Alberto Marques Dias Pereira, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início à Sessão declarando: =====

=====  
 “Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Senhores funcionários da Câmara Municipal que apoiam esta Assembleia, Comunicação Social, público aqui presente - muito bom dia a todos. Vamos dar início a esta Sessão Ordinária de 28 de abril de 2018. Seguindo a ordem de trabalhos começamos pelo 1º Período de Intervenção do Público.” =====

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==

=====  
 Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição da Senhora Ana Isaura Florêncio Costa e do Senhor António Matias. =====

=====  
 A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Ana Isaura Florêncio Costa**. =====

=====  
 “Bom dia a todos os presentes, Venho falar de uma questão que muito preocupa e mexe no bolso dos oliveirenses, que o PCP tem denunciado aqui em Oliveira de Azeméis através da campanha “Água privada, água mais cara”. Nesta campanha temos ouvido a população sobre a falta de saneamento, sobre o aumento da água e sobre a poluição que isto acarreta para o nosso concelho. Embora a Câmara anuncie estar a começar obras para alargamento do saneamento, venho colocar o seguinte: Será legítimo que os investimentos financeiros necessários para o alargamento do saneamento sejam da responsabilidade da autarquia, quando é a INDAQUA que tem os benefícios financeiros? Vamos dar aqui um exemplo concreto: Na Rua Bento Landureza, no centro da cidade, há habitantes que pagam taxa de saneamento na fatura da INDAQUA, mesmo não tendo saneamento ligado. Depois, quando ligam à Câmara para virem despejar a sua fossa séptica ainda têm de pagar por este serviço à autarquia, sendo duplamente penalizados. A) Sr. Presidente, a Câmara é conhecedora desta situação? B) Além deste, tem identificados outros casos? C) Que medidas é que a Câmara está a tomar para resolver este assunto? Aquando da concessão havia a promessa de que tarifas da água e saneamento a cobrar pela INDAQUA seriam socialmente comportáveis, tendo em conta as dificuldades económicas das famílias e a inflação. Só de 2017 para 2018 esse aumento foi de 6%. O que pensa a autarquia fazer em relação a isto? Como é possível, pessoas desempregadas, com baixos rendimentos, pedirem a isenção de taxas à INDAQUA e estarem há mais de seis meses sem resposta, mesmo que a isenção já lhes tenha sido atribuída nas taxas do serviço nacional de saúde, onde as finanças já comprovaram a sua insuficiência económica. Além disso, se, entretanto, essa isenção lhes for atribuída, não terão efeitos retroativos. Senhor Presidente, será que a INDAQUA não tem o dever de devolver as importâncias pagas indevidamente? É do conhecimento de todos a poluição existente nos nossos rios por descargas de empresas, e até das ETAR's, diretamente para os rios. Além disso, os próprios carros da INDAQUA despejam diretamente nos matos privados. O que já foi feito no sentido de resolver este problema? Perante o relatado, está bom de ver que ou há uma resolução urgente dos problemas, ou será preciso ir para os tribunais (tal como qualquer entidade que queira proteger os seus interesses faria). Admite esta possibilidade? Por fim, depois de todos estes anos e da experiência manifestamente ruínosa que tem sido a concessão à INDAQUA, perguntamos se o executivo do

*PS está disponível para seguir o exemplo de cidades mais avançadas na Europa e no mundo e fazer regressar à esfera pública o controlo da questão da água e dos resíduos? Obrigada.”* ===  
===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*  
===== *“Muito bom dia a todos. Senhora Presidente da Assembleia Municipal e demais elementos da Mesa, caros colegas do Executivo, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, caros funcionários da autarquia, órgãos de Comunicação Social, minhas senhoras e meus senhores, caras e caros oliveirenses. Em relação à questão que nos foi colocada por esta município: é evidente que esta é uma questão tremendamente preocupante e temo-lo afirmado ao longo de todos estes anos. Julgo que é uma questão que preocupa transversalmente todos os oliveirenses. É preciso esclarecer uma situação: nós nunca dissemos que a rede de saneamento estava a ser expandida, e aquilo que está a ser feito neste momento é apenas o cumprimento do plano de investimentos que a concessionária se tinha comprometido a fazer. O nível de execução desse plano de investimentos era muito baixo e neste momento aquilo que está a acontecer, em resultado das conversas que temos tido e da pressão que temos exercido sobre a concessionária é, digamos, um ritmo de obra para a concretização da rede de saneamento. Neste momento, existe por parte do executivo uma atenção clara a esta questão e àquilo que é o plano de investimentos da concessionária e do que está a acontecer nas diferentes frentes de obra é que tudo está a correr a bom ritmo com os prazos/cronograma que com a INDAQUA estabelecemos para a execução desses investimentos. É evidente que manifestou aqui um conjunto de preocupações que são muito grandes, como por exemplo a poluição dos nossos rios, da pressão que nós exercemos sobre os nossos recursos hídricos e também aquilo que são as descargas em terrenos privados. Bom, as descargas em terrenos privados, são feitas pela INDAQUA e são autorizadas. Não são feitas no meio dos campos. São feitas em coletores próprios que estão identificados e definidos. Não é, digamos assim, permitido que em outros locais, para além desses, essa descarga seja possível. Quero, no entanto, esclarecer que é da responsabilidade da Câmara Municipal todas e quaisquer sanções que venham a ser aplicadas, seja pela Agência Portuguesa do Ambiente, seja pela Brigada do Ambiente, porque essa é uma das condições que existe no caderno de encargos. Ou seja, independentemente de termos uma concessionária, independentemente de termos atribuído a uma concessão a rede de água e saneamento, o que é facto é que todos os problemas que decorram do facto de não termos rede, são problemas que são da responsabilidade da Câmara Municipal. Faz algum sentido que assim seja, porque não faz sentido que um privado seja responsabilizado por um conjunto de coimas que resultam de uma rede deficiente que recebeu. Em relação à questão que colocou da cobrança indevida da taxa de recolha de águas residuais, quando não existe infraestrutura disponível, é evidente que esse é um problema, um lapso que tem que ser resolvido como todos os lapsos. Portanto, aquilo que o município deve fazer é dirigir-se à INDAQUA e reclamar dessa situação para que esta possa ser resolvida. Nós temos conhecimento de algumas situações desses casos e aquilo que os municípios têm feito é reclamar junto da instituição e julgo que isso tem acontecido –*

*obrigatoriamente tem que acontecer. Em relação à questão das tarifas foi dito sim – que eram tarifas que tinham que ser socialmente comportadas. Mas, isto não significa que os preços não aumentem, em alguns casos até de uma forma substancial. Porquê? Porque, também da mesma forma e como sempre foi dito, reiteradamente, nós não somos produtores da matéria-prima... Nós não produzimos água, não temos centro de captação própria e compramos a água. O que acontece é que o preço da água aumenta e a reflexão desses aumentos tem que ser feita, neste caso através do tarifário, sob pena de colocar em causa o equilíbrio financeiro da concessão. Para além disso, e para além da reflexão dos aumentos naturais na matéria-prima que acabam por ter reflexão no tarifário, no próprio caderno de encargos estavam previstos um conjunto de aumentos de forma a equilibrar e a compensar a concessionária pela gestão e exploração da rede. Estavam previstos aumentos de 5% ao ano – no 3º, 4º e 5º anos. Portanto, é isso que se tem verificado, para além dos aumentos correspondentes à inflação que todos os anos têm também reflexo no preço. Há aqui um conjunto de questões que contribuem cumulativamente para a formação de uma tarifa que não é socialmente comportável; é uma tarifa que corresponde a um conjunto de fatores/inputs que determinam o seu preço. Apesar de existir uma fórmula que o define, existem estes fatores externos que acabei de referir, mais estes fatores que estão previstos no caderno de encargos que contribuem para a sua formulação. É isso que tem acontecido. A questão mais complexa de todas que a Isaura colocou tem a ver com levar a INDAQUA a tribunal em relação a estas questões, fazer regressar à esfera pública a gestão e exploração da rede de água e saneamento, ou seja, municipalizar este serviço. Essa é uma questão que eu preferia não abordar agora. É uma questão técnica e juridicamente complexa. É uma questão que nós, naturalmente, analisamos e percebemos, mas aquilo que nos é possível fazer é, caso a concessionária não cumpra as obrigações que estão previstas no caderno de encargos, obrigarmos a concessionária a cumprir; por isso é que temos uma Comissão de Acompanhamento, na qual a Câmara tem a responsabilidade de ter um elemento cuja função é precisamente perceber se aquilo que a concessionária é obrigada a fazer está ou não a fazer, e nessa perspetiva nós podemos obrigar a concessionária a introduzir as correções necessárias. Decidirmos de uma forma unilateral avançar para um resgate de outro modelo qualquer, não tem que ser o resgate da concessão, é evidente que é um assunto complexo; um assunto que se não for devidamente avaliado e devidamente equacionado, poderá transformar-se num problema financeiro seríssimo para o erário público, neste caso concreto, para a autarquia de Oliveira de Azeméis. Seria um problema que teria que ser pago por todos nós, portanto aquilo que eu tenho para dizer sobre essa matéria, é exatamente o que eu já disse no passado: estamos permanentemente atentos a esta questão e permanentemente disponíveis para analisar todas as dimensões desta concessão. Para terminar, dizer que a nossa determinação e foco é na expansão da rede de água e saneamento. Essa é que é a nossa preocupação, nós somos o segundo pior concelho do país em termos da taxa de cobertura da rede de saneamento. Esse é um facto que nos deve preocupar a todos, porque afeta a nossa competitividade, é um problema ambiental sério e um problema de saúde pública muito grave. Nesta perspetiva temos que reunir*

a concentração, esforço e os contributos de todos, para que resultem no estudo e na possibilidade de os transformarmos rapidamente numa realidade com números normais e dignos que nos permitam dizer que o nosso território está ao nível dos melhores. Este é o trabalho que temos que fazer, que estamos a fazer, foi esse o nosso compromisso. Agora, é evidente que estamos a falar de recursos financeiros substanciais e todos já ouvimos falar repetidamente em valores na ordem dos 55 a 60 milhões de euros, para cumprirmos apenas parte do problema e não a totalidade do problema. Como compreendem, e mais para a frente perceberão ainda de maneira mais óbvia, quando nós temos por ano 3 a 4 milhões de euros para investir, facilmente se percebe que esse problema demoraria décadas a resolver. Portanto, a solução terá que ser outra, temos que atalhar caminho, temos que ser muito mais inventivos, objetivos. É isso que estamos a fazer, peço-vos que acreditem nisto que vos estou a dizer. Obrigado.” =====

===== Pela **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== “Muito obrigada pela resposta, Senhor Presidente. A questão era complexa, portanto a resposta teve que ser longa, mas penso que respondeu a todas as questões.” =====

===== A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Matias**. =====

===== “Bom dia. Antes de abordar o tema que aqui me traz - a minha rua -, vou fazer uma citação. Todo o mundo se lembra de Churchill e da Segunda Guerra Mundial onde ele disse: “Nunca tantos deveram tanto a tão poucos.” Eu não quero imitar o Churchill, longe disso. Mas, quero expressar a minha opinião sobre o tema dizendo-vos que na minha rua nunca foram tão poucos a incomodar tantos. Isto vem a propósito de quê? Durante o ano 2017 eu tive - desculpem a palavra -, uma luta sobre o ruído na minha rua. Um ano... Felizmente, no final desse ano a coisa ficou mais ou menos resolvida. Mas é uma vitória triste, é uma vitória demorada, até porque a solução foi ridícula. Eu não quero estender-me aqui sobre o tema, mas gostaria de lembrar a esta Assembleia que o que mais me impressionou durante esse ano que passou, foi a passividade das nossas instituições e inclusive dos meus vizinhos... Mas, porque é que eu estou, hoje aqui? Eu queria motivar esta Assembleia e os seus membros para que no futuro estejam mais atentos, mais comprometidos, mais envolvidos com os regulamentos que nos regem. Porque, foi outra experiência interessante que eu tive este ano. Só para vos dar um exemplo, o regulamento de ruído tem 28 páginas e eu apelava para que as coisas fossem claras. Que a linguagem fosse clara... Eu que sou medianamente letrado tive dificuldades para entender este regulamento. De qualquer forma faço um apelo para que os regulamentos sejam mais simples, mais claros, com um português claro, um português que qualquer pessoa entenda. Recordo-me de uma coisa que aprendi no Brasil, com a IBM do Brasil – uma empresa enorme. Sabiam que ela tem 5 mil palavras que todos os funcionários são obrigados a usar? E que têm declaradamente escritos alguns verbos de ação que eles são obrigados a usar? Não podem ser eufemismos, têm que ser coisas claras. Outra coisa era que esses regulamentos tivessem também um objetivo claro. Eu tomo a liberdade de ler o objeto, nem é um objetivo, não tenho nada contra isso... Então essa história do ruído começa assim – cito: “O presente Regulamento

*disciplina e desenvolve as disposições do Regulamento Geral do Ruído, dentro das competências legalmente atribuídas ao Município de Oliveira de Azeméis, estabelecendo as normas e procedimentos destinados a prevenir o ruído e a controlar a poluição sonora, nomeadamente, as medidas destinadas à minimização dos incómodos causados pelo ruído resultante de quaisquer atividades ruidosas, por forma a salvaguardar a saúde humana e o bem-estar da população do concelho, residente e frequente, em toda a área territorial do Município de Oliveira de Azeméis.” É realmente um português bonito, mas para mim em 2017, não disse nada. Outra coisa que se passou e eu queria dizer é que deviam evitar, ou pelo menos refletir ao conceberem esses regulamentos, aliás eu estou sabendo que o atual executivo, que merece toda a minha confiança, está a rever todos esses regulamentos. Não sei quando é que estará pronto, mas isso já é problema do executivo. Mas também, é o lado positivo da questão. Mas, acho que deviam refletir sobre outra coisa, que é: Porque é que eu ainda tenho que pagar para ter um serviço? Vocês sabem do que é que eu estou a falar. Outra coisa: nesse regulamento, seria de pensar no licenciamento de estabelecimentos. Basicamente é um bar que tem lá nas vizinhanças... No licenciamento de qualquer estabelecimento... Aliás esse SIMPLEX que todo o mundo adorou, é tudo muito bonito, mas esqueceram-se de uma coisa, dar formação a quem tem esses estabelecimentos que porventura possam fazer ruído para que eles assumam uma atitude de pessoas competentes e à altura de terem um estabelecimento que produz ruído. Eu não tenho nada contra o ruído, mas as pessoas deviam saber quais as consequências disso. Só mais um detalhe: foi uma semana cheia de comemorações do 25 de Abril.... Mas há uma coisa que todos nós devíamos pensar: o 25 de Abril dá direitos, mas também dá deveres. E nós temos esquecido muito os deveres. Muito obrigado.”*

*===== Pela **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====  
===== “Muito obrigado, Senhor António Matias. Eu não vou ler agora o artigo que entregou, senão o tempo começa a ficar escasso. Colocou questões variadas e com certeza pertinentes, não fez propriamente uma pergunta, mas pergunto ao Senhor Presidente ou a algum Vereador se querem comentar a intervenção deste cidadão.” =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== “Senhora Presidente, de forma muito breve, agradecer a intervenção do Senhor António Matias e dizer que concordo com ele em relação à necessidade urgente de introduzirmos clareza, simplicidade, inteligibilidade, digamos assim, nos nossos regulamentos. Efetivamente os nossos regulamentos são muito complexos, mas muitas vezes têm que incluir a complexidade do clausulado jurídico que obriga a que ele esteja plasmado nos próprios regulamentos. Mas faz todo o sentido que de certa forma traduzam aquilo que nós queremos dizer para que os munícipes facilmente possam interpretar e os destinatários possam interpretar aquilo que nós pretendemos. Concordo em absoluto que devemos ter regulamentos simples e facilmente interpretáveis. Estamos a olhar com toda a atenção para a maioria dos regulamentos que temos e muitos deles não têm atualizações há vários anos. Hoje, na nossa ordem de*

trabalhos desta Assembleia, temos a alteração de dois regulamentos, no ponto 12 e no ponto 13. Em relação a esse Regulamento do Ruído aquilo que me foi dado a perceber tem a ver com o facto de que é imputada ao requerente da inspeção do nível de decibel do estabelecimento, ou seja do ruído que o estabelecimento está a produzir. O custo dessa fiscalização que depois será ressarcido se o reclamante tiver razão. Aquilo que nós vamos assegurar com o novo regulamento de ruído é que todos os bares serão obrigados a terem internamente medidores de ruído para que eles próprios tenham oportunidade de monitorizar o nível de ruído que estão a provocar e se esse ruído está a exceder os limites legais que são permitidos. Portanto, essa é uma das obrigatoriedades que vai passar a existir no novo regulamento de ruído municipal. Assim, dentro de pouco tempo – espero eu -, teremos a possibilidade de termos regulado também esse aspeto. É só. Muito obrigado.”

=====  
 ===== Pela **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====  
 ===== “Muito obrigada, Senhor Presidente. Penso que estão respondidas as questões do Senhor António Matias. Não havendo mais nenhum inscrito neste 1º período do público, passamos ao segundo ponto da ordem de trabalhos, sobre informações gerais.” =====

===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====  
 ===== Pela **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====  
 ===== “Eu agradecia que me fizessem chegar a folha de presenças, porque quero retificar algumas substituições e também pedia que deixassem permanecer na mesa as folhas de inscrições do 2º Período de Intervenção do Público. Passo a informar que a Senhora Ana Filipa Tavares Lopes de Pinho substitui a Deputada Célia Sá; O Deputado Carlos Costa Gomes fez-se substituir por João Pedro Queiroz Xará; O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar – Senhor Augusto Moreira que se está a fazer representar pelo tesoureiro da Junta – Senhor Pedro Miguel da Silva Barbosa; o Presidente da União de Freguesias Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail – Senhor Manuel Alberto Pereira, que se fez substituir pelo Senhor Adriano José Moreira Pinto. Uma vez que já anunciei todas as substituições, passo agora a informar que recebi no dia 1 de março de 2018 do Senhor Presidente da Câmara informação sobre a resposta dada às questões colocadas pelo Senhor Deputado Jorge Pereira na última Assembleia e que estavam relacionadas com a INDAQUA. Sobre informações gerais penso que não tenho mais nada de especial a comunicar. Assim, iniciamos o “Período de Antes da Ordem do Dia”. Pedia que me entregassem as inscrições, mas antes, enquanto o fazem, já tenho aqui na mesa vários votos de pesar. Portanto, passava a ler os mesmos. Voto de pesar pelo falecimento do Senhor **António Pinheiro Rodrigues**: “Os membros da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. António Pinheiro Rodrigues, Presidente da Associação de Cicloturismo do Centro. Num momento sempre difícil, endereçamos à sua família sentidas condolências.” Voto de pesar pelo falecimento do Senhor **Ramiro Ferreira Alegria**: “Ramiro Ferreira Alegria nasceu em 7 de janeiro de 1925, em Oliveira de Azeméis. Filho de Arlindo Ferreira Alegria e Alcide Marques Alegria. Casado com Maria da Natividade Tavares de Almeida Alegria e pai de

*três filhas. Depois de concluídos os estudos que deixou por razões familiares iniciou a vida profissional como funcionário do Tribunal de Contas, em Lisboa, lugar que ocupou entre 1949 e 1950. Em 1951 instalou-se no Porto, para assumir o lugar de encarregado da secção de pessoal de uma unidade industrial. E em 1952, altura em que regressou a Oliveira de Azeméis, assumiu o cargo de gerente da oficina de automóveis “Sousas Pinho”, que ocupou até 1983. Em paralelo à sua vida profissional Ramiro Alegria desenvolveu uma longa atividade no corpo de Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. Entrou para a corporação em 1960, sendo nomeado 1º Comandante em 13 de agosto de 1960, função que desempenhou até 18 de novembro de 1988, altura em que pediu passagem ao quadro honorário. Nos dois últimos anos de serviço acumulou o comando dos bombeiros coma presidência da Câmara. Em 1962 contribuiu para a criação da Federação dos Bombeiros do Distrito de Aveiro, da qual viria a ser Presidente. Foi também dirigente a nível nacional, como Presidente do Conselho Fiscal da Liga dos Bombeiros Portugueses e Vogal da Mesa dos Congressos da mesma associação. Nos bombeiros oliveirenses acompanhou todo o processo de reconstrução e ampliação do quartel que viria a ficar concluído em junho de 1977. No ano de 1978 fez parte do núcleo instalador da secção de Fajões dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis, que se viria a tornar uma corporação autónoma em 1982. Desenvolveu ainda um sistema de elevação de águas de grandes profundidades com vista a facilitar o abastecimento aos corpos de bombeiros, que foi adotado por várias corporações. Da sua imensa atividade cívica destacam-se os dois mandatos de Ramiro Alegria como presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a exemplaridade do serviço público sempre norteado pelos mais altos valores sociais, morais e humanos; as inúmeras obras e serviços de que foi responsável e dinamizador; a reorganização e a primeira vaga de informatização dos serviços que ajudaram a mudar o concelho de Oliveira de Azeméis. Ramiro Alegria deixa um legado que não será esquecido, como cidadão oliveirense ligado às mais elevadas causas: Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e uma vida ligada à causa pública. Face ao exposto, o PSD, ao qual se associam o PS e CDS, endereçam as mais sentidas condolências à sua família e propõem um voto de pesar ao Comandante e Presidente Ramiro Alegria e um minuto de silêncio em sua memória.” Voto de pesar pelo falecimento do Senhor **José Alves**: “José Alves da Silva nasceu em Codal – Vale de Cambra a 19 de março de 1940 e faleceu em Ossela poucos dias antes de completar 78 anos. Tornou-se filho adotivo de Ossela pelo casamento, aqui desenvolveu uma intensa atividade cívica a par de uma vida profissional não menos preenchida. Teve dois filhos e dois netos. Profissionalmente foi gerente industrial e comercial de várias empresas, mediador de seguros e promotor de negócios do Finibanco. Mas a sua grande notoriedade está na dedicação de uma vida inteira à causa pública. Exerceu oito mandatos à frente da Junta de Freguesia de Ossela e um de secretário da Assembleia Municipal. Pelo meio ainda foi vereador da Cultura, Desporto e Turismo da Câmara Municipal com uma ação notória de apoio às coletividades. Na atividade político-partidária foi um militante do PPD desde a primeira hora, tendo sido um dos fundadores da Comissão Política Concelhia e*

*pertencendo ao Concelho Distrital do partido. José Alves participou muito tempo e até ao seu desaparecimento no associativismo local e regional. Foi sócio fundador do Grupo Cultural e Recreativo de Ossela, membro dos órgãos diretivos da União Desportiva Oliveirense, membro fundador e presidente da Assembleia Geral da Associação de Cicloturismo do Centro, diretor das Associações de Jogos Tradicionais do Distrito de Aveiro dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro. Na área social e religiosa, José Alves da Silva pertenceu aos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis e foi membro da Conferência Vicentina e da Comissão da Fábrica da Igreja de Ossela. No campo da comunicação social foi fundador da Cooperativa Procaima que esteve na génese da Rádio Voz do Caima e do Jornal de Ossela e Terras do Caima. José Alves da Silva foi figura marcante da vida oliveirense pelo seu voluntarismo e dedicação à vida autárquica e à vida associativa. Pelo facto, o Grupo Municipal do PSD, a quem se associam o do CDS e do PS, apresentam condolências à família e em conjunto propõem a esta Assembleia um voto de pesar e um minuto de silêncio em sua memória.” Voto de pesar pelo Senhor **Luís Nogueira**: “Luís António Martins Nogueira nasceu no lugar da Carvalhosa, freguesia de Ossela e faleceu esta semana com 79 anos. Era casado, tinha dois filhos e três netos. Profissionalmente, foi metalúrgico. Militante do PSD desde a sua fundação, foi o primeiro autarca de Ossela, após o 25 de Abril, tendo sido nomeado Presidente da Comissão Administrativa da Junta, cargo que exerceu desde finais de 1974 até às eleições de 1976. Reconhecido pelos serviços prestados à população osselense, a bancada do PSD secundada pela do CDS e pela do PS, associa-se ao luto da família e propõe um voto de pesar e um minuto de silêncio em sua memória.” Dava, agora, a palavra ao Deputado **Jorge Melo** para que lesse o voto de pesar pelo falecimento do Doutor **António Vieira Dias**.” =====*

===== “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os meus cumprimentos. Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes.” “No dia 14 de abril faleceu o Dr. António Alberto Vieira Dias, figura destacada do nosso concelho e que militou no CDS desde sempre. Dotado de enorme sensibilidade e compreensão, colaborou incessantemente para o engrandecimento da concelhia de Oliveira de Azeméis do CDS, chegando a representar o partido na Assembleia da República. Foi durante vários mandatos membro da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis sendo de realçar, entre outros, o excelente trabalho que realizou como chefe da Comissão de Toponímia. Neste domínio da intervenção política, sempre adotou uma postura construtiva de propor soluções que tornassem Oliveira de Azeméis em particular e Portugal em geral, um local mais moderno e desenvolvido. Os seus discursos feitos de improviso, eram sempre carregados de paixão, de fortes convicções humanistas, deixando bem vincada uma ampla visão do mundo, que revela um elevado nível de cultura geral e uma postura cívica de grande sentido de responsabilidade, visível, sobretudo, nas horas mais difíceis. Profissionalmente, foi um médico competente e dedicado, otorrinolaringologista, exerceu essa especialidade no Hospital de Oliveira de Azeméis, onde chegou a desempenhar o cargo de Chefe de Serviços. Socialmente empenhado, teve ainda disponibilidade para ajudar a fundar o Clube Lions, do qual foi Governador durante vários

anos, tendo estado, ainda, ligado a outras instituições de caráter social e desportivo, nomeadamente da União Desportiva Oliveirense e do CAF Pinto de Carvalho. À família próxima queremos endereçar o nosso agradecimento pelo apoio que lhe dispensaram sem o qual, por certo, o Dr. António Alberto Vieira Dias não conseguiria voar tão alto e deixar uma marca tão profunda na memória de todos nós. Deste modo, achamos dever propor que esta Assembleia registre um Voto de Pesar pela perda no nosso amigo e cidadão, cujo exemplo esperamos nos motive e nos guie na difícil missão da contínua preservação duma democracia responsável, isto é, social. Obrigado para sempre, Dr. António Alberto Vieira Dias.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os votos de pesar, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade. =====

===== A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”, concedendo o uso da palavra à **Deputada Helga Correia, do PSD.** =====  
 ===== “Muito bom dia a todos. Cumprimentar a Senhora Presidente e agradecer ter-me dado a palavra. Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta aqui presentes, Senhores funcionários da autarquia, Comunicação Social, restante público. Senhor Presidente, uma primeira nota sobre o Hospital São Miguel: o grupo municipal do PSD congratula-se por ter colocado na agenda local e agenda nacional o Hospital São Miguel. No passado dia 18 de abril tive a oportunidade de questionar o Senhor Ministro da Saúde sobre algumas carências do nosso hospital, aliás questões que já tinham sido colocadas por mim, em março de 2017, às quais não obtive qualquer resposta. E de entre elas, as carências diagnosticadas na área de medicina interna e de cuidados paliativos. O défice de médicos internistas durante o período noturno que é conhecido de todos, o horário reduzido de funcionamento do serviço de análises e gestão do serviço de internamento e os meios de diagnóstico do serviço de radiologia que estão obsoletos. Aliás, com mais de 20 anos de uso. Relativamente a este último ponto: tivemos 5 dias depois desta intervenção a 24 de abril, boas novidades. Vão ser investidos pelo Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga – 200 mil euros no Hospital São Miguel. Assim, vai o hospital ser dotado, de uma nova sala de radiologia e a substituição deste equipamento, que tem mais de 20 anos, e que será uma boa notícia para o nosso hospital. Uma outra situação, Senhor Presidente, prende-se com o IC2 em Oliveira de Azeméis. Temos consciência que esta não é uma responsabilidade (a manutenção) do executivo, diretamente, mas sim das Infraestruturas de Portugal. Contudo, cabe à autarquia alertar para o estado da mesma e, nesse sentido, Senhor Presidente, no troço entre Santiago de Riba-Ul e Oliveira de Azeméis, que foi melhorado, e onde houve obras de requalificação em 2016, se não estou em erro... houve uma colocação neste caso de pinos centrais de divisão, houve melhoria na sinalização – o que tem evitado aqueles sinistros graves que todos nós conhecemos. Contudo, existem pequenos sinistros que não são derivados concretamente do estado da via, mas que vão

danificando os rails de proteção dessa via. E vão danificando também os pinos centrais que colocam, de algum modo, em risco a circulação rodoviária. E eu questionava, Senhor Presidente, se a autarquia já fez algumas diligências no sentido de alertar as Infraestruturas de Portugal para esta questão. Uma outra questão, ainda com a rede viária, Senhor Presidente: questionava se está prevista ou não, alguma intervenção para breve, nomeadamente junto à rotunda da Santa Casa da Misericórdia que está bastante danificada. É uma estrada por onde circulam muitos dos nossos trabalhadores que se destinam à zona industrial de Oliveira de Azeméis e que merecem algum cuidado por parte da autarquia. Relativamente a essa questão – zona industrial: perguntava, Senhor Presidente, se está previsto ou não algum estudo ou planeamento relativamente à questão do estacionamento que em algumas situações é feito de um lado e de outro da via e onde se pode colocar aqui a questão da circulação rodoviária com segurança. Uma última questão e para terminar, Senhor Presidente: relativamente às fontes do nosso município. Temos várias fontes desligadas, nomeadamente, a da rotunda do largo Luís de Camões, mais conhecida pela rotunda do Rainha. Um espaço emblemático da nossa cidade e que todos os oliveirenses se habituaram a ver funcionar, bem como a da praça José da Costa e a rotunda do Bombeiro. Senhor Presidente, a água é um bem de todos nós, é um recurso escasso e não temos dúvida nenhuma. Agora, a autarquia decidiu em novembro de 2017 suspender o sistema de água, numa altura em que o país passava por uma seca complicada. O Senhor Presidente, na altura, dizia quererem melhorar a eficiência energética e ambiental destes equipamentos. Eu só questionava qual é o ponto de situação. Muito obrigada.”

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Nuno de Jesus, do PS.** =====

=====  
 ===== “Muito bom dia a todos. Permitam-me que na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia cumprimente todos os presentes nesta sala. Tivemos informação recente de que o município de Oliveira de Azeméis subiu 40 posições no ranking do Índice de Transparência Municipal. Estava na posição 204 passou para a posição 164. Segundo o relatório entende-se por transparência, a faculdade de tornar públicos todos os atos do governo municipal e dos seus representantes, de providenciar a sociedade civil com informação relevante de forma completa e fidedigna, atempada, facilmente compreensível e de fácil acesso, de desvendar interesses privados que possam colidir com o interesse coletivo permitindo deste modo a responsabilização de todos os atores pelas decisões e ações tomadas ou omitidas quer pelas razões que as enformaram pela lei, quer pelo escrutínio dos cidadãos. Eventualmente, partindo de um pressuposto de que o objetivo principal não seria a subida no ranking, mas ter-se-á traduzido numa consequência do trabalho já feito. Perguntava Senhor Presidente, quais foram as ações desenvolvidas para que obtivéssemos este resultado e quais as ações previstas no futuro para que, como consequência, tenhamos uma melhoria ainda maior no ranking do Índice de Transparência Municipal. Muito obrigado.”

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins, do PSD.** =====

===== *“Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados Municipais; Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores; Senhoras e Senhores colaboradores Municipais, Senhoras e Senhores membros da Comunicação Social, Oliveirenses. A todos as minhas saudações. Por convicção e coerência, sou adepto da descentralização do poder central. Por convicção, porque entendo ser muito mais eficaz o poder, quando exercido próximo das pessoas, levando em conta cada realidade concreta; por coerência, porque foi sempre essa a minha postura quando autarca, estando na linha da frente da primeira tentativa dos últimos anos de descentralização de competências do Ministério da Educação para as autarquias. Era então Ministra da Educação a Dra. Maria de Lurdes Rodrigues – recorde – e o nosso município foi um dos primeiros a negociar essa descentralização. O contrato só não se concretizou então porque o nosso município foi intransigente em não aceitar a transferência de edifícios degradados como a Escola de Fajões, a de Cucujães e a já desaparecida Bento Carqueja. Em nova tentativa, surgiu mais tarde, no mandato de outro executivo municipal, o programa “Aproximar Educação” que contratualizou a passagem das duas escolas degradadas para a autarquia apenas depois da sua recuperação. Na sequência deste acordo, foi encontrada uma fórmula de financiamento para a recuperação daqueles edifícios, com recurso a fundos comunitários. No final do ano passado, já na vigência da atual Câmara Municipal, o Sr. Presidente informou esta Assembleia que os valores contratualizados não eram suficientes para as obras projetadas, não se mostrando disponível para o Município suportar as despesas excedentes. Subentendeu-se, em consequência, que as obras não se iniciaram por insuficiência de verba. Senhor Presidente, queremos, em primeiro lugar, questioná-lo sobre o ponto de situação deste processo. Por aquilo que tem transmitido a esta Assembleia, já todos entendemos que não é favorável a programas descentralizadores de competências na área da Educação. Contrariamente ao entendimento de XXI Governo Constitucional que já manifestou intenções de descentralizar poderes nas áreas da Saúde e da Educação, entre outros, o executivo de Vossa Excelência acha que estas competências pertencem à função social do Estado e só a ele cabe exercê-las. Está no seu direito de pensar assim. O Senhor Presidente também disse a esta Assembleia que iria respeitar os compromissos dos seus antecessores e garantiu que o programa “Aproximar Educação” até 2019 não era posto em causa. No entanto, há uma situação em aberto que não pode esperar por 2019, nem ficar sujeita à continuidade, ou não, do programa. É a recuperação das Escolas de Fajões e de Cucujães. Independentemente de quem o resolve, o problema tem que ser assumido como nosso, porque se trata de duas escolas do nosso território municipal sem condições para receberem os nossos alunos. Escolas que foram conquistas difíceis, com ensino secundário implantado à custa de muitas lutas, procurando responder às necessidades e evitar o esvaziamento para outros concelhos. Estas escolas são estruturantes, por isso não as podemos perder e esse é o caminho natural se nada fizermos. Senhor Presidente da Câmara, as obras nestas escolas não podem esperar. Há amianto por retirar há vários anos; salas de aula onde chove no inverno; tubagens completamente apodrecidas; falta de espaços indispensáveis. E, enquanto isto, vários alunos que, a custo, se mantiveram em escolas da sua*

*terra, a demandarem outras, em muito melhores condições, em concelhos vizinhos. As obras não podem esperar. Há fundos comunitários contratualizados que se podem perder se deixarmos andar. As obras não podem esperar pela Parque Escolar incapaz de terminar várias que têm inacabadas por este país fora. As obras não podem esperar por um Ministério da Educação que já não as sente como suas... Enfim, não acreditamos que algum dia as escolas em causa sejam requalificadas se não for a Câmara Municipal a assumir as rédeas do processo. Ainda esta semana, em conferência de imprensa, o Senhor Presidente da Câmara lamentou o escasso apoio que o Estado tem prestado ao nosso concelho. Pois bem, aqui está uma situação concreta em que o governo pode e deve dar um sinal de discriminação positiva a um concelho que tanta riqueza produz. À Câmara que Vossa Excelência dirige, Senhor Presidente, cabe reivindicar com firmeza que justiça nos seja feita.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Fernando Pais, do PSD. =====*

*===== “Bom dia, Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Executivo Camarário na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, Senhores Membros da Assembleia Municipal, público aqui presente e Comunicação Social. Queria dizer que esta é uma intervenção não de carácter de oposição, propriamente dita, mas de oposição de carácter construtivo e mais do que isso, uma intervenção para que a Câmara Municipal trate alguns assuntos que, na minha perspectiva, são assuntos que estão na ordem do dia e que temos consciência que não podem ser resolvidos de um momento para o outro. Têm de facto um período de maturação. Alguns até já têm algum tempo de indecisão e de não resolução e era no sentido de alertar Vossa Excelência - o Presidente da Câmara e o restante executivo -, no sentido de colocar alguma “pressão”, algum cuidado, ou pôr isto no topo da agenda política, como se costuma dizer. A primeira questão que queria colocar é sobre a famosa “Casa da Juventude”, ou vamos falar de outra forma para percebermos – o antigo Centro de Saúde. O antigo Centro de Saúde pelo que eu recolhi do estudo que fiz, e não tive acesso ao protocolo inicial de 2003, aí fazia uma interpelação à Senhora Presidente da Assembleia para que esse protocolo de 2003... Eu não consegui encontrá-lo no site da Câmara, se calhar até por insuficiência minha... Como estava a dizer, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa, no sentido de distribuir esse protocolo (sobre a construção do novo edifício) inicial entre a Câmara Municipal e a ARS Centro. ou seja, em 2003 a Câmara Municipal protocolou com a ARS Norte a forma de construção do novo Centro de Saúde que está instalado onde sabemos e desde 2010 e desde 2010 que o antigo Centro de Saúde não tem qualquer atividade. Infelizmente, esse é o âmbito da minha intervenção... Para que passasse para a autarquia depois de concluídas as obras, cumprindo o protocolo de colaboração de 2003 e aí, no antigo Centro de Saúde, ser instalada a chamada “Casa da Juventude”. Nós sabemos que no decurso entre 2010 e esta vereação tomar posse, foram feitas algumas diligências... Sabemos, por exemplo, que essa titularidade dos direitos e obrigações emergentes do protocolo foi transferido para a ARS Norte, entretanto há aqui um processo burocrático que nós reconhecemos que não é fácil. Mas também*

*tenho conhecimento que Vossa Excelência terá reunido com o Dr. Pimenta Marinho que neste momento é o responsável pela ARS Norte e terá algumas informações a prestar neste sentido. De qualquer maneira, uma das minhas interpelações ao Senhor Presidente da Câmara será neste sentido: parece que há uma comunicação da ARS Norte dizendo, ao fim destes anos, que de facto a titularidade do antigo Centro de Saúde não era propriamente da ARSN. E todos nós sabemos que nestes últimos tempos há o Instituto de Gestão de Patrimónios em que o Estado está a promover a obrigatoriedade do registo de imóveis. E parece que a ARSN enviou uma missiva à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis a dizer que já não é proprietária do antigo Centro de Saúde e que a Câmara Municipal poderia, eventualmente, fazer o que entendesse, como proceder à sua aquisição ou por via de usucapião ou por qualquer título, registar esse imóvel. Eu não tenho a certeza do que estou a dizer, como é óbvio. Mas alguma coisa se passará. De qualquer maneira, Senhor Presidente, é um problema, porque é uma questão pertinente, o edifício está completamente devoluto vai fazer oito anos, desde que foi construído o novo Centro de Saúde. É uma coisa que me preocupa, até porque o destino que se irá dar é ser “Casa da Juventude” e proporcionará deslocalizar alguns serviços de juventude para lá, implicando também uma diminuição dos custos da autarquia nomeadamente a título de terrenos. Portanto, gostaria que Vossa Excelência se pronunciasse sobre esta questão, dizendo concreta e objetivamente quais as diligências que têm feito nesse sentido, sabendo de antemão, Senhor Presidente, que Vossa Excelência está na autarquia há seis meses. Outra questão pertinente que gostaríamos de abordar e na mesma lógica que abordamos esta questão da “Casa da Juventude” é a Estalagem São Miguel. O futuro da Estalagem São Miguel é preocupante e todos nós temos consciência, pelo menos as pessoas mais interessadas, que é uma questão difícil de resolver, mas é uma questão que tem que ser resolvida. Inicialmente, a posição do Partido Socialista neste aspeto, traduzida pelo Vereador Helder Simões, era no sentido da concessão, ou seja, concessionar esse espaço a terceiros, portanto não requalificá-lo. A questão da requalificação parece estar posta de lado, a Câmara Municipal não tem condições para requalificar aquele espaço e promover ela própria a exploração do mesmo. Há aqui duas soluções que se apresentam: é estabelecer um contrato de concessão com um terceiro, ou a venda do espaço. São duas soluções perfeitamente possíveis sabendo nós que, qualquer delas, inclusivamente a venda da estalagem e eventualmente a área envolvente onde teriam que ser respeitados um conjunto de procedimentos, nomeadamente a manutenção da questão do turismo. Sei que também há alguns anos atrás foram feitas algumas propostas ao executivo anterior... Questões relacionadas, por exemplo, com a própria juventude, com lazer. Mas nós entendemos que de facto, e ao que parece, o Município de Oliveira de Azeméis também entende, que a melhor solução era potenciar a atividade turística. A estalagem está num sítio excelente, tem condições excelentes para serem potenciadas. Nós entendemos que Vossa Excelência também deve ponderar essas situações. Já tem em seu poder um relatório da vereação sobre a estalagem, feito ao abrigo do código das expropriações que se traduzirá num elemento referencial de venda. Se for para venda, terá que ser cuidadosamente observado e*



*Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, enfim não acho que seja muito importante, mas percebo que se queira reclamar o protagonismo e o resultado da medida. Portanto, será absolutamente surpreendente que em resultado de uma intervenção, tenhamos a concretização do investimento. Mas não acho que isso seja relevante. O que eu acho relevante é que, independentemente de quem contribuiu para a solução, é que a solução apareça. Em relação ao Hospital São Miguel, é evidente que esta componente e este investimento são importantes, assim como todos os investimentos. Para mim, o que é importante, é que o hospital por um lado mereça a confiança dos oliveirenses, ou seja, que os oliveirenses não deixem de usar o seu hospital e que o hospital tenha a possibilidade de recuperar muita da dimensão e muitas das respostas que tinha outrora. Todos nós sabemos que este hospital tem ao longo dos anos sido esvaziado em todas as dimensões das suas competências... Ao nível das valências, ao nível dos recursos humanos, ao nível dos cuidados que presta às populações e é claro que quando isso acontece as pessoas, percebendo que não têm ali resposta, deixam de o procurar. É isso que temos que evitar e temos feito num registo de proximidade com o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, porque é a ele que cabe dar as respostas ao nível das políticas na região. Nós temos conhecimento de que está a ser estudado um modelo de reorganização da prestação dos cuidados de saúde nesta região – estamos a falar de uma unidade local de saúde, portanto essa questão será uma questão que introduzirá um conjunto de novas dimensões a este problema da qualidade e da quantidade dos serviços que nos prestam no hospital. Aquilo que estamos a fazer é estar atentos à situação e a preparar um caderno reivindicativo para apresentarmos à tutela quando formos confrontados, se se vier a concretizar essa reforma e reorganização dos serviços de saúde em relação àquilo que são as necessidades de introduzirmos novas valências e respostas no nosso hospital. Nós temos apresentado essas solicitações de forma recorrente ao responsável. Esperamos é que essas reclamações, necessidades, e o que a nossa população precisa para ter bons cuidados de saúde, é que o Senhor Presidente seja sensível a estas questões e que permita que nesses hospitais sejam criadas respostas de complementaridade ao Hospital São Sebastião e que permitam que os oliveirenses tenham na sua localidade um conjunto de respostas que evitem que tenham de se deslocar permanentemente para o hospital central – São Sebastião. Não estamos, de todo, satisfeitos com aquilo que é a realidade do nosso hospital, nenhum de nós pode estar satisfeito e o que nos compete, principalmente ao Município de Oliveira de Azeméis, é fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que o nosso hospital tenha cada vez mais respostas e mais valências, mais cuidados de saúde e que eles sejam prestados às populações com mais qualidade. Todos esses problemas que referiu são verdade, são problemas que existem, alguns mais recentes, outros que se arrastam no tempo, e o que desejamos é que este hospital não se transforme num albergue de cuidados continuados, num depósito de pessoas, mas que seja efetivamente um local onde se prestem serviços de qualidade. É nesse quadro de cooperação institucional que nós temos operado e vamos continuar a fazê-lo, sendo certo que estamos num período de indefinição precisamente porque se está a trabalhar*

numa reorganização de cuidados de saúde na região. Portanto, estamos ansiosos por perceber que tipo de melhorias essa reorganização permitirá introduzir naquilo que são os cuidados de saúde atuais e que todos reconhecemos que são deficientes e desajustados para as necessidades da nossa população. Em relação à questão do IC2, efetivamente a manutenção deste não é da nossa responsabilidade, é da IP. Esse troço que referiu, entre Santiago de Riba-Ul e Oliveira de Azeméis, tem alguns rails destruídos, sobretudo em resultado de dois acidentes muito recentes. O que nós fizemos, foi comunicar esse problema como comunicamos todos os que acontecem no IC2 e esperamos que as Infraestruturas de Portugal sejam céleres na resolução do problema porque efetivamente a reconstrução dos rails evita problemas maiores. Em relação à intervenção na nossa rede viária: ela está completamente degradada, nós temos neste momento previsto o lançamento de um concurso que acontecerá na próxima semana de mais de 200 mil euros e que permitirá fazer um conjunto de requalificações na rede viária. Algumas dessas requalificações acontecerão nesses casos que evidenciou, nomeadamente na rotunda junto ao lar da Santa Casa da Misericórdia, mas o que importa é que essas intervenções sejam acordadas pelas nossas juntas de freguesia, resultem de um planeamento que nós entendemos que deve ser feito de intervenção na nossa rede viária e não sejam feitas de forma casuística. O que nós fizemos foi olhar para as vias que se encontram mais degradadas, as vias que precisam de intervenção urgente e contratar, num único procedimento, todas essas vias procurando por aí ter algum ganho de escala. Em relação ao IC2, fizemos muito recentemente uma intervenção que eu acho muito importante para conferir segurança à circulação nesta via e que foi colocar em funcionamento a iluminação que estava há vários anos desligada. Essa intervenção aconteceu muito recentemente e neste momento o nosso Nó da IC2 de entrada central tem iluminação e isso vai acontecer também nos outros nós. Em relação à questão do estudo/soluções para o estacionamento na zona industrial: Quer dizer, é uma evidência... É um problema sério e que resulta do facto das nossas empresas estarem a crescer e terem muito trabalho que faz com que tenhamos um aumento substancial de trânsito. Com o crescimento de novas empresas que vêm ocupar espaços que antes eram utilizados para estacionar “empurrando” para a via pública as viaturas. Aqui estamos a trabalhar em várias dimensões, a primeira foi na elaboração de um estudo que permitisse a reorganização do trânsito na zona industrial da nossa cidade o qual já está concluído, e julgo que já há condições para vir à próxima Assembleia Municipal para ser aprovado. Mas, também estamos a estudar a possibilidade de termos na zona industrial de Oliveira de Azeméis algumas bolsas de estacionamento. Já falamos com alguns privados/proprietários de terrenos para avaliarmos a possibilidade de estrategicamente criarmos essas bolsas que permitiriam a retirada de muitos dos carros que hoje se encontram na via pública. Percebendo a realidade e recebendo da parte de muitos munícipes reclamações ao estado atual das coisas, claro que estamos sensíveis e atentos. Em relação às fontes do município: Toda a gente sabe porque é que elas foram desligadas. Foram desligadas, porque se traduziam em gastos e consumos enormes e insustentáveis de água e energia elétrica. Isso aconteceu há alguns meses atrás. Estamos a falar

*de consumos de 6/7 mil euros por mês. É claro que não é aceitável, nem em período de seca extrema, nem em período normal que se utilize água pública onde todos nós gastamos dinheiro para tratar e depois essa água pública se perca. Era isso que acontecia nessas fontes, acontecia em resultado dos recipientes não estarem isolados e dos sistemas não serem circulatórios ou que permitam o reaproveitamento dessas águas. Portanto, o que está a ser feito para o conjunto das fontes é encontrar um fornecedor que proponha sistemas que permitam o reaproveitamento/oxigenação das águas para que não tenhamos estes gastos energéticos e perdas de água. Nós passamos, por exemplo, de um orçamento inicial para a fonte principal (rotunda do Rainha) de mais de 50 mil euros para um orçamento à volta dos 35 mil euros. Estamos a procurar soluções e orçamentos para todas as outras, também porque interessa-nos fazer um procedimento que nos traga uma resolução definitiva desta situação e não andarmos a fazer isto aos bocados. O que nós pretendemos é encontrar um fornecedor que nos assegure a solução e por outro lado as despesas relacionadas com o assegurar da manutenção daqueles equipamentos que venham a ser contratados. Muito brevemente teremos uma solução. Não é fácil encontrar fornecedores para aquele tipo de equipamentos. Temos tido algumas propostas/verbas que são apresentadas a título colaborativo e que são orçamentos verdadeiramente proibitivos. Nós temos que perceber também que se a Câmara Municipal, para reconverter um conjunto de fontes, estiver a falar de muitas dezenas de milhares de euros e que não estão previstos no orçamento municipal, o dinheiro não cai do céu... O processo não se esgotou por aqui, longe disso, isto é um percurso, os serviços têm hoje orientação num documento interno de ação que lhes apresentamos muito recentemente em que os nossos objetivos são: trabalharmos num mandato para estarmos nos primeiros 50 lugares do país ao nível do Índice Municipal de Transparência. Mas não é porque queremos aumentar esse número, queremos agitar esse número porque entendemos que a gestão deve ser transparente, participada, onde os munícipes têm direito a toda a informação referente à gestão municipal. É essa a nossa única preocupação, é apenas isso que nos move... Queremos que o município adote um conjunto de boas práticas ao nível daquilo que é informação e que tem a obrigação de disponibilizar em resultado da ação que vai desenvolvendo em prol desses munícipes e daquilo que é o mandato que nos foi conferido. E a prestação de contas também por essa via, de forma regular publicitando aquilo que é a nossa atividade, eu acho que é uma obrigação, um imperativo. É hoje já a nossa prática e que vamos aprofundar e implementar independentemente do lugar que tenhamos nos rankings. O que achamos é que práticas de gestão onde os munícipes recebam informação e possam aceder facilmente a essa informação trarão como consequência a nossa evolução nesse ranking. Estamos a trabalhar também num novo “site”. O nosso “site” é complexo, difícil, onde a pesquisa da informação não é fácil, não são nada intuitivas e o que pretendemos são ferramentas que permitam aos munícipes perceberem facilmente o que se passa no seu município e tudo o que está a ser feito pelo executivo, pelas juntas de freguesia e até pela própria comunidade. É uma informação que deve estar ao dispor de todos. Em relação às questões lançadas pelo Senhor Deputado **Albino Martins**: Quanto às escolas, permita-me a*

correção – o Senhor subentendeu mal que as escolas não se iam fazer. O que está em causa não é a necessidade das obras nas escolas nem a execução das obras nas escolas. O que está em causa é a dificuldade que nós temos em ter verbas para fazer as requalificações que estavam previstas para as escolas. Também afirma que eu sou contra a descentralização de competências, também entendeu mal. Eu não sou contra a descentralização de competências, eu sou contra quando essa descentralização se traduz no reforço das competências da comunidade educativa e também do município. Aquilo que eu sou contra é quando transferimos apenas competências do Estado Central para o Poder Local esquecendo-nos de transferir essas competências para a comunidade educativa – é isso que nos divide, é isso que nos diverge. Diz que as obras não podem esperar, enfim... Senhor Deputado, estas coisas não aconteceram neste meio ano... A degradação das salas de aula, o amianto... Isto existe há vários anos, mas o que me preocupa particularmente é que as intervenções que estão previstas não permitem a resolução do problema de amianto na escola de Fajões e isto é que é absolutamente dramático. Bom, questiona-se de quem fez estes projetos para estas requalificações. Quem fez estes projetos? Não fomos nós, este executivo camarário. Estes projetos estavam feitos e previam aquelas intervenções e requalificações na Escola Ferreira da Silva e na Escola de Fajões e o que nós nos limitamos a fazer foi lançar os projetos que estavam feitos pelo anterior executivo a concurso. O que é que acontece? Em resultado do lançamento a concurso resultam valores de obra completamente diferentes dos valores que estavam financiados e nessa perspetiva temos aqui uma situação muito difícil de ultrapassar, porque tem a ver com um conjunto de recursos financeiros que são precisos para concluirmos estas duas intervenções que o município não tem acauteladas, nem tem a possibilidade de as fazer. Para percebermos, nós tínhamos 3 milhões de euros previstos para estas duas escolas e os orçamentos que nós recebemos são na ordem dos 4,7 milhões de euros. Bom, eu acho que este assunto tem sido apresentado de forma recorrente e faz todo o sentido que nós dediquemos algum tempo a analisar. Primeira questão que eu acho que é muito importante e que deve ser esclarecida: a aposta na educação é uma aposta estratégica para o município de Oliveira de Azeméis, como é uma aposta para o país. Se é um lugar-comum e, se queremos ser sérios a falar nesse tipo de questões, não pode ser colocada em causa a vontade que o município de Oliveira de Azeméis ou outro município qualquer, qualquer membro que está nesta Assembleia, ou nas nossas Juntas de Freguesia, qualquer membro da nossa comunidade, tenha em relação à importância da educação, para aquilo que é a afirmação da nossa competitividade e para a promoção da igualdade de oportunidade para as pessoas e para a promoção de equidade que estão consagradas na nossa Constituição. Ultrapassada esta questão, não vale a pena sequer falarmos disto, se queremos ou se não queremos, se gostamos ou não gostamos; aquilo que estamos a fazer é politizar uma questão que é demasiado séria e que não deve ser utilizada para a luta de questões partidárias e luta política. Para mim a campanha eleitoral acabou no dia 23 de outubro e estou aqui para trabalhar. Portanto, estou aqui para procurar encontrar soluções para os problemas com os quais sou confrontado. Isso quer dizer uma coisa tão simples como esta: seja na educação, seja na IC2, há competências

que são do Estado Central, há competências que são da Câmara Municipal e há competências que são das Juntas de Freguesia e da mesma forma que nós não vamos requalificar as estradas nacionais que possam estar esburacadas para transportar as nossas crianças para as escolas, também não vamos requalificar as escolas que são competências do Ministério da Educação. Conforme disse e bem, nós temos um pacto/ contrato que foi assinado com o Ministério da Educação onde nós só recebemos a Escola Ferreira da Silva e a Escola de Fajões para futuramente assegurarmos a sua manutenção, se elas nos forem entregues devidamente e integralmente requalificadas. Estamos a falar de necessidades da ordem dos 6,5 milhões de euros. O executivo anterior entendeu e, o Senhor referiu, fazer uma coisa que foi aceitar verbas de fundos comunitários que estavam disponíveis para intervirmos nas escolas que eram da nossa responsabilidade, para por exemplo construirmos centros escolares, fossem afetas sem provirem do Orçamento de Estado para estas duas requalificações e aceitaram uma verba de 3 milhões de euros e, aceitaram fazer uma requalificação parcial para uma receção integral das escolas. Eu já manifestei a minha opinião em relação a isto, ultrapassada esta questão – foi um compromisso assumido pelo antigo executivo e os compromissos são para assumir. Não quer dizer que concordemos com ele, mas o que é facto é que nós estamos a assumir receber estas escolas, mas há uma coisa bem diferente que é nós pagarmos para as receber. Para que perceba a importância do investimento que foi feito todo o ano, durante 2017 no nosso concelho... Este valor, este diferencial que é preciso para requalificar as escolas... Para percebermos a dimensão deste valor, em 2016/2017 o município previa investir na educação mais de 3 milhões de euros e investiu 137 mil euros. Nós, quando dizemos que temos preocupações genuínas com a educação, essas preocupações devem-se manifestar naquilo que são as nossas práticas quando temos oportunidade de gestão e de termos a oportunidade de influenciar aquilo que acontece. Eu queria relembrar aqui duas, três ou quatro coisas que são legado que nós temos de quem diz que tem preocupações com a educação e, não nos esqueçamos, por exemplo, de que durante todos estes anos tivemos associações que se substituíram à Câmara Municipal na resolução de um conjunto de problemas que eram da competência da Câmara Municipal e isso aconteceu, não porque a Câmara quisesse que isso fosse assim... A Câmara Municipal pura e simplesmente não tinha capacidade financeira para responder a todas essas questões, apenas em alguns casos definiu prioridades erradas e alocou verbas a coisas que não devia ter alocado, eventualmente podia e deveria ter feito esse tipo de investimentos. Temos uma carta educativa que nunca foi cumprida, nós temos ainda hoje no nosso concelho salas de aula e refeitórios a funcionar em contentores. Temos, como disse, escolas onde chove, temos cantinas onde diariamente crianças almoçam que não têm condições minimamente dignas... essas devem ser as nossas preocupações. Em primeiro lugar, devemos responder àquilo que são as nossas competências e depois, se tivermos possibilidade financeira de o fazer... Prof. Albino, o Senhor compreende e eu também sei que o Senhor pensa exatamente como eu – se nós tivéssemos esse milhão de euros, era de fazer imediatamente. Eu concordo consigo integralmente. Agora repare, quando nós não temos capacidade financeira para o fazer e não lhe vou explicar o porquê, o Senhor conhece a

situação e sabe... É evidente que nós olhamos para estas coisas e aquilo que nós temos que fazer é aquilo que nós fizemos. É reunir com a tutela e explicar-lhes que não tendo condições financeiras para o fazer, caberá ao Ministério requalificar as escolas que são da sua responsabilidade, para que depois nós assumamos a responsabilidade de as manter em boas condições de funcionamento e com dignidade. Foi isso que foi feito. Foi essa a solução que foi exigida ao Ministério da Educação e fizemos mais, nós não nos limitamos a manifestar essa preocupação, nós fomos munidos de um conjunto de soluções que permitiam ultrapassar o problema. Essas soluções são de mais variada índole, pode ter a ver com requalificar uma escola apenas e alocarmos essa a outra verba e requalificações, passa por chegarmos a um acordo em relação à partilha do diferencial que é necessário para fazer a requalificação das duas escolas; passa por um conjunto de soluções que foram apresentadas. Agora como compreende, não faz sentido e por isso é que eu digo que esse é um problema que tem que ser o Ministério da Educação a dar solução, porque o município fez aquilo que lhe competia e mostrou sempre disponibilidade para fazer parte da solução. E mais uma vez lhe digo que aquilo que não podemos fazer é substituir-nos ao Ministério e pagarmos as escolas, sendo certo que foi dito de forma clara e concordo integralmente consigo, aquelas requalificações não são um luxo, mas sim uma necessidade. Estão degradadas há vários anos e em muito pior estado a Escola de Fajões. Agora, em relação à questão do amianto, repare: sendo uma questão preocupante é absolutamente dramático que nesta intervenção de 2 milhões de euros, não esteja prevista a remoção do amianto. Por isso e para terminar, nós continuamos a trabalhar. Ainda ontem tive oportunidade de falar ao telefone com a tutela sobre estas duas escolas, porque estas escolas estão com concursos lançados, temos vencedores para os concursos, a Escola Ferreira da Silva vai avançar imediatamente, vou dar instruções na próxima semana para que a escola comece a ser requalificada. Quanto à Escola de Fajões, eu estou à espera que o Ministério da Educação se disponibilize, ou que me diga que tipo de solução das várias que foram apresentadas é que preconiza, para resolvermos o problema. Posso-lhe dar uma garantia que esteve sempre presente em todas as conversas que tive com o Ministério da Educação, foi a garantia de que nenhum cêntimo de fundos comunitários se perderia, o que é fundamental para mim. Eu não vou permitir que nenhum cêntimo dos 3 milhões que estão previstos se perca. Essa informação foi clara para o Ministério da Educação, independentemente da solução que venhamos a encontrar, porque aquele dinheiro é-nos devido e não é aceitável que se equacione outra possibilidade que não esta de o alocar a respostas na área da educação e que sejam da nossa competência. Quando diz que sou acusado de não confiar no Estado, tem algumas razões para isso. Todos temos. Mas, o Senhor acaba de dizer também, se não for a Câmara a fazer, o Estado não faz – é o Senhor que o está a dizer. É uma afirmação sua e de certa forma o Senhor acaba por concordar comigo e com aquilo que é a minha preocupação. Poderíamos entender que o Estado não o fazendo, nós devíamos substituir-nos ao Estado e eu acho que sim, desde que tenhamos capacidade para o fazer; não tendo, aquilo que nos compete é dizer ao Estado “façam o favor de cumprir com as vossas obrigações que nós fazemos tudo o que está ao nosso

*alcance para cumprir as nossas”. Portanto, Senhor Deputado Albino Martins, agradeço a sua intervenção e quero dizer-lhe que sendo o Senhor um especialista em educação, a educação é uma preocupação de todos nós o que não quer dizer que nós não defendamos os nossos interesses quando eles são colocados em causa – é isso que está aqui em jogo. Senhor Deputado **Fernando Pais**, “Casa da Juventude”, antigo Centro de Saúde: Existe um protocolo e ele está no Diário da República, é fácil de aceder, o Senhor é advogado, é muito simples para si aceder a esse tipo de informação. O que é que acontece? Nós temos um protocolo com o Ministério da Saúde, os protocolos e contratos são para cumprir e, portanto, nós não podemos tomar posse do edifício por usucapião, pois não decorreu o prazo legal que o permita. Mas existe um contrato entre as partes e ele não está a ser cumprido pelo Município de Oliveira de Azeméis que tem a responsabilidade de pagar uma verba e neste momento só se encontra paga uma parte dessa verba. Assim, a Administração Geral de Saúde reclama cerca de 300 mil euros que o município lhe deve. A propriedade do equipamento está esclarecida; houve um decreto-lei que transferiu a propriedade da Segurança Social para o Ministério da Saúde e a única coisa que aconteceu é que o edifício não foi registado em nome da ARS, mas a mesma reconhece a propriedade do edifício e está disponível para passar a titularidade do edifício para o Município de Oliveira de Azeméis, se nós lhe pagarmos o que lhe devemos. O que tem acontecido é um intenso processo negocial, no sentido de encontrarmos uma solução para um edifício que se está a degradar a cada dia que passa. Essa é a nossa preocupação e da Administração Regional de Saúde. Tenho encontrado no Senhor Pimenta Marinho um interlocutor disponível para encontrar uma solução para o problema... Percebi claramente que havia algum afastamento em termos de relacionamento institucional que deve existir entre os órgãos; não me interessou avaliar o porquê desse afastamento, o que me interessou foi concentrar-me na solução do problema e esse problema tem acompanhamento semanal. O que estamos a fazer, e não tendo nós dinheiro para pagar à Administração Regional de Saúde a totalidade da verba que reclamam, apresentamos uma proposta no sentido de a pagar de várias formas. Estamos a afinar esse processo, sendo certo que uma outra situação foi aceite, algumas estão a ser equacionadas e avaliadas juridicamente. O que estamos a fazer é muito rapidamente procurar encontrar uma solução que nos permita tomar posse do edifício para depois lhe darmos um fim/destino e que poderá ser a tal “Casa da Juventude” que referiu. A Estalagem São Miguel está naquele estado há vários anos, sem solução à vista. Todos estamos de acordo que não pode continuar assim e que é preciso encontrar uma solução. Estamos de acordo também que essa solução deva permitir a sua manutenção como resposta turística até porque é isso que honra o legado de quem trabalhou para a sua construção. O que pretendemos é claramente encontrar solução para o problema, e por isso aquilo que fizemos não só para a estalagem, mas para a globalidade do parque, foi pedir a uma equipa multidisciplinar da Câmara que constituímos, para que fizesse uma análise às potencialidades, às fragilidades, às dualidades e às oportunidades do parque de La-Salette no qual se inclui a Estalagem São Miguel. Portanto, esse trabalho já está feito, já me foi entregue e eu estou a analisá-lo. Existem várias possibilidades para requalificar aquele*

espaço. Agora a Câmara Municipal, fazer um investimento substancial na sua requalificação para o concessionar está completamente fora de questão, porque a Câmara Municipal não tem capacidade financeira neste momento para o fazer. As possibilidades que referiu são as possibilidades que existem; é a Câmara concessionar a estalagem a um privado e que faz os investimentos que forem necessários e rentabiliza-os, ou então, a Câmara alienar o património. Em relação a essa possibilidade da alienação, nós desconhecíamos. O executivo anterior desconhecia esta possibilidade e os membros desta Assembleia também, e desconheciam ainda a avaliação que foi feita à estalagem e à piscina, no sentido de a alienarmos. Nós temos essa avaliação feita com valores, e digamos que temos essa parte do trabalho feito, e aquilo que é importante é definirmos aquilo que vamos fazer. Ou avançamos para um modelo de concessão e essa concessão permitirá alguém requalificar e explorar o equipamento, ou a Câmara aliena aquele património exigindo que aquele equipamento continue a ser uma resposta na área do turismo. Em relação à Cerciaz: até no sentido de proteger a própria instituição, este assunto tem sido recorrentemente falado nas reuniões de Câmara, na Assembleia... A nossa perspectiva, em relação às IPSS, é de as apoiar a todas e com todo o respeito que nos merecem, em condições de equidade e igualdade. É isso que estamos a fazer em relação a esta ou qualquer outra instituição e a mesma não tem prestado qualquer tipo de reclamação. Portanto, é um não assunto. Não temos tido nenhum feedback e estamos a trabalhar intensamente com a instituição, no sentido de a apoiarmos substancialmente em algumas das suas pretensões. Portanto, aquilo que eu tenho para lhe dizer é que não é devido grandes explicações nesta matéria, no interesse da instituição e da Câmara. O que estamos a fazer em relação a esta instituição, assim como a todas as outras, é mostrar a nossa total disponibilidade para com elas encontrarmos soluções para os seus problemas. Temos um pacote substancial de verbas que vamos aplicar nas nossas IPSS – verbas de fundos comunitários, de um pacote que foi negociado de algumas dezenas de milhares de euros. Estamos a procurar reforçar esse pacote, essas verbas que já estão contidas e asseguradas neste momento. Temos elencado um conjunto de obras que são necessárias fazer, mas queremos ter a possibilidade de reforçar as verbas disponíveis para podermos alargar as mais instituições. A Cerciaz é uma das instituições que temos elencado nesse pacote e será contemplada com uma verba que julgo que será muito importante para os ajudar naquilo que são os seus projetos. Em relação à Proteção Civil: esse é um problema muito complicado. Nós estamos a fazer aquilo que nos compete para cumprirmos as nossas obrigações. Estamos a fazer ações de sensibilização nas diferentes Juntas de Freguesia; fizemos um conjunto de publicitação nos órgãos de comunicação social em diferentes frentes; contratamos uma equipa para intervir na limpeza de propriedades de privados, caso eles não a façam; temos a nossa equipa de sapadores florestais nos terrenos a fazer limpezas todos os dias. O que estamos a fazer, em traços gerais e de forma muito breve, é tentar cumprir aquilo que são as nossas obrigações, no sentido de minimizar os riscos como, por exemplo, grandes incêndios florestais. Dizer-lhe que esta é uma preocupação que temos presente, é uma preocupação a que estamos a dar resposta mas como é minha característica, não costumo fugir às coisas e não tenho nenhum problema em

*dizer que será impossível cumprirmos aquilo que está determinado. Mas será impossível cumprirmos neste município, assim como em todos os municípios que tenham esta realidade territorial. Isto não significa que não façamos tudo o que estiver ao nosso alcance e que sejam as nossas obrigações, mas aquilo que nós estamos a procurar fazer está dentro do quadro legal, que é dar a máxima resposta possível. Estão-me aqui a dizer, e bem, que vamos procurar colocar em funcionamento muito dos pontos da água que tínhamos inativos. Tivemos oportunidade muito recentemente de visitar esses pontos de água com o Senhor Comandante Paulo Vitória e de perceber o estado em que se encontram. Estivemos a avaliar os investimentos que são necessários para proceder à sua requalificação, porque são instrumentos fundamentais de apoio às nossas corporações de bombeiros. Os pontos estão completamente indisponíveis. Julgo que respondi a todas as intervenções, qualquer dúvida por favor...* =====

*===== Pela **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

*===== “Obrigada, Senhor Presidente pela extensa exposição, mas realmente as questões eram muitas e pertinentes. Apesar de tudo, penso que tentou ser sintético e esclarecedor. Antes de continuarmos com as intervenções dos Senhores Deputados, queria brevemente dizer-vos que se encontra na entrada da sala um depósito de água para quem necessitar. Verificam que também estão nas mesas copos e jarros de água em vidro. Esta é mais uma iniciativa e esforço desta Assembleia, desta vez para proteger o ambiente e assim evitarmos que na Assembleia se utilizem garrafas de plástico.” =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela - José Santos.** =====*

*===== “Muito bom dia a todos. Uma saudação especial para a Mesa, Senhores Secretários, Executivo e Vereadores; aos Elementos desta Assembleia Municipal; aos colegas Presidentes de Junta; aos Funcionários da Câmara e à Comunicação Social. O que me traz cá é um assunto que podem pensar que é menor, mas para os seniores tem muita importância e tem a ver com os transportes SIM. Penso eu e, estou em crer de que a maioria da população oliveirense que usufrui deste mesmo transporte, sente que foi uma das mais-valias que o executivo anterior implementou e que as muitas vantagens que lhes veio trazer foi a de as aproximar mais ao centro do município onde, pelo menos uma vez por semana, podem, a preço reduzido, resolver alguns dos seus problemas no centro do concelho precisamente. Há muitas pessoas que não têm transporte pessoal nem a possibilidade de pagar – são pessoas idosas e nessa altura esse transporte é fundamental para se poderem deslocar à sede do concelho. Eu estou a falar nisso porque há uma certa preocupação neste caso e estou a falar de Ossela. Várias pessoas transmitiram-me essa preocupação porque ouviram dizer que esse mini bus que passa nas freguesias irá terminar em abril em algumas freguesias e em maio ainda se continuaria a fazer em Ossela. Mas para além disto, não se sabe. Este assunto preocupa-nos porque entendemos que as pessoas idosas não se podem deslocar, tal como nós, todos os dias ao centro do concelho. Gostaria de saber do Senhor Presidente se é verdade. Uma vez que estou aqui, há um outro assunto que me apraz pedir uma ou outra explicação ao Senhor Presidente.*

*Não sei se tem conhecimento, provavelmente tem porque na altura era vereador, que é o muro que foi construído na hídrica de Ossela. Nos terrenos circundantes, há um senhor que construiu um muro e um portão. Isso quer dizer que esse muro e esse portão está a tapar a passagem a alguns proprietários que têm terrenos aos quais tinham acesso por esse caminho onde foi colocado o portão. As pessoas sentem-se privadas de acederem aos seus terrenos e inibidas de fazerem as limpezas que deveriam ser feitas. Sei que este assunto já decorre há bastante tempo, pelo menos há 4 anos e sei que já lá foram as máquinas da Câmara para tentarem demolir, mas sei também que o Senhor pôs uma providência cautelar. Não sei se o Senhor Presidente nos pode dar algum esclarecimento sobre este assunto. Muito obrigado.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Secretário - Manuel Soares. =====*

*===== “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, Comunicação Social, Funcionários da Autarquia, Público, bom dia a todos. A Campanha do Laço Azul nasceu em 1989 nos Estados Unidos, quando uma avó, Bonnie W. Finney amarrou uma fita azul à antena do seu carro para fazer com que as pessoas se questionassem. Bonnie W. Finney contava aos curiosos a trágica história dos maus-tratos que a sua neta de 16 meses sofrera, tendo sido severamente espancada e hospitalizada. Maus-tratos que também já tinham levado à morte o seu neto, três meses antes. Azul porquê? Apesar de ser uma cor bonita, Bonnie não se queria esquecer das marcas de violência nos corpos dos seus netos. O azul, cor das marcas que ficaram no corpo da sua neta servir-lhe-ia de lembrança permanente na sua luta pela proteção das crianças contra os maus-tratos. A história de Bonnie W. Finney mostra-nos como a preocupação de um simples cidadão pode alertar a consciência de todos nós para os maus-tratos contra as crianças e para prevenção, promoção e proteção dos seus direitos. O mês de abril foi instituído como o mês da prevenção dos maus-tratos na infância e juventude, durante este mês a CPCJ de Oliveira de Azeméis promoveu várias atividades neste contexto, envolvendo nomeadamente as escolas, o comércio tradicional e também o município, como foi visível. A educação das crianças e dos jovens e o seu acompanhamento é um fator crucial na construção de uma sociedade mais assertiva e a CPCJ tem a responsabilidade de enquadrar estes fenómenos sociais marcados pela negligência que se manifesta de diferentes formas como sabemos, mas também nomeadamente quando os pais e encarregados de educação se demitem das suas funções educativas, permitindo a construção de personalidades narcisistas que não respeitam as regras de convivência social, nomeadamente nas escolas. Uma última palavra para os comissários da CPCJ que de forma responsável, abnegada e voluntariosa e com meios frequentemente exíguos desenvolvem o seu trabalho, sendo frequentemente alvo de críticas injustas. Impõe-se mesmo neste contexto o enquadramento legal mais consentâneo com as exigências legais complementadas com uma compreensão mais abrangente dos serviços de origem dos comissários. Muito obrigado.”* =====

*===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

=====*“Muito obrigada Senhor Deputado e Secretário da Mesa.”*=====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao **Deputado Jorge Melo, do CDS.***=====

=====*“Obrigado Senhora Presidente por ter dado oportunidade, uma vez que não me tinha inscrito, mas trago aqui dois assuntos que complementam algumas coisas que já foram aqui faladas e que são de importância para o CDS. No último mandato, durante os 4 anos, incessantemente, o CDS trouxe aqui uma preocupação que o Senhor Presidente da Câmara há pouco referiu, e muito bem, e felicito-o por, ao fim de 8 anos resolver o problema da iluminação do nó do IC2 de Oliveira de Azeméis. Foi de facto um assunto trazido a esta casa pelo CDS, pela bancada do Partido Socialista, inclusivamente pela voz do Senhor Presidente da Assembleia Municipal da altura. Mas, Senhor Presidente, felicitei-o pela substituição das lâmpadas, só que depara-se aqui um outro pormenor que faz toda a diferença: a reposição das iluminárias em falta. E se elas lá existiam, é porque foi calculado um coeficiente que garanta a eficiência da luminosidade para aquele tipo de utilização e portanto fica aqui a minha questão, Senhor Presidente: Se está previsto, porque é que continuamos com um défice de segurança no IC2? Outro aspeto e preocupação e penso que este nunca foi aqui abordado: Falamos aqui, hoje, no Hospital de Oliveira de Azeméis e que felizmente vai ser contemplado com um novo investimento no reequipamento de um serviço, a bem da população, é verdade... Mas, Senhor Presidente, queria lembrar que há aqui um serviço, há muitos anos prometido para o hospital que ainda hoje não está a ser cumprido. Eu refiro-me, uma vez que o hospital com serviço de urgência básico implica legislativamente a atribuição de uma ambulância SIV (Suporte Imediato de Vida) a esse mesmo serviço. Até hoje isso não se constata. Eu gostaria de colocar aqui a seguinte questão: Senhor Presidente, tem conhecimento disto, se já tomou algumas diligências neste sentido e se eventualmente é para cumprir com a legislação ao disponibilizar mais este serviço qualificado? Muito obrigado.”*=====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes - Florbela Silva.***=====

=====*“Bom dia a todos. Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e desejar desde já um excelente fim-de-semana. A minha intervenção prende-se pelo facto da INDAQUA iniciar trabalhos nas freguesias sem que as Juntas tenham qualquer conhecimento das obras que estão a realizar. Na freguesia de Macieira de Sarnes a INDAQUA encontra-se há sensivelmente três semanas a realizar trabalhos. Para água, saneamento? Não sei. Cortaram estradas que causam constrangimentos à população, pessoas essas que se dirigem à Junta de Freguesia e que não temos respostas para lhes dar. Questionada a INDAQUA sobre esta situação ficamos a saber o mesmo. Nada. O que se sugere Senhor Presidente, se for possível, é que no futuro a INDAQUA comunique as intervenções, a duração e a finalidade das obras como fazem, por exemplo, quando há um corte de abastecimento de água. Seria um bom princípio a utilizar de futuro. Obrigada.”*=====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado João Costa, do PS.* =====

===== *“Muito obrigado Senhora Presidente. Sintam-se todos cumprimentados, em especial todos os oliveirenses que assistem a esta Assembleia das mais variadíssimas formas. Primeiramente gostaria de exultar de uma forma pública os valores que simbolicamente nos ligam ao passado dia 25 de Abril, nomeadamente a luta contra o fascismo, à opressão a favor da liberdade e da democracia. De seguida, a sugestão que eu gostaria de apresentar a este executivo surge na sequência de um vídeo desenvolvido pelos alunos da Escola Superior de Saúde demonstrando boas e más acessibilidades para as pessoas de mobilidade reduzida na cidade de Oliveira de Azeméis. A minha sugestão prende-se com um estudo que devia ser feito por parte da autarquia, um levantamento das barreiras arquitetónicas na cidade mas também nos centros cívicos das Juntas de Freguesia e através de administração direta, ou seja, através dos funcionários da autarquia, se insertasse um conjunto de pequenas obras que permitissem culminar estas barreiras arquitetónicas para estas pessoas com estas dificuldades. Quando se trata de tornar o concelho num dos melhores para se viver, todos contam. Muito obrigado.”* ==

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores.* =====

===== *“Começando por responder à intervenção do Senhor Presidente de Junta, Senhor **José Santos**: É efetivamente um boato. O SIM não vai acabar na freguesia de Ossela. Aquilo que nós estamos a fazer é uma reestruturação do SIM. Nós temos o SIM em alguns percursos com zero utilizadores; o SIM foi uma iniciativa que foi implementada e que custa ao município 4 mil euros mais IVA por mês e tem um custo por utente de 15€. Tem um conjunto de circuitos de freguesias que não têm nenhuma utilização. Estamos com 280 viagens/utilizações e julgo que nunca chegamos às 300, portanto isso é muito pouco. Aquilo que nós estamos a fazer é para esses percursos que têm utilização, integrá-los no TUAZ e criar aí uma resposta conjunta que permita às pessoas poupanças porque neste momento pagam 1€ do SIM mais 0,75€ do TUAZ e passarão a pagar apenas 1€ para assegurarem esse percurso. Há aqui uma economia para as pessoas, assegurando o mesmo serviço. Os serviços que vão desaparecer são serviços que não têm utilização. Em primeiro lugar estamos a legalizar a situação, porque acabou o contrato de concessão com o TUAZ e não houve nenhuma alteração ao contrato. Portanto o TUAZ estava a fazer essa operação sem nenhuma autorização legal para o fazer. Neste momento, a situação vai ser regularizada e a partir do dia 2 de maio o TUAZ vai operar incluindo, digamos assim, a resposta que vinha a ser dada pelo SIM. Isso permitirá que nós asseguremos para estas freguesias que têm mais dificuldades de acessibilidade ao centro, manter a resposta que vinha sendo dada, sem prejuízo de espécie alguma. Aquilo que nos importa também, e foi isso que procuramos fazer, foi regular esta situação porque nós demos autorização e competência à Autoridade Metropolitana de Transporte para regular esta situação; para lançar um concurso público internacional para todos os transportes da Área Metropolitana do Porto e passarem a ser eles a entidade gestora de todas as funções que venham a ser definidas. Existe um modelo*

que está a ser estudado para que o concurso não permita que determinadas regiões da Área Metropolitana do Porto fiquem desertas e sem resposta. Efetivamente algumas regiões são menos apelativas do que outras. Hoje temos um custo para os operadores de 1€ a 1,20€ por quilómetro para poder assegurar o serviço e é evidente que fazer um quilómetro na cidade do Porto ou em cidades com grande densidade populacional é bem diferente de fazer em Oliveira de Azeméis, em Vale de Cambra ou em Arouca. Portanto, se tivermos um modelo que não observe estas especificidades, o que vai acontecer é que vamos ter operadores interessados em circuitos que sejam de grande rentabilidade e não vão estar interessados em circuitos de menor rentabilidade. Estamos a trabalhar com a Área Metropolitana do Porto para que, quando seja lançado o concurso público internacional para a concessão dos transportes metropolitanos, nós tenhamos incluída uma proposta de alargamento do âmbito de ação do TUAZ. Nós queremos que o TUAZ chegue a outras freguesias e regiões do concelho e seja um verdadeiro instrumento de mobilidade e de aproximação dos oliveirenses e das freguesias à área central que é a cidade e portanto, esse trabalho que está a ser feito é uma garantia de forma clara que não vamos ter a freguesia de Ossela sem transportes, sem o SIM... Vai manter-se com uma designação diferente – TUAZ, com vantagens nos custos. Em relação ao muro hídrico, um muro que veda o acesso à zona hídrica: Isto é um problema com alguns anos, é facto que o proprietário interpôs uma providência cautelar, mas não sei se ela lhe permite vedar acesso a proprietários de terrenos para promoverem a limpeza dos mesmos. Eu já tive oportunidade de reunir com o proprietário dos terrenos, ele alega que o muro e a vedação estão construídos na sua propriedade e que o terreno não é público. Estamos a procurar encontrar uma solução para ver se ultrapassamos este problema mas eu não terei qualquer problema, porque acho que faz todo o sentido, em falar com ele e pedir-lhe para ele permitir o acesso aos proprietários dos terrenos circundantes para que estes possam proceder à sua limpeza e cumprirem o que é a sua obrigação e que a lei determina. Agradeço a sua chamada de atenção, não sabia que ele estava a impedir o acesso a outros proprietários e vou falar com ele. Terá que haver aqui por parte deste município, se ele for efetivamente o proprietário do caminho, alguma condescendência para permitir que os proprietários de outros terrenos possam usar essa passagem. Em relação à intervenção do Senhor Deputado **Manuel Soares**: Falou aqui sobre um conjunto de aspetos como o mês contra aos maus-tratos, a Campanha Laço Azul, a CPCJ, enfim, são tudo atividades que são muito importantes e que afirmam um conjunto de realidades que o município de Oliveira de Azeméis já apoiava no passado e está a mantê-las e vai continuar a mantê-las no futuro, olhando para estas dimensões de intervenção e respostas que temos que dar nos mais variados domínios; Com toda a responsabilidade e é isso que fazemos com estas manifestações e campanhas de sensibilização, com toda a nossa adesão a tudo o que são iniciativas que permitam sinalizar problemas em determinado tipo de público e participarmos nos fóruns de reflexão e resolução desse tipo de problemas. Quanto à intervenção do Senhor Deputado **Jorge Pereira** relativamente ao IC2: Agradeço o elogio que nos fez, é um elogio que deve ser estendido a toda a comunidade e todo o executivo. Aquilo que é a sua preocupação em relação à questão das luminárias que faltam e

que devem ter caído, em resultado de acidentes, suponho eu, essa reclamação é feita até muito antes da própria substituição das luminárias. Portanto, nós temos sinalizado junto da EDP a importância que essas luminárias sejam repostas, porque se elas estavam lá é porque elas criam as condições de luminosidade e de segurança que são necessárias para prevenirmos acidentes. Essa situação está identificada e estamos a trabalhar com a EDP para que no seu plano de investimentos que têm previsto para 2018, procedam à colocação dos postes que faltam e gostaríamos muito que substituíssem as luminárias que existem por iluminação led. É também um trabalho que nós estamos a procurar fazer, não só em relação a este ponto em concreto, mas em relação aos muitos milhares que temos no nosso concelho e que ainda são a vapor de sódio e algumas de 150 watts com consumos absolutamente dramáticos e estamos a procurar por essa via envolver a EDP na procura de soluções. Em relação à questão que colocou sobre o Hospital de Oliveira de Azeméis: dizer-lhe que temos essa preocupação em relação do serviço de urgência básico, em relação a esta ambulância de suporte imediato de vida... Nós com o relatório anual de integração da VMER sabemos que esta ambulância é uma necessidade. Tenho essa consciência, mas reconheço que ainda não fiz nada para tentar tornar possível esta resposta no nosso concelho. Agradeço a sugestão e espero também a sua colaboração e ensinamentos nesta área, porque é claramente muito mais especialista do que eu, no sentido de procurarmos dotar o nosso concelho desta resposta e que está prevista na lei. Portanto, aquilo que nos cabe fazer é exigir que a lei seja cumprida e que o Estado a faculte. Ainda não desenvolvi nenhum processo nesse sentido, mas fica aqui o compromisso perante todos os senhores deputados e presentes que vou sinalizar essa situação e vou junto da entidade competente (INEM) para que cumpram o que está previsto na lei. Em relação à intervenção da **Senhora Presidente de Junta – Florbela Silva**: Concordo em absoluto com aquilo que disse. Por acaso, muito sinceramente, tinha ideia que a INDAQUA informava as juntas de freguesia sobre as intervenções que fazia. Eu já vi uns avisos da INDAQUA, não só para as questões que têm a ver com a interrupção dos fornecimentos, mas também com as intervenções. Parece-me uma prática normal no relacionamento institucional para alguém que vai intervir num determinado espaço que é tutelado por uma Junta de Freguesia, tenha o bom senso e prática elementar de informar a natureza da intervenção, duração e que tenha alguma perspetiva dos transtornos que essa intervenção irá causar. Aquilo que eu lhe posso dizer é que vou notificar a INDAQUA para que, de futuro, passe a fazê-lo, porque essas informações são preciosas e é normal que uma ou um presidente de junta, quando confrontado pelos munícipes com uma questão dessas, saiba responder e não seja surpreendido/a. Pelos vistos, parece que aconteceu com intervenções na freguesia de Macieira de Sarnes, sem sequer saber que elas iam acontecer... Não tenho mais nada a dizer sobre isso, é no mínimo estranho e lamento que isso tenha acontecido, pois julgo que a INDAQUA, com alguma facilidade, aceitará essa recomendação e passará a fazê-lo. Em relação à intervenção do Senhor Deputado **João Costa** que tem muito a ver com as barreiras arquitetónicas que existem na nossa cidade e a necessidade de as eliminarmos: Nós temos neste momento em curso um plano em ação de

*irradicação das barreiras arquitetónicas. Portanto, aquilo que nós pretendemos e isto passa por grandes intervenções, mais substanciais, mas também passa por muitas dezenas de intervenções pontuais. Quer dizer, eliminar a papeleira que está no meio do passeio ou suavizar o lancil ou realocar as passadeiras... Enfim há um conjunto de coisas que se podem fazer e que estão a ser feitas. Naturalmente através do “Azeméis Integra” estamos a dar passos nesse sentido, sendo certo que são passos algo tímidos. Temos que ser muito mais ambiciosos. Foi também um desafio que foi lançado nas 150 medidas que nós apresentamos aos colaboradores da autarquia, no sentido de ser implementado um plano para a sua irradicação. Estamos a fazê-lo; isso passa também por várias dimensões que têm a ver com a própria organização da rede viária, trânsito, sinalética, etc., enfim um conjunto de práticas que nós temos tido ao longo dos anos que levam a que não tenhamos a devida e necessária preocupação que devíamos de ter com esse tipo de cidadãos, com esse tipo de especificidades. Portanto, nós quando intervimos num espaço público, quase nunca planeamos a intervenção e temos em atenção essa preocupação prévia que devíamos ter. Em primeiro lugar é um problema de formação interna, de consciencialização de que temos que ter a intervenção pública devidamente planeada e com essa preocupação e, depois olhar para o que já existe e procurar minimizar ao máximo esse tipo de problemas que são criados e que causam constrangimentos a quem tem este tipo de dificuldades. Não somos efetivamente um concelho que foi pensado e planeado para dar esse tipo de respostas e cito este exemplo várias vezes: se um cidadão com mobilidade reduzida, numa cadeira de rodas, quiser aceder a uma reunião do executivo camarário, não tem condições para o fazer, porque a nossa sala de reuniões não tem sequer um elevador e não tem criadas as condições para que os cidadãos possam exercer os seus direitos. Para quem defende a inclusão, quem defende que todos os cidadãos são iguais e devem ter igualdade de tratamento, é evidente que têm que ter esse tipo de preocupações. Os próprios serviços públicos, os futuros edifícios públicos, futuras reabilitações que viermos a fazer, têm que ter sempre presente essa preocupação. Têm que ser criadas essas respostas de acessibilidades a esse público, a todas dimensões do edifício onde é importante que essas pessoas acedam. Muito obrigado pela sua intervenção.”* =====

*===== Pela **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====  
===== “Muito obrigada, Senhor Presidente pelos seus esclarecimentos. O Senhor Deputado Albino Martins está a pedir-me um segundo e eu espero que a sua intervenção seja para esclarecer ou acrescentar algo muito importante para esta Assembleia, porque caso contrário, eu vou-me arrepender de lhe dar a palavra.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins**, do PSD. =====*

*===== “Muito obrigado, Senhora Presidente pela atenção. Eu vou ser mesmo telegráfico e procurar também ser eficiente e pragmático. A questão é com o Senhor Presidente, ele fez esclarecimentos e eu não fiquei completamente esclarecido e penso que a Assembleia também não. O Senhor Presidente quando falou do Centro de Saúde, fez referência à questão do litígio entre a ARS e o município e sobre 300 mil euros que o município deve à ARS por causa do*

*Centro de Saúde novo. Eu queria, se fosse possível, que dissesse a origem desses 300 mil euros para nos esclarecer a todos. Muito obrigado.”* =====  
===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior.* =====  
===== *“ A justificação é muito simples...O protocolo foi feito; E a Câmara Municipal, para a instalação do novo Centro de Saúde no local onde está atualmente, disponibilizava o terreno e assegurava a comparticipação de 30% do valor da obra. Esses 30% eram cerca de 700 mil euros e a Câmara pagou 400 mil euros, portanto deve 300 mil euros. É tão simples quanto isso. Neste momento existe informação que pagou os 400 mil euros; existe também informação de que não pagamos os 300 mil euros. Nós podemos aqui equacionar duas possibilidades: ou avançamos para um processo judicial e procuramos diminuir aqui responsabilidades, sendo certo que aquilo que nós temos são 400 mil euros pagos e 300 mil euros por pagar. Podemos invocar que nunca nos foi exigido o pagamento em falta – o que é facto é que aquilo que está previsto são 30% do valor das obras. Portanto, o que nós entendemos é que temos a possibilidade de avançar para um processo contencioso onde nós reclamamos a propriedade do edifício e recusamos pagar o que devemos, ou procuramos encontrar uma solução que permita resolver o problema. Neste momento, ainda estamos a trabalhar na solução que permita resolver o problema, mas é evidente que antes de avançarmos com uma proposta, aquilo que nós fizemos foi perceber o estado das coisas. Não avançamos “às cegas”. Fizemos um levantamento daquilo que eram as responsabilidades das partes, olhamos exaustivamente toda a documentação que existe, toda a troca de informação... Aliás, constituímos processo que é uma coisa que é surpreendente. Juntamos a informação dispersa que existia na gestão documental e a que não existia introduzida no sistema; constituímos um dossier; um processo que nos permitiu esclarecer as próprias entidades em relação à propriedade dos equipamentos, o Decreto-Lei que regulamentou a transferência dessa propriedade e a partir daí encetámos um processo negocial com a ARS Norte e aquilo que eu lhe posso dizer é que, por parte da ARS Norte, encontramos total abertura e colaboração para a resolução do problema. É muito saudável que isso aconteça porque é evidente que se por um lado eu digo que nós não gastaremos um cêntimo a tratar de assuntos que não são da nossa competência, também não gastarei um cêntimo se nós não o devermos... Disso não tenha qualquer dúvida, portanto se nós não devermos o dinheiro à ARSN ou ao Ministério da Saúde não pagaremos. Agora também há uma garantia que eu deixo, se o devermos, vamos pagar. Independentemente da forma como nós tratamos das coisas, aquilo que são as obrigações que alguém assumiu em nosso nome, no passado, e estou a falar em “nosso nome”, em nome da comunidade, agora são obrigações nossas. Eu espero que quando eu sair daqui aquilo que são as obrigações, que eu assumi em nome da comunidade oliveirense, sejam assumidas também por quem me vem substituir. Nessa perspetiva, os compromissos que foram assumidos pelos anteriores executivos, eu vou dizer isto, mas nem faz sentido desde que sejam devidamente equacionados e regulados, serão assumidos por nós. Como lhe disse, temos tido um quadro de*

*completa colaboração institucional com a Administração Regional de Saúde. Não temos tido nenhum tipo de perturbação, não nos tem sido criado nenhum tipo de dificuldade. Tem havido abertura para negociarmos, um entendimento que permite ultrapassar o problema, porque como vos disse a Administração Regional de Saúde não quer o edifício a degradar-se a cada dia que passa, não quer o edifício abandonado porque é claro que aquilo é uma chancela negativa, numa zona nobre da nossa cidade. Ambas as entidades estão imbuídas num espírito colaborativo, no sentido de procurar rapidamente uma solução que seja do agrado de ambas as partes. E espero que isso venha a acontecer muito brevemente e tenhamos a possibilidade de resolver um problema que se arrasta há vários anos. Muito obrigado.”* =====

*===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*  
*===== “Muito obrigada, Senhor Presidente. O “Período de Antes da Ordem do Dia” já vai longo, mas vou fazer uma intervenção, será muito breve.” “Mais uma vez um bem-haja a todos. Quero partilhar convosco que: no dia 3 de março participei, juntamente com os dois secretários da Mesa desta Assembleia Municipal e o Senhor Deputado Pedro Paiva, que teve a gentileza de nos transportar na sua viatura particular, no 2º Encontro Nacional das Assembleias Municipais, que se realizou em Lisboa, no Fórum Municipal, sede da Assembleia Municipal de Lisboa. A sessão decorreu entre as 9:30h e as 17:00h e contou com a participação de centenas de autarcas, presidentes, secretários e outros deputados das mais variadas Assembleias Municipais de norte a sul do país e também das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e também de várias entidades convidadas a participar nas mesas. A sessão de abertura foi às 10:00h, contou com o Presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) José Manuel Pavão, que apresentou o percurso histórico dessa Associação e salientou a importância da autonomia administrativa e financeira das Assembleias Municipais. A Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta, deu as boas vindas a todos, partilhou algumas experiências da sua presidência, salientou o lema deste Encontro “A sede da Democracia Local está na Assembleia Municipal”, tecendo algumas considerações sobre o funcionamento e necessidade das Assembleias Municipais, particularmente a clarificação do estatuto entre eleitos e inerentes e a necessidade de um Orçamento para as Assembleias Municipais. O Presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, salientou que o ano de 2018 é o período ideal para procurar entendimentos alargados para além da atual legislatura, que incluíssem todos os partidos com acento parlamentar. Salientou a importância da ANAM e a importância de discutir e definir o papel de vários poderes locais. O Painel das 11h – O papel das Assembleias Municipais no Poder Local Democrático, contou com o Deputado da Assembleia da República, Jorge Lacão, que salientou a importância da competência deliberativa que a lei atribui à Assembleia Municipal, que o modelo de apreciação das matérias por parte da Assembleia Municipal deveria aproximar-se do verificado na Assembleia da República, ou seja, a apreciação na generalidade, seguida de uma outra na especialidade e só então por fim uma final global; A Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta (em substituição do Professor Freitas do Amaral, que não pôde comparecer), moderou a Mesa;*

*O Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, que recordou que num quadro de descentralização de competências que o governo pretende ver concretizado até 2019, a Assembleia Municipal terá necessariamente uma intervenção reforçada, devendo adaptar a sua cultura de funcionamento e os seus instrumentos operativos àquilo que é um quadro de competências alargado. Pelas 12:30h debateram-se opiniões e ideias sobre “Autonomia administrativa e financeira das Assembleias Municipais” e “Descentralização de poderes”. Após o almoço de trabalho, pelas 14:40h deu-se início à sessão da tarde com a seguinte Ordem de Trabalhos: Alteração dos Estatutos da ANAM; Proposta de Quotas para 2018; Marcação do 1º Congresso da ANAM. Foi lembrada a Declaração de Mirandela – 1º Encontro da Assembleia Municipal de 9 de abril de 2013. Foi elaborada durante a tarde de forma participativa uma Moção – para a melhoria da qualidade da democracia local – votado primeiro na generalidade, depois na especialidade e finalmente aprovada por unanimidade e aclamação. Esta moção deve ser apresentada por Helena Roseta junto da Assembleia da República, para ser remetida à Presidência da República, ao Governo, aos partidos com assento parlamentar, à ANAM e à ANAFRE e a todas as Assembleias Municipais. Foi apresentada e aprovada a proposta de quotas da ANAM para 2018. Foi aprovada a marcação do 1º Congresso ANAM, para 19.05.2018 em local a definir, e que posteriormente veio a ser confirmado em Maфра. Nos e-mails que fui enviando aos líderes dos grupos municipais, particularmente a 25.03 e 5.04, constam vários documentos enviados pela ANAM entre o 2º Encontro, Regulamento da ANAM e a proposta de Adesão à ANAM. Deixo-vos o Decálogo das Assembleias Municipais, resultante do 1º Encontro da Assembleia Municipal em Mirandela em 2013, a Moção, resultante do 2º Encontro das Assembleias Municipais em Lisboa em 2018 e um modelo de apreciação de proposta de adesão a esta Associação (ANAM). Postos estes considerandos, apresento agora a Assembleia Municipal a seguinte proposta: Ao abrigo do n.º 2 do Art.º 50 da lei 75/2013, de 12 de setembro – tratando-se de Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, e considerando que a adesão do Município de Oliveira de Azeméis à ANAM é muito importante, proponho aos Senhores Deputados acrescentar um ponto no final da Ordem de Dia desta Assembleia, que será o ponto 17 com a seguinte redação: Recomendar à Câmara Municipal, que delibere a participação do Município de Oliveira de Azeméis na ANAM, designando a Presidente da Assembleia Municipal como representante do município na ANAM.”*

*=====*  
*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*  
*===== “Anunciar que: O PSD gastou, 30 minutos e 16 segundos; O PS gastou, 15 minutos e 55 segundos; e CDS/PP gastou, 3 minutos 16 segundos; Estes foram os tempos utilizados no “Período de Antes da Ordem do Dia””. =====*  
*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*  
*===== Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Período da Ordem do Dia. =====*

=====**Ponto um: Aprovação da ata número quatro da Assembleia Municipal;**  
 =====*Presente para aprovação a ata n.º 4 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 24.02.2018.* =====  
 =====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====  
 =====*Colocada à votação, a ata n.º 4 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 24.02.2018, foi aprovada por maioria.* =====  
 =====**Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;** =====  
 =====*Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====  
 =====*A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====  
 =====*“Senhora Presidente, a informação foi disponibilizada aos senhores deputados. Trata-se de um conjunto de índole financeira, informação que permite perceber o que devemos a fornecedores, processos em contencioso, execuções de PPI’s ao nível da receita e da despesa. Estou disponível para quaisquer esclarecimentos que queiram solicitar. Muito obrigado.”* =====  
 =====*Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Albino Martins e Rui Rocha.* =====  
 =====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins, do PSD.*** =====  
 =====*“Concluída a primeira fase da Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro, cresce de dia para dia o preenchimento destes preços com a implantação de novas empresas, caminhando-se rapidamente para a ocupação total das parcelas já reservadas. E com este crescimento vai-se evidenciando uma lacuna notada desde o início: os acessos. A rua da Vidigueira nunca foi um acesso condigno, mesmo quando ali havia apenas duas ou três unidades fabris. Agora, com pesados de grande dimensão a circularem a cada momento, não só a via é estreita como o piso se degrada, dificultando a vida aos utilizadores da zona industrial e aos moradores das proximidades. A Câmara Municipal estará atenta a esta premente necessidade mas, além da atenção reclama-se ação. O Senhor Presidente da Câmara afirmou esta semana em conferência de imprensa que ainda não tem financiamento mas que o executivo se empenhou nestes meses que leva de trabalho a encontrar soluções para os acessos à nova Área de Acolhimento Empresarial. Mas, Senhor Presidente, estas soluções não existiam já? Ao que julgo saber da informação que fui lendo nos últimos anos, o anterior executivo municipal elaborou projetos, estabeleceu contactos com proprietários e estaria a preparar o início daquela que chamava a via do sudoeste. Sendo que o avanço desta via estruturante que deverá chegar à cidade não se vislumbra a curto prazo, com um troço de cerca de um quilómetro, resolve-se a ligação condigna da área empresarial à variante. Sabe-se que para este pequeno troço, dos contactos estabelecidos, havia um primeiro pré-acordo com a maioria dos proprietários e para as situações sem acordo, já havia declaração de utilidade pública para avançar rapidamente*

*com as expropriações. Não se entende, por isso que se tenha andado à procura de soluções para os acessos, como é referido nomeadamente nos Jornais de Notícias do dia de 24 de abril. Posto isto, gostaríamos de saber, Senhor Presidente, se a Câmara rejeita as soluções existentes e opta por outras para aqueles acessos. Se sim, qual a alternativa encontrada.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Rui Rocha, do PS.*** =====

*===== “Muito bom dia a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia – Dra. Helena Santos. Trata-se de um pedido de esclarecimento, muito rápido. Senhor Presidente, têm-nos dado a conhecer a conclusão de um dos processos em curso nos tribunais, constava já no relatório do Orçamento de 2018, na apreciação escrita do Senhor Presidente apresentado na última sessão desta Assembleia - a expropriação de seis parcelas à entidade Azemoldes Lda. Podemos constatar que haviam sido elaborados relatórios arbitrários que atribuíam às parcelas um valor global aproximado de 129 mil euros, após recurso do município, o tribunal sentenciou a pagar ao expropriado pelas referidas parcelas aproximadamente 224 mil euros. Quase mais 100 mil euros do que a verba inicialmente estabelecida para a expropriação. Senhor Presidente, embora tenhamos conhecimento que este processo se gerou com o antigo executivo, agradeço que nos esclareça deste assunto. Foi efetuado, ou são efetuadas, quer neste caso, quer em casos semelhantes, avaliações que permitam lançar para um recurso com a devida ponderação? Embora em contexto diferente, temos a informação de dois novos processos relacionados com trabalhadores do município. Como é que será feito este tratamento? Devemos querer defender os interesses dos oliveirenses, mas concordará que não podemos em momento algum ser imprudentes e agir no impulso da probabilidade ou do desejo. Obrigado.”* =====

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores.* =====

*===== “Muito obrigado, Senhora Presidente. Em relação às questões colocadas pelo Senhor Deputado **Albino Martins**: quem reclama novos acessos à Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro são os empresários e são os investidores, que dizem que os acessos preconizados, são acessos que não servem os interesses daquela área de acolhimento empresarial e eu concordo dessa opinião. E não só não servem os interesses daquela área de acolhimento empresarial, como comprometem a futura estratégia industrial que nós temos para toda aquela região. Portanto, nós temos duas possibilidades, mais uma vez. Ou incorremos nos erros do passado, ou olhamos para as questões e tentamos encontrar as soluções que melhor servem os interesses do concelho. A solução preconizada, para além de tremendamente cara, e temos aqui um exemplo de como decorrem os processos expropriativos... Se me permite respondo já à sua questão. Temos aqui uma sentença condenatória de 224 mil euros, julgo que foi isso que referiu e que na prática significa que estamos a pagar a este proprietário a quem nós expropriámos os terrenos, a 26 euros o metro quadrado. Quando vendermos o terreno, depois de investirmos 6 milhões de euros na infraestruturação da zona industrial a 17 euros o*

*metro quadrado, ou seja, nós fomos condenados a pagar 26 euros o metro quadrado, quando estamos a vender depois de uma afetação de recursos financeiros substâncias a 17 euros o metro quadrado. Portanto, temos que ter alguma cautela nestas coisas, porque eu relembro que tínhamos previsto 700 mil euros em indemnizações dos terrenos da área de acolhimento e o valor mais que triplicou. Com estes aspetos que foram aqui referidos este valor têm tendência para ainda ser superior. Aquilo que estava previsto eram 12 milhões de euros a serem gastos/investidos na área de acolhimento; foram gastos 6 milhões e os investimentos que não foram feitos, foram os investimentos que ficaram fora da candidatura. Não havia capacidade para executar a candidatura. Esse dos acessos foi um deles; é um investimento substancial, estamos a falar de 3 milhões de euros. Um outro investimento substancial é a ETAR. Estamos neste momento com um problema seríssimo com a autoridade de gestão que vai fazer uma vistoria ao local, e por nós não termos feito a ETAR, corremos riscos de termos problemas e de irmos a devolver mais fundos comunitários. Já devolvemos 433 mil euros de fundos comunitários no princípio de 2017, estamos com problemas do edifício do BUSINESS CENTER. Neste momento a equipa de arquitetura, conjuntamente com a empresa que o construiu e com os serviços da Câmara, estamos a procurar encontrar soluções para dezenas de problemas que subsistem por resolver. Temos hoje problemas, equipamentos que nunca iniciaram o funcionamento e que já estão avariados, tanto que não trabalham. Temos algo que é fundamental que é tinta de proteção de todo o edifício, uma tinta que é antifogo e anti corrosão que devia ser aplicada em condições de controlo de humidade e temperatura rigorosas ... e neste momento a pintura está degradada. A fiscalização que vai ser feita pela autoridade de gestão, vai perceber precisamente isso e temos aí mais um problema. Neste momento, quem visita a zona industrial percebe que nós estamos a esventrar a zona industrial porque não estava prevista a instalação de água à frente do edifício e tivemos que rasgar a rua para podermos instalar água no BUSINESS CENTER. Vamos ter que fazer mais de meio quilómetro de vala em espaço que foi recentemente asfaltado, em passeios que foram construídos, para construir negativos para passarmos os cabos elétricos que vão alimentar as empresas que lá estão a ser instaladas, porque dos três negativos que estavam previstos apenas um está instalado. O que quer dizer que as diferentes infraestruturas que têm de passar em canais separados, teriam de coabitar e isso não é permitido por lei. Mas mesmo assim, não é possível passarem a totalidade dos tubos que eram necessários passar. Temos ali um conjunto enorme de problemas e de constrangimentos. O acesso é algo que deve ser colocado em cima da mesa. Eu, se tiver possibilidades de fazer um acesso por 500, 600, 700, 800, não faço ideia de quanto é que custa, estamos a trabalhar nisso e temos 6/7 soluções diferentes que correspondem unicamente a um fim. Ou seja, temos seis soluções para um Nó de acesso – há várias configurações que são possíveis, mas o objetivo de que estamos a falar é de um acesso que permita uma ligação rápida ao coração da Área de Acolhimento de Ul/Loureiro, mas que, por outro lado, permita assegurar aquilo que é a nossa futura estratégia da sua expansão. Portanto, nessa perspetiva, aquilo que estamos a fazer é perceber se é possível, já que não temos financiamento para o acesso*

*inicialmente previsto; se é possível encontrarmos um acesso muito mais barato e que sirva ainda melhor os interesses desta área de acolhimento, que é absolutamente estratégica para o nosso concelho e é a única que nasceu de raiz, com cabeça, tronco e membros e devidamente planeada. Bom, a Rua da Vidigueira é uma tragédia, assim como é a Rua da Moura... uma rua em terra batida, uma rua de terceiro mundo. A rua que liga à Rua Almas da Moura é uma rua que está em terra batida, inclusive é uma rua que serve uma empresa de camionagem, ou seja, nós andamos lá esta semana a tapar buracos. É isso que temos feito e é isso que as condições atmosféricas permitem fazer, mas é apenas um paliativo. Aquilo que deve ser feito é a requalificação dessas ruas, não só na Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro, mas também na zona industrial de Cesar/Fajões/Carregosa, na própria zona industrial de Oliveira de Azeméis. Enfim, nós temos também em Nogueira do Cravo/Pindelo, o estado das nossas indústrias, rede viária, sinalética é um estado que exige a nossa atenção, exige a afetação de recursos financeiros e é algo que tem que ser feito. Estamos a procurar introduzir algumas dessas intervenções, naquilo que são os nossos planos de intervenção, para procurarmos resolver essas situações porque efetivamente o acesso à zona industrial na zona da Vidigueira... bem, eu nem tenho nada a dizer sobre aquilo. Aquilo é quase intransitável, não podemos chamar rua àquilo. Estamos a falar de um troço que é uma sucessão de buracos e como compreende, Prof. Albino, os industriais e as pessoas que se servem daquela via, estão constantemente a reclamar do seu estado, portanto concordo consigo que aquilo precisa de uma requalificação profunda e deixe que lhe diga, só para terminar, quem está a reclamar um novo acesso são precisamente os nossos empresários. Isto tem a ver com essa empresa de transporte, com as características da empresa e tem a ver com essa construção a que chamaram consórcio e que eu não conheço muito bem, mas sei que um conjunto de empresas como a Nova Arroz, Saludães, Valente Marques que estão a fazer ali um investimento na área de acolhimento... A própria expansão da AFS e da GOODRYSER, a intenção de um grande empresário em concentrar lá uma unidade industrial que traria muitas dezenas de camiões de trânsito pesado... Ou seja temos aqui uma configuração de um conjunto de empresas que trazem diariamente àquela área de acolhimento, muitos camiões e trânsito pesado que têm que ter vias com outro tipo de características. Nós não podemos fazer um acesso àquela zona, é o tal quilómetro que referiu, mas passa pelo meio de casa. Quer dizer? Nós temos que olhar para isto e perceber que isto vai causar transtorno à população e perceber se essa é a melhor solução e depois, se o for, ela já está projetada e temos que arranjar recursos financeiros para a implementar e esses recursos financeiros são substanciais, mas estamos atentos e por isso é que numa primeira fase, gostaríamos de encontrar um acesso mais barato e eficaz que não esse que estava previsto. Em relação à questão dos dois funcionários, primeiro é uma decisão condenatória. É uma sentença em relação a uma empresa que tinha terrenos na área de acolhimento empresarial que a Câmara expropriou e agora veio uma decisão que nos condena a pagar os 223 mil euros, mais concretamente, aproximadamente 180 mil porque 50 mil euros já tinham sido pagos. Em relação aos funcionários: são dois funcionários da autarquia que vêm reclamando desde 2014 subsídios*

*de turnos que nunca lhe foram atribuídos e moveram ações judiciais contra a autarquia com o suporte do sindicato de trabalhadores de autarquias locais. Estes trabalhadores estão ligados aos estaleiros. Muito obrigado.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins**, do PSD. =====*

*===== “Muito obrigado Senhora Presidente. Senhor Presidente, fez aqui duas afirmações e eu já percebi que há outras soluções em estudo. Eu só queria deixar esta nota: os dados que tenho, podem estar errados, é que a solução apresentada na negociação apontava para um gasto de 300 mil euros e o Senhor Presidente falou em 3 milhões para aquele acesso. 300 Mil euros para indemnizações... que houvesse um pequeno desvio, depois era a construção. É uma achega que deixo. Outra questão que deixo aqui: fez acusações gravíssimas de obras mal feitas e por fazer. Eu queria dizer que a fiscalização foi feita pela FMS. Nós gostaríamos que logo que possível nos informasse sobre o relatório da FMS. Muito obrigado.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

*===== “Vamos lá ver uma coisa: Os 300 mil euros são só para as expropriações. Nós estamos a falar na construção do primeiro troço que estava previsto para o acesso e via de sudoeste, esse envolve custos avultados. Aquilo que nós estamos a dizer, é, se for possível uma outra solução que permita o acesso à Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro que é uma solução que vai de encontro àquilo que são as pretensões não só dos utilizadores, mas também dos próprios empresários e investidores. Se essa solução, para além de dar essa resposta, permitir ainda um maior encaixe naquilo que deve ser a estratégia industrial futura para toda aquela zona, então nós não devemos ter qualquer problema... Não seria a primeira vez que nós abandonaríamos um projeto desenvolvido e não vejo nisso nenhum problema, nem tenho nenhum tipo de crítica a fazer nessa matéria porque o projeto era intenção, a vontade e melhor solução que era preconizada na altura. Se nós percebermos em função da evolução das coisas ou até das exigências que vêm sido feitas pelos funcionários que outra solução é que deve ser estudada - e não quer dizer que venha a ser concretizada ou que seja passível de ser concretizada - nós devemos fazê-lo. É nesta fase que nós estamos. Neste momento, estamos a estudar uma solução que permita um acesso mais rápido ao coração da área de acolhimento, porque entendemos, como disse, que essa solução sirva os interesses dos funcionários e investidores, mas também a estratégia futura do município para aquela região. Nós temos nas fiscalizações um conjunto de particularidades... porque as empresas procuram fazer o seu trabalho mas muitas vezes os construtores procuram dificultar esse trabalho. Nós não estamos aqui a “sacar” nenhuma responsabilidade à empresa de fiscalização, nem teremos que o fazer. O que nós estamos a fazer é a exigir que aquilo que o município pagou, aquilo que estava contratualizado no caderno de encargos seja cumprido. E não foi. Hoje chove; há infiltrações de água no BUSINESS CENTER. Hoje nós temos buracos no pavimento onde supostamente deviam estar mangas para recolha de lixo. Nós temos autoclismos que faltam; temos falta de sinalética;*

portas que abrem pelo exterior; temos a pintura do edifício completamente degradada; temos os sistemas de incêndio por funcionar; a totalidade dos equipamentos técnicos que estão instalados não têm a receção técnica do seu funcionamento feita. O que estamos a fazer é, ao abrigo da garantia da caução exigir ao construtor/empreiteiro que cumpra as suas obrigações. Se ele não o quiser fazer, nós vamos acionar essa garantia e vai a Câmara fazer essas obras sendo certo que é preciso perceber, e temos vários casos onde isso acontece, que quantidade de obras que são necessárias fazer não são cobertas pelo valor da caução. Este parece-me um dos casos, porque só a pintura de toda a estrutura... Como sabem o edifício foi premiado, os arquitetos foram lá fazer-nos a entrega de um livro que corresponde, digamos, ao evento onde eles foram premiados. Aproveitámos e fizemos uma visita a todo o espaço... esse problema foi identificado logo por eles como um problema grave e que tem que ter resolução urgente. Portanto, temos ali um conjunto de preocupações, que têm que ser resolvidas e cabe ao empreiteiro resolver, porque a própria fiscalização detetou esses problemas. Os próprios arquitetos detetaram esses problemas, existem listas de falhas, de omissões de coisas que não foram feitas e que deviam. Já fizemos reuniões com o empreiteiro e foi-lhe dado um ultimato para que assuma as suas obrigações, e se não o fizer a indicação que já foi dada aos serviços é que utilizemos os meios que temos ao dispor para o obrigar a cumprir. É disto que se trata, vamos ver se as coisas correm bem. É evidente que esta área de acolhimento empresarial tem um conjunto de episódios que são no mínimo dantescos. Como por exemplo, chegarmos a esta altura e termos energia provisória porque não temos condições para fazer a receção da baixa tensão. Nós tivemos a particularidade de, por dois ou três dias, na entrega do requerimento da ligação de média tensão, em vez de 400 mil euros pagámos 800 mil euros à EDP para fazer a baixada. Temos um conjunto de aspetos que são aspetos absolutamente extraordinários... Nós temos uma empresa cuja atividade depende muito do fornecimento de gás, e não tínhamos o fornecimento do gás assegurado. Tudo isto tem que ser resolvido para que se possa fazer a receção definitiva da obra e evitar termos problemas com a própria autoridade de gestão, porque claro que as coisas têm prazos e têm que ser cumpridos. A fiscalização que vamos ter será feita pela autoridade de gestão, que nos comunicou a sua intenção de o fazer, ainda não nos disse quando, para procurar perceber se o edifício está em condições de ser utilizado. Muito obrigado.” =====

===== A Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do Município. =====

===== **Ponto três: Certificação legal das contas do Município – Relatório e parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Conhecimento e apreciação;** =====

===== Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Senhora Presidente é exatamente isso. É o parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas com as demonstrações financeiras que aqui estão refletidas e evidenciadas

com a exceção das reservas que aqui estão referidas. Representam fielmente a situação do município à data de 31 de dezembro de 2017, portanto, na prática, é a informação que os Revisores Oficiais de Contas nos têm a transmitir em relação àquilo que foi o seu trabalho de apreciação das contas da autarquia.”

=====  
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====  
 ===== A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o Relatório e parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. =====

=====  
 ===== **Ponto quatro: Documentos de Prestação de Contas Individuais 2017 - Apreciação e votação;** =====

=====  
 ===== Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

=====  
 ===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====  
 ===== “Muito obrigado, Senhora Presidente. De forma muito breve vou apenas falar dos grandes números que nós estamos aqui a analisar. Os principais indicadores da performance económica e financeira das contas de 2017 do Município de Oliveira de Azeméis, porque acho que é isso que é mais relevante. Nós tivemos no exercício de 2017, um resultado líquido positivo de 3.361.070,84€. Tivemos uma redução anual da dívida do município, 4.574.586€, ou seja, a dívida municipal passou de 22.8 milhões de euros para 18.3 milhões de euros, em números redondos. O prazo médio a fornecedores que era de 46 dias passou para 43 dias, ou seja, houve aqui uma redução do prazo médio de pagamento de 3 dias. Naturalmente, quando reduzimos dívida municipal, reduzimos endividamento e a redução anual do endividamento líquido municipal foi 4.677.921€. Ou seja, passou de 12.7 milhões de euros em 2016 para cerca de 8 milhões de euros, em números redondos em 2017. Aqui estamos dentro dos limites legais que estão definidos na Lei 2/2007. Tivemos uma redução anual com os empréstimos bancários de médio e longo prazo de 3.957.842€; O endividamento de empréstimos bancários de médio e longo prazo diminuiu 16.2 milhões de euros em 2016 para 12.3 milhões de euros no final de 2017. Um outro número importante é o volume de investimento anual, que se quantificou em 2.867.829€. Portanto, estes são os grandes números das nossas contas, julgo que não fará muito sentido, dado o adiantado da hora, estarmos aqui a fazer uma análise financeira e patrimonial das contas, estarmos a analisar despesa a despesa o que é que aconteceu ou o grau das coisas. Vocês têm essa informação e eu prefiro disponibilizar-me para aquilo que forem as vossas questões e, naturalmente, dentro da medida do possível, dar todos os esclarecimentos que entendam necessários.”

=====  
 ===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de **Bruno Rodrigues, Jorge Melo, Fernando Pais e Bruno Aragão**. =====

=====  
 ===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Deputado Bruno Rodrigues, do PSD**. =====

=====  
 “Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, Caros Deputados, público aqui presente e Comunicação Social: Bom dia a todos. O documento de prestação de contas veio confirmar os dados financeiros positivos apresentados na última Assembleia, através dos dados provisionais do relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro. Como o Senhor Presidente da Câmara já referiu, a dívida situa-se próxima dos 18 milhões de euros e não acima dos 20 milhões, como era espectável pela autarquia no final do ano passado. Isto traduz-se numa redução de dívida acumulada de quase 37 milhões de euros nos últimos 10 exercícios. O prazo médio de pagamentos foi de 43 dias, três dias mais baixo que o previsto no último relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro e três dias no limite abaixo definido por Lei. Esta execução económico-financeira coloca os indicadores abaixo do projetado no Plano de Saneamento Financeiro para o ano de 2017. A doutrina do ano eleitoralista e despesista, das dívidas escondidas e o ano que terminaria com uma dívida acima dos 20 milhões de euros cai por terra com estes resultados. Por fim, decidi fazer uma comparação entre as principais conclusões da prestação de contas do ano de 2016 e do ano de 2017... Realmente foi interessante e curioso verificar que as principais conclusões quase que se podem decalcar de um ano para o outro. Temos neste momento as contas equilibradas e isso é algo extremamente positivo para o futuro do nosso município. Muito obrigado.”

=====  
 A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Jorge Melo, do CDS.**

=====  
 “Muito obrigado Senhora Presidente. As contas municipais do exercício de 2017 revelam a manutenção de uma imposição de redução da dívida, por via de um Plano de Saneamento Financeiro. Os documentos apresentados evidenciam que foram cumpridos os objetivos de equilíbrio financeiro e do cumprimento da Lei das Finanças Locais. Houve redução da dívida global do município; diminuição de dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo; redução do endividamento líquido municipal; diminuição do volume de dívida a fornecedores. No que concerne à conta de gerência há críticas a fazer. Com saldo final das contas de gerência de 4.2 milhões de euros que se considera elevado, mas o mesmo não pode ser lido como a melhor gestão. Pois este saldo elevado foi à custa de não investir. De desinvestimento ou adiamento de investimentos no território e a bem dos oliveirenses, cada um dirá da maneira que mais gostar. O ano de 2017 foi francamente pior que o de 2016 que tinha sido péssimo no tocante a investimento. Em 2017 as despesas de capital no valor, perto de 8.7 milhões de euros, foi o mais baixo registado desde de 2012. Portanto, de 2013 a 2017 foram cinco anos seguidos da vida dos oliveirenses a andar para trás. Os números não enganam nem são mentira. Senhora Presidente e Senhores Membros desta Assembleia, desde 2008 e até 2020 foram impostas condições como garantia para o empréstimo de 34 milhões de euros para acudir a uma situação de colapso e restam ainda por amortizar aproximadamente 10 milhões. Foram e têm sido tempos muito difíceis para o nosso concelho, os programas de campanha eleitoral dos partidos refletem isso mesmo: O que falta a Oliveira de Azeméis? O que já deveria ter sido feito

*que outros concelhos já o fizeram e nós ainda não?... Cobertura de água potável e saneamento dos mais baixos em todo o continente; crescimento dinâmico do nosso tecido empresarial privado e sem zonas industriais em quantidade suficiente e estruturadas para uma indústria competitiva e evolutiva; assistiu-se a instalações de empresas em zonas habitacionais ou em zonas não qualificadas e pior ainda, saída de empresas para se instalarem em outros concelhos que ofereciam melhores condições. Um plano de urbanização da cidade de Oliveira de Azeméis congelado; as fotografias de que era Oliveira de Azeméis em 2008 são as mesmas de 2018 – não perderam a “qualidade”. Problemas muito graves de contaminação de aquíferos, linhas de água e os principais rios que atravessam o concelho. A internalização da Fundação La-Salette e a GEDAZ na Câmara que custaram respetivamente – 500 mil euros e mais 3 milhões de euros. A cidade de Oliveira de Azeméis não tem uma circular de água interna, também não tem uma via de circulação interna, tem obras por acabar que levam a lado nenhum. Agora que estamos com uma dívida de empréstimo de saneamento financeiro que já está em 10 milhões – “está quase”, o município já cumpre com o seu limite de investimentos que é autorizado por Lei. Saudamos e votaremos a favor da suspensão do mecanismo da aplicação do PSF – Plano Saneamento Financeiro, que é hoje proposto pelo executivo municipal. Precisamos de investimento; investimento assertivo e responsável que consiga voltar a trazer Oliveira de Azeméis para a ribalta do progresso e da modernidade. As dívidas são para pagar. Fizeram bem os executivos anteriores sendo responsáveis em cumprir todos os elementos de redução a que estavam obrigados. Mas, foi mal feito aos oliveirenses com impostos arrecadados sempre a aumentar e sendo o último verificado e recorrente da atualização das avaliações de imóveis com o aumento de quase 2 milhões de IMI. Dizemos que estavam obrigados e, se estavam obrigados não podem cantar vitória nem ornamentar as cabeças com louros. O CDS de Azeméis continua fiel à sua orientação, isto é, deve haver um rigor extremo na assunção de despesas correntes para ficar a fatia tanto maior quanto possível para investimento qualificante e duradouro. Assim saudamos a opção do atual executivo pela primeira revisão ao plano para 2018, ao alocar a totalidade do saldo orçamental, 3.3 milhões de euros, para reforço da rubrica – viadutos, arruamentos e obras complementares. Que assim verá a sua dotação passar de cerca de 840 mil euros para cerca de 4.2 milhões de euros. Cinco vezes mais. Estamos de acordo, este valor de 4.2 milhões era o também já estimado pelo executivo anterior, mas com uma diferença: era para ser executado em 2017. Já está com um ano de atraso. E de atraso em atrasos não queremos passar a um “atraso de vida”. Este relatório de contas não tem, portanto, nada mais de relevante a escarpelizar. Depois do levantamento do procedimento do Saneamento Financeiro ser for aprovado por esta Assembleia Municipal, vem ao próximo ano para avaliarmos objetivamente para qual é a fibra deste novo executivo que foi sufragado pelos oliveirenses com uma margem expressiva, e que agora, tem que mostrar o que vale. Estaremos atentos apoiando e criticando sempre em tudo o que tivermos entendimento, do que é melhor para os oliveirenses. Muito obrigado.” =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Fernando Pais, do PSD.* =====

===== *“Contas são contas, não há aqui rigorosamente nada a avançar. As contas do município refletem aquilo que nós bem sabemos: uma redução substancial do endividamento municipal... Esta é a nossa realidade e que nós temos de controlar... Temos que reconhecer que isto foi um pouco feito à conta da diminuição em algum investimento, mas também há algum investimento feito. Mas, a principal preocupação das contas refletidas neste relatório é que nós encaramos isto como uma resolução da dívida. Ou seja, uma câmara com algum saneamento financeiro realizado é uma câmara que tem outra imagem pública, é uma câmara que tem outra credibilidade perante os credores e perante todos os agentes sociais e políticos. Portanto, o facto é que podemos ter aqui alguma “satisfação” pela redução do endividamento público municipal e, que isso continue e que caminhemos de facto para uma situação de equilíbrio orçamental e financeiro e assim se potencie a partir disso novas oportunidades. Este orçamento reflete praticamente todo o esforço feito pelo executivo anterior, e em parte pelo novo executivo. Já temos o orçamento aprovado para 2018, portanto, no fundo fazer uma análise política disto, dizendo que nem tudo está bem, como é óbvio, é preciso dinamizar certas coisas e apontar aquilo que tem que ser feito, mas sempre numa perspetiva construtiva. De facto, é o que nos apraz registar. Nós não temos nenhum problema, vamos votar a favor. As contas podem não refletir a ideia estratégica de cada um de nós, mas são estas contas que temos que apresentar, analisar e aprovar. Obrigado.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *“Muito boa tarde a todos. Sintam-se cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia. Espero que todos tenham tido um excelente 25 de abril, sempre um momento para recordarmos aquilo que, hoje, fazemos e que é discutirmos o que desejamos para nós, para as nossas famílias e para a nossa comunidade. Sra. Presidente solicito a sua autorização para suportar a minha intervenção com algum suporte visual. Permita-me, no entanto, que antes de iniciar a intervenção possa reler uma parte da ata que aprovou o orçamento cujas contas hoje debatemos, para que possamos estar em sintonia com o que foi esse momento e possamos fazer hoje uma discussão mais franca, um esforço que o Partido Socialista nunca deixará esmorecer. É um excerto que reflete sobre o caminho trilhado nos últimos anos. E hoje, de certa forma, encerramos uma fase na gestão deste concelho. O texto integral está disponível na página do município, e refiro-me à intervenção apresentada em nome do Partido Social Democrata, na altura pelo deputado Carlos Costa Gomes que passo a ler: “... o PSD considera que este Orçamento representa, contrariamente até ao Orçamento de Estado a nível nacional que apresenta uma visão reduzida e demonstra apenas uma preocupação da sobrevivência política da solução governativa, dá com uma mão e tira com duas, um Orçamento que imprime carácter rigor e competência.” Continua: “Enquanto o orçamento do Governo de Portugal, é um tratado de ilusão que vai vendendo a ideia de que o Governo tem um plano*

*estratégico e cuja estratégia é de não ter plano nenhum: ora faz zigue zague à esquerda; ora à faz de zigue zague a extrema-esquerda; faz uns flip-flops à retaguarda acompanhado de algumas boas notícias da economia portuguesa em que afinal os resultados nada têm a ver com esta governação, têm a ver mais com a exportação das nossas empresas e com o turismo que vem subindo em Portugal. Senhor Presidente, o seu orçamento, o orçamento deste executivo municipal, contrariamente, é um tratado de coesão é um tratado da consolidação, é um tratado do crescimento.” E continua: “Este é um orçamento da consolidação, sim senhor, aumenta a margem de equilíbrio orçamental para o próximo ano em mais de cerca de 3 milhões de euros, que confirma que as políticas de gestão do seu executivo são políticas mobilizadoras do crescimento e continuam na rota do rigor a que nos habituamos com que apresenta nos seus orçamentos.”; “Este orçamento é de facto, o orçamento da consolidação da coesão e do crescimento. Este orçamento demonstra, acima de tudo, a coerência das suas políticas, seguidas: amigo das pessoas; amigo do tecido empresarial e comercial; é um orçamento positivo e projetivo; é um orçamento de crescimento e investimento; é um orçamento que aposta na economia local; é um orçamento social; é um orçamento das pessoas.” E termina assim: “Senhor Presidente, Senhores Deputados, este é um orçamento que garante a justiça social e é um orçamento que garante a justiça territorial, é um orçamento que garante a sustentabilidade do município e é um orçamento que consolida o crescimento social e económico de Oliveira de Azeméis. Este orçamento é um orçamento municipal que não vende ilusões, é um tratado de coerência, é um tratado de coerência política económica, é um tratado de coerência política social, é um tratado de coerência política educacional, é um tratado da coerência política ambiental, da juventude, do desporto e da cultura. Por isso, Senhor Presidente, o PSD vota favoravelmente este orçamento, porque é um orçamento mobilizador dos oliveirenses.” A intervenção completa pode ser lida no documento online, entre as páginas 26 e 29 do ficheiro, ou entre as páginas 1509 e 1512 do que é o documento oficial. Minhas Senhoras e Meus Senhores, hoje aprovamos o que resta de uma gestão que aberta e assertivamente sempre criticámos. A que demos, em momentos de mudança de ciclo e de protagonistas, o benefício da dúvida, sem constrangimentos, mas também sem muitas expectativas, é verdade. Defendemos quase sempre posições contrárias, apresentámos sempre justificações factuais, números, gráficos e, porque em política não deve ser de outra forma, as alternativas que nos pareceram melhores. Neste momento de fim de ciclo, tecnicamente já de transição porque os últimos dois meses do exercício são da responsabilidade do novo executivo, eleito pelo Partido Socialista, importa perceber o que herdamos e de onde teremos que partir. (Nesta Assembleia já foram sinalizados vários pontos desta herança). Ponto 1 O município foi consolidando uma estrutura de receita que o torna altamente dependente do que são as transferências de estado e a arrecadação de impostos. Qualquer destas rúbricas foi ganhando um peso progressivamente maior nos últimos anos. O primeiro gráfico, copiado do relatório de contas, espelha o aumento progressivo das transferências correntes, a dependência do que é o Estado Central, mas também a evidência de que não foi por aqui que perdemos capacidade de investir nos oliveirenses.*

Representam hoje 47,7%. Nem no período da “troika” este valor diminuiu. Teve um aumento mais reduzido, mas não deixou de aumentar. O segundo gráfico mostra, como a cobrança de impostos se foi tornando fundamental para as contas do município. Como este aumento, pela sua expressão nos últimos anos, foi decisivo para o equilíbrio de contas. Hoje representa mais de 30% No seu conjunto, a dependência do estado e de cobrança de imposto representam hoje, na estrutura do município, aproximadamente 80% da sua receita. Perdemos capacidade de gerar receita, seja pela venda de bens e serviços, dos quais a concessão da rede de água e saneamento é o maior responsável, como fomos incapazes de gerar projetos e entrar no campeonato cada vez mais competitivo da captação de fundos europeus, seja através dos quadros de coesão nacional seja através de fundos do H2020, geridos diretamente pela Comissão Europeia, estes ainda mais competitivos. O terceiro gráfico é muito expressivo, e bastante preocupante, do que significa atualmente a capacidade para captar fundos, num momento em que o P2020 se encontra em plena execução. Os números dos últimos anos são muito desanimadores e devem merecer todo o nosso trabalho coletivo porque é uma das poucas formas que teremos para aumentar as receitas e a capacidade de investimento a médio prazo. Importa pois perceber o que foi a nossa capacidade de conseguir investir, gerar investimento reprodutivo, resolver os muitos problemas no concelho, alguns que têm finalmente, nos últimos meses, sido reconhecidos por todos, e isso é bom. Pelos problemas já elencados nesta Assembleia, é razão para perguntar: onde é que os senhores andaram nos últimos anos? Isto sim, não é, mas parece mentira. (Gráfico 6) Apesar dos problemas reconhecidos, do peso e da necessidade de cumprir o Plano de Saneamento Financeiro, e vendo os orçamentos crescer nos últimos anos, a taxa de execução média dos PPIs foi de 60%. Nas contas que hoje aprovamos é de cerca de 38%. Tivemos uma enorme dificuldade em cumprir os PPIs previstos no orçamento de cada ano. Na sua totalidade, e considerando as receitas executadas entre 2014 e 2017, a previsão de investimento teria representado ainda assim pouco mais de 24% da receita disponível. (Gráfico 7) Reparem como tivemos uma enorme dificuldade de previsão, uma estratégia errática no planeamento do investimento no concelho e na definição de políticas de investimento de médio prazo. Para o PPI de 2017 fomos prevendo valores completamente dispare, sobretudo quando comparados agora com a execução real. Cerca de 38% neste ano foi a capacidade de execução da autarquia. Como todos reconhecem, as contingências de cumprirmos o Plano de Saneamento Financeiro, como temos vindo a cumprir nos últimos anos, devemos mais uma vez dizê-lo, tem sido um sério condicionante à nossa possibilidade de fazer crescer o concelho. (Gráfico 8) Entre 2014 e 2017 o somatório do investimento real, dos PPIs, representou apenas 15% da receita disponível, mas o esforço de dívida representou cerca de 14% Uma capacidade de investimento de 15% é muito difícil de justificar e o peso da dívida foi, na gestão anterior, mais baixo do que faria prever a publicitação que lhe entenderam fazer. (Gráfico 9) O somatório destes dois valores representaria uma possibilidade de investimento de quase 30% e por aqui se vê o que tentamos sempre mostrar, como a dívida iria ter custos durante anos, e ainda terá do ponto de vista financeiro até 2020. Minhas Senhoras e Meus

*Senhores: Encerramos de facto um ciclo, uma forma de gestão que os oliveirenses entenderam expressivamente mudar. Percebem, percebemos todos, que o ciclo se encerra, mas não a sua herança. As pessoas, e todos nós, estamos convictos das consequências para os próximos anos do quadro estrutural do município, do tempo necessário para alterar esse quadro, do esforço para recuperar. Há duas coisas que convictamente não recuperamos: o tempo que perdemos e os fundos que não captamos e, em alguns casos, ainda mais dramático, que teremos que devolver. E reparem, não é o PS ou o PSD que perdem ou ganham com essas devoluções. É Oliveira de Azeméis. Sr. Presidente de Câmara, o Partido Socialista tem votado contra o exercício de contas nos últimos anos, pelas razões que hoje partilhamos. Mas o Partido Socialista, como já o disse hoje, sempre foi capaz de, em mudanças de ciclos e de protagonistas, dar um sinal claro. Hoje, na transição que este momento significa, na esperança que ele nos pode trazer, não poderemos, nem faremos de outro modo. Mais do que o benefício da dúvida, acreditamos na sua capacidade, na capacidade de todos os seus vereadores, para iniciarem um ciclo de inversão deste quadro estrutural, perfeitamente conscientes do desafio que coletivamente enfrentamos e do tempo que necessitaremos para o concretizar. Obrigado.”* ===

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== “Muito obrigado, Senhora Presidente. De forma muito breve, eu permitia-me responder à intervenção do Senhor Deputado **Bruno Rodrigues**, que agradeço desde já. Eu julgo que nós temos que ter um primado que todos temos que ter obrigação de seguir – falar a verdade. É muito importante falar a verdade; é muito importante que nós introduzamos no debate político questões de seriedade, de integridade e de rigor. Repare, eu quero com isto dizer que aquilo que nós temos que fazer, obviamente cumprindo um conjunto de obrigações, o que nos importa é que não resistamos à tentação de vender uma realidade que realmente não existe. Isto é tremendamente importante. É muito importante que nós tenhamos capacidade para identificar os nossos problemas, porque só assim conseguiremos e estaremos disponíveis para refletir sobre a sua solução. A mim, o que me preocupa enquanto Presidente de Câmara, e a campanha eleitoral já lá vai, é trabalhar no sentido de corrigir as coisas que estão mal. O que é que acontece? Eu posso, por exemplo, mostrar-lhe aqui um gráfico que me foi entregue ontem na reunião da Área Metropolitana do Porto... E fala do conjunto de municípios da Área Metropolitana do Porto, 17 municípios e o número de projetos aprovados por município. E temos aqui o último município com um projeto aprovado, que é Oliveira de Azeméis. É isto que me preocupa e que eu quero corrigir – isto é a realidade. É uma realidade que não interessa se nós temos 20 milhões ou se temos 18, 17 ou 16... O que interessa é que tenhamos capacidade, com a realidade financeira que nós temos, de resolver os muitos problemas com os quais somos confrontados. Quando estamos a falar de um orçamento, estamos a falar de um documento provisional que só é consubstanciado quando nós aprovamos a prestação de contas. Até aqui todos os exercícios de prestações intermédias que nós vamos fazendo, ao abrigo das obrigações enquanto município, são naturalmente exercícios previsionais. Aquilo que foi dito aos serviços

camarários, foi para que tivéssemos no final do ano 20 milhões de euros e a reflexão dessa conduta vê-se quando nós, executando investimento de apenas 3 milhões de euros, 70% desse investimento foi concretizado em vias. Cerca de 2 milhões de euros foi gasto em arruamentos. E porque é que foi gasto em arruamentos e vias? Porque, objetivamente, não precisa de ter esta dificuldade que os projetos comunitários nos trazem e que é termos projetos, termos candidaturas formadas... Aquilo que fizemos foi intervir rapidamente no espaço público sem necessidade de grandes projetos, para podermos fazer essa intervenção e, portanto, alocamos 70% de todo o investimento que fizemos durante um ano na requalificação da rede viária. O que é que eu quero dizer com estas questões de integridade, rigor, seriedade e de boa gestão? Nós não podemos ter um orçamento que prevê 8.8 milhões de euros de investimento e termos apenas 38% desse valor previsto. Isso não se chama gestão. Alguma coisa falhou e temos que perceber o que é que falhou. Pode até haver justificação para essas falhas, mas temos que tentar perceber e explicar muito bem porque é que isso aconteceu. Repare, nós no orçamento de 2017 prevíamos de investimentos no PPI para 2018 – 20 milhões de euros. Isto não é nenhum rigor na gestão. Neste momento, aquilo que está previsto são 7 milhões de euros ou seja, estamos a falar de um valor que é quase um terço do valor que estava previsto. Porquê? Porque é importante adequar aquilo que nós pretendemos fazer às possibilidades efetivas que temos para fazer. Portanto, nós não devemos passar informações que são erradas, que não têm nenhuma aderência com a realidade. É bom também que percebamos o seguinte: é um facto que temos que estar todos satisfeitos com o cumprimento daquilo que são as nossas obrigações e que estavam previstas no Plano de Saneamento Financeiro. É muito bom... Houve um período muito longo onde não tínhamos essa possibilidade, como disse o Deputado **Fernando Pais** e agora estamos numa rota de cumprimento, isso deve ser motivo de satisfação para todos nós. Agora percebamos que isso é feito à custa de uma redução substancial do investimento público e não era isso que devia acontecer. Eu ficaria muito satisfeito se nós tivéssemos aqui a apresentar números que resultariam de uma redução substancial da despesa corrente, de ganhos de eficiência, etc. Mas, não é isso que está aqui em causa. O que está aqui em causa é que a redução da dívida tem sido feita sobretudo da falta de investimento. E por isso é que nós temos todos estes problemas por resolver. Se nós não conseguirmos resolver o problema do Centro Interpretativo do Vidro, ou da Estalagem, do edifício dos Paços do Concelho, o Centro Coordenador de Transportes, ou um estádio municipal, ou a rede de saneamento, ou a rede viária, ou a recuperação de edificado público, enfim todas essas dificuldades que toda gente conhece sobejamente, é porque não temos capacidade financeira para o fazer. Isto resulta precisamente da obrigação que nós temos de reduzir a dívida municipal a este ritmo de cerca de 4.5 milhões ao ano. Há aqui um constrangimento efetivo que decorre desta dívida e do esforço que temos que fazer para a pagar. Temos que ter consciência de que isso tem prejudicado fortemente a nossa capacidade de investimento e isso significa para todos nós uma dificuldade em implementar medidas que melhorem as condições de vida das populações e promovam o desenvolvimento económico e social do concelho. Isto é a tradução real das coisas. Nós se não tivéssemos investido 3 milhões

*de euros em números redondos em 2017 é evidente que se pegássemos nesse dinheiro e o alocássemos à redução da dívida, hoje nós não víamos 18, víamos 15. Isso é um dado óbvio, quer dizer, se não investirmos em coisa nenhuma, é óbvio que reduzimos esse valor, mas as coisas não funcionam assim. Temos aqui um conjunto de aspetos que nos merecem alguma reflexão e preocupação. Foram aqui referidas um conjunto de questões que têm a ver com alguns erros que cometemos no passado em matéria de gestão, determinado tipo de respostas... Foram aqui referidas a GEDAZ e a Fundação La-Salette e eu acrescentaria os 500 mil euros que vamos devolver do Centro Interpretativo do Vidro e os 433 mil euros que já devolvemos da Área de Acolhimento Empresarial... Mas ainda assim acrescentaria mais um conjunto enorme de muitas outras coisas que nós temos que estancar. A Câmara Municipal tem uma quantidade enorme de milhões de euros de processos em contencioso. Nós temos várias ações judiciais que são de centenas de milhares de euros, algumas de 2 milhões de euros, outras de 2.5 milhões de euros. “Mas, isto não quer dizer que nós sejamos condenados”. Pois não... Mas desde que nós chegamos, já temos uma ação de 371 mil euros, mais uma ação de 223 mil euros, mais uma ação para demolirmos um prédio com 9 apartamentos. Temos centenas de milhares de euros de obras realizadas sem qualquer procedimento concursal... Temos empreiteiros a reclamar o pagamento dessas obras, sem qualquer procedimento concursal. Temos os comerciantes do mercado a reclamarem 30 mil euros de devolução de taxas que lhes foram garantidas e que não foram pagas. Temos uma quantidade enorme de coisas que não estão aqui plasmadas e com que temos sido confrontados, portanto o que é que isto quer dizer? O que quer dizer é que a primeira coisa que devemos fazer é olharmos para estas questões com realismo, olhar para estas questões com pragmatismo e deixarmos de ter esse discurso de que o que é relevante é nós estarmos a cumprir as nossas obrigações. Claro que é relevante cumprirmos as nossas obrigações e é fundamental que honremos os nossos compromissos. Foi feito no passado e temos obrigação de o fazer no futuro. Não em relação à dívida, mas em relação a todo o nosso relacionamento com todas as instituições, parceiros e entidades com que nós nos relacionamos. Mas é importante também que tenhamos a capacidade de começar a introduzir uma gestão que seja muito mais rigorosa, tenha muito melhores práticas do que a gestão que vinha a ser seguida no passado. As evidências estão aí, todas estas dificuldades que nós temos neste momento, centenas de milhares de euros de compromissos que foram assumidos com empreiteiros ou dos projetos de licenciamento de urbanização, coisa que a Câmara se comprometeu a fazer e nunca cumpriu. Isto não pode acontecer... Nós só devemos assumir coisas que possamos cumprir, ou que tenhamos a oportunidade de honrar. Isto parece-me que é uma forma diferente de estar na gestão pública, introduzindo uma gestão que seja mais rigorosa, que seja mais eficiente e defina com muito mais rigor as prioridades de investimento, para que tenhamos a possibilidade de ter um orçamento que aprovamos e que depois tem alguma correspondência prática com aquilo que são as prestações de contas, senão, na realidade, estes instrumentos que são fundamentais de planeamento e de organização da nossa intervenção, acabam por ser relativizados e por perder muita da sua importância, porque se nós temos um orçamento onde prevemos fazer um conjunto*

*de coisas e gastar um conjunto de dinheiro, porque isso é que é importante para melhorar a nossa competitividade, e depois quando chegamos à prestação de contas, aquilo que nós temos não casa com aquilo que prevemos fazer. É este exercício que temos todos que fazer em conjunto, porque aquilo que importa é que a definição que façamos daquilo que pretendemos fazer, tenha correspondência com aquilo que é nossa capacidade efetiva de concretizar, com planeamento e que depois tenha um nível de cumprimento que todos nós entendamos que faz sentido. É evidente que quando nós temos um conjunto de rubricas que prevemos executar e temos taxas de execução de 10 ou 15%, algo não correu bem, e temos que ter a humildade de perceber que nos enganamos naquilo que era a nossa percepção, ou que alguma coisa ocorreu e conduziu a essa dificuldade. O que não devemos fazer é procurar transmitir a ideia de que este município, e é isso que me preocupa, goza de boa saúde financeira; que este município não tem problemas, ou que este município só não faz as coisas porque não quer. Bem... Essa realidade, suponho que não se alterou nos últimos seis meses. Porque se essa realidade se alterou nos últimos seis meses, isso é o reconhecimento super exagerado de que nós somos sobredotados e indivíduos extraordinários. A realidade não se alterou tão drasticamente nestes últimos seis meses e, portanto, a capacidade para executar e fazer, devia ter existido antes e não passar a existir agora (só depois das eleições e da tomada de posse de 23 de outubro). Quer isto dizer que: nós temos dificuldades, temos humildade de as reconhecer, estes problemas todos que enunciei e muitos outros que podemos trazer para aqui são problemas que correspondem a uma dificuldade efetiva em concretizar a sua resolução. Este primeiro passo, um passo de humildade e de generosidade, é o primeiro que todos temos que dar no sentido de depois, em conjunto, conseguirmos definir soluções para procurar começar a ultrapassar estes problemas. Eu não acredito que em nenhuma bancada há especial vontade em termos estes problemas ou interesse em que eternizemos estes problemas. Julgo que genuinamente toda a gente quer ver estas questões ultrapassadas. Toda a gente quer circular em boas estradas, ter um espaço público valorizado, bons equipamentos e respostas públicas. Queremos ter a nossa rede de água e saneamento com boas taxas de cobertura... Eu acredito que isto é uma vontade de todos, mas essa vontade passa por reconhecermos que se não o fizemos foi porque não existiram condições para o fazer. Acho que isto me parece óbvio, porque então há aqui um exercício maquiavélico e importa aqui desmascarar e desmistificar. Não é verdade, a situação financeira da autarquia não se alterou drasticamente por termos reduzido 4.5 milhões de euros na dívida. Já no ano passado fizemos a mesma coisa, no ano anterior a mesma coisa e no próximo ano vamos fazer a mesma coisa e isto não resulta de mérito da nossa gestão, porque é uma obrigação, quer queiram quer não, temos que reduzir esse montante e temos que o fazer até 2020. Foi isso que assumiram em 2008 e é isso que nós, num longo período, não estávamos a fazer; depois começamos e é isso que devemos continuar a fazer até ao fim. Portanto estamos todos de parabéns se conseguirmos chegar a 2020 com o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro. Temos é que perceber que a constituição da dívida hipotecou durante muitos anos, e continua a hipotecar para o futuro, muitos dos investimentos que todos nós reclamamos e que*

fazia sentido que tivéssemos capacidade para os implementar. Muito obrigado.” =====  
 ===== Pela **Senhora Presidente da Assembleia** foi dito: =====  
 ===== “Muito obrigada, Senhor Presidente por esta extensa exposição.” =====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins, do PSD.** =====  
 ===== “Senhora Presidente, muito obrigado. Desculpem-me, mas eu tenho que dirigir-me mais uma vez ao Senhor Deputado Bruno Aragão... E já lhe disse na Assembleia anterior – lamento que ainda não tenha mudado a sua cassete. Não lhe vou responder, porque depois teria outra resposta e não é para isso que estamos aqui. Digo-lhe só que para ser coerente deveria ter defendido as costas, passo a expressão, ao meu colega de bancada que não está aqui, porque começou por citar uma ata em que eu não estava cá, mas a ata diz o que se passou e o Senhor pegou nisso para fazer um paralelo entre o orçamento e as contas. Mas depois de tudo aquilo que disse, deu-nos uma panorâmica que nos leva a tomar uma decisão e é contrária àquilo que pretendíamos. O que eu queria dizer, Senhora Presidente, é que queríamos fazer aqui história... Pela primeira vez queríamos votar favoravelmente estas contas. Uma oposição a votar favoravelmente nas contas não era normal. Ia ser este ano feita história. O Senhor Deputado Bruno Aragão, deu-nos argumento para voltarmos atrás, vamos retroceder e votar contra estas contas. Porquê? Porque há aqui muita contradição e para além disso Senhor Presidente, aquilo que disse e que foi muito ponderado na sua intervenção final, reflete alguma incoerência naquilo que foi dito antes. Referiu aqui diversas coisas que não aparecem nas contas e se assim é, as contas e o relatório parecem falsos. Se é assim, não seria melhor repensar isto tudo? As contas devem ser mais realistas. Portanto, entre todas estas condições, nós entendemos que não temos condições e a culpa é vossa. Vamos ter que votar contra. Estamos a votar contra as contas, não contra o orçamento. Estamos a votar porque nos deram momento para isso.” =====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao **Deputado Bruno Aragão, do PS.** =====  
 ===== “Senhora Presidente, muito obrigado. Estou há 12 anos nesta Assembleia e é a primeira vez que consegui inverter o sentido de voto de uma bancada, portanto é uma coisa que me deixa naturalmente com algum regozijo. Pese embora os argumentos que o Senhor usou, santa paciência. Eu sou um tipo tranquilo, tentei apresentar números que são factuais. Estão em todos os relatórios de contas, em todos os orçamentos, nenhum daqueles números é meu. Nem percebi, com toda a sinceridade e humildade, sequer o teor da sua intervenção ou a alteração do vosso voto, mas enfim isso caberá à vossa vontade – cada bancada pondera o que entende sobre cada votação. Eu só quero que fique claro que o Senhor não está a votar contra ou a favor da intervenção do Partido Socialista, que foi isso que eu entendi. O Senhor votará contra ou favor, contas que vinham de um exercício no qual a bancada e o partido onde o senhor tem assento, assegurou 10 meses de execução. É só isso que eu quero que fique claro, porque o que deu a entender, é que o Senhor vai votar contra por causa da intervenção do Partido Socialista. Em termos legais, o Senhor está a votar contra ou a favor destas contas e é isso que deve ficar

claro. Agora, quando começamos a insinuar que as contas podem ser falsas, etc... Não houve nenhum número dito por mim, o Senhor Presidente de Câmara falará dos dele, que não estivesse no relatório de contas e o Senhor permita que lhe diga, o Senhor não leu o relatório de contas, ou então, se leu, equivocou-se, porque nenhum destes números não está no relatório de contas. E todos os outros, eu fiz aqui por acumulado em relação aos últimos 4 anos; Mas tenho todos os gráficos e tudo desde, pelo menos, 2008, quando começámos com o Plano de Saneamento Financeiro, a comparação dos anos anteriores e a comparação dos posteriores que naturalmente poderei trazer, se entender que estes valores são de tal forma dramáticos e são, que alteraram até o vosso sentido de voto. Repare: foram exatamente os mesmos números e gráficos que apresentei em Assembleias anteriores e que em nenhum momento e desafio-o a ler todas as atas, eu via a Bancada do Partido Social Democrata – e não importa se é o deputado Carlos Costa Gomes, se é Professor Albino, ou outro qualquer – porque nós representamos partidos e a democracia partidária é isso mesmo. É a possibilidade de se poder responsabilizar um determinado grupo, que é a diferença entre as candidaturas independentes. Portanto, os números que aqui estão, foram debatidos muitas vezes e eu nunca vi um comentário e preocupação sobre aqueles números. Se o Partido Social Democrata entende votar contra é com vocês. O Partido Socialista mantém o que disse, Senhor Presidente. Nós nunca votamos contra num momento de viragem, seja pela primeira vez com o Partido Socialista, seja em momentos anteriores com o Partido Social Democrata. O Partido Socialista sempre foi capaz de perceber que quando se chega ao exercício do poder, quando os protagonistas mudam, temos no mínimo de lhe dar um sinal claro de que os apoiaremos até que as evidências nos mostrem o contrário. Muito obrigado.”

=====  
 ===== Pela **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====  
 ===== “Muito obrigada, Senhor Deputado Bruno Aragão. Tenho aqui um pedido do Senhor Presidente para falar. Passava, então, a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.” =====

===== “Se me permite, e cirurgicamente, para dizer o seguinte: há um conjunto de aspetos que eu referi e que não podem fazer parte da prestação de contas 2017, porque são coisas de 2018. O que eu quis dizer quando falei sobre gestão rigorosa, é que existe um conjunto de questões que não estão refletidas nas contas e que deviam. Aquilo que nos foi possível fazer no espaço de tempo que tivemos disponível, que foi fazer uma previsão de 500 mil euros para processos em contencioso, nós fizemos. Aliás, se tiveram oportunidade de ler o parecer do revisor oficial de contas, ele refere isso e até questiona se esse valor é suficiente para fazer frente a todos esses problemas. Outra coisa que nos era possível fazer, foi tirar a perspectiva de cobrança de 1 milhão 508 mil euros do terreno do Azeméis Gran-Plaza que vem repetidamente inflacionando no orçamento municipal. Esse valor já não consta do orçamento, o que não quer dizer que nós já não tenhamos perspectivas de o cobrar. Nós temos perspectivas de o cobrar, não queremos é que ele inflacione artificialmente receitas que sabemos que não vão acontecer. Portanto, só aqui, temos 2 milhões de euros, onde nós tivemos a possibilidade de imediatamente

*procurar introduzir aqui algum organismo de regulação e de correção daquilo que é a informação que deve ser vinculada por um orçamento municipal. Houve essa preocupação e é evidente que temos um conjunto de faturas que nós estamos a devolver, porque não houve nenhum procedimento concursal e não as podemos aceitar. Obviamente que não podemos refletir esses valores na prestação de contas, mas é óbvio que esses processos vão dar origem a processos judiciais e alguns deles poderão conduzir a responsabilidades de pagamento por parte da autarquia. Mas o que era importante perceber era que nós estamos a falar da aprovação de uma prestação de contas e objetivamente aquilo que nos cabe aqui decidir, é se essas contas retratam, espelham, aquilo que é a realidade financeira e económica do nosso município. Portanto, é só disso que se trata e gostaria de chamar a atenção, independentemente de respeitar as posições de cada um. Gostaria que vocês percebessem que aquilo que nós estamos a dizer é se concordamos, ou não, com aquilo que foi dito pelo revisor oficial de contas, ou seja, se aquilo que ele diz na sua informação corresponde ou não à verdade, tem ou não tem a nossa concordância. Muito obrigado.”* =====

*===== O Deputado Fernando Pais, em nome da bancada do PSD, solicitou uma pausa de cinco minutos, que lhe foi concedida. =====*

*===== Após a interrupção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu seguimento aos trabalhos, perguntando se alguém se queria inscrever. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins**, do PSD. =====*

*===== “Muito obrigado. Impõe-se este esclarecimento, e agora que conversámos e acertámos agulhas, queria dizer ao Senhor deputado Bruno Aragão que lhe vou dar oportunidade de ver revertida a posição da outra bancada, porque acho que fez muito bem. Retratou-se e retomou as contas de 2018, o nosso ponto principal da questão é este. Todos aqueles números que apresentou não eram de 2018 e causava-nos grande estranheza estar a votar numa coisa que já votamos noutra sentida, e que não era o que estava hoje aqui. Portanto, depois daquilo que disse eu acho que, reconsiderando, não era nossa vontade votar contra a vossa posição, entendemos é que foi de muito mau gosto, uma vez que o que estava em discussão eram contas de 2018 e não as contas de 2012, 2013, 2014 por aí fora... Portanto nestas contingências e sem perdermos mais tempo, a posição da nossa bancada é efetivamente fazer história e votar favoravelmente. Muito obrigado.”* =====

*A Senhora Presidente colocou o ponto quatro à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar os Documentos de Prestações de Contas Individuais 2017 com a seguinte votação: - votos a favor: dezasseis (16) do PSD, um (1) do Independente; -abstenções: vinte e um (21) votos do PS, dois (2) votos do CDS. =====*

*===== **Ponto cinco: Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2017 – Aprovação;** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante*

proposta fundamentada do Órgão Executivo, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL; - Já se atingiu o limite mínimo estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, ou seja, o valor contabilístico da conta 51 – Património, corresponda a 20% do Activo Líquido; - O resultado líquido do exercício é de 3.361.070.84 Euros; Propõe a seguinte aplicação: 1. A constituição da Reserva Legal, correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 168. 053,54 Euros em conformidade com o ponto 2.7.3.5 do POCAL; 2. O valor de 3.193.017,30 Euros que seja transferido para Resultados Transitados, em conformidade com o ponto 2.7.3.2 do POCAL.” =

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Senhora Presidente, muito rapidamente: o resultado líquido é 3.361.070.84€ – proposta de aplicação a 5% do fundo de reserva legal e os outros 95% em resultados transitados têm os valores correspondentes a cada uma dessas percentagens. É apenas disso que se trata.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto seis: 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2017 – Aprovação;** =====

===== Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “É mais uma formalidade... O que estamos a fazer é a utilização do saldo da conta de gerência para ocorrer a despesa no ano seguinte. É uma prerrogativa que a lei nos permite e é isso que estamos a fazer. Uma revisão orçamental que nos permite acomodar esse saldo de gerência e torná-lo disponível para aquilo que são os investimentos previstos. Muito obrigado.” =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Rodrigues. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Bruno Rodrigues, do PSD**. =====

===== “Bom dia a todos mais uma vez. Sei que este ponto tem sido consensual nos últimos anos e que não tem havido grande discussão relativamente ao mesmo. Sei também, que o executivo anterior procedia exatamente da mesma forma àquela que o Senhor Presidente da Câmara está a propor... Sei também, que padece de normativa legal a alocação deste superavit tanto do lado da receita, como da despesa do orçamento. Existem duas tipologias de modificação ao orçamento: a alteração ao orçamento que apenas necessita de aprovação da Câmara Municipal e em que as modificações ocorrem em particular pela modificação e aumentos do mesmo montante, despesas e projetos já existentes no orçamento; A revisão ao

*orçamento, que necessita da aprovação da Assembleia Municipal, existe quando existem novas receitas para alocar ao orçamento, como o caso do saldo de gerência e quando se pretende introduzir novas rubricas e/ou projetos. O que o Senhor Presidente da Câmara, nos propõe neste ponto é que aprovemos uma revisão de 3.350.251,49€ para fazer muros e rede viária. Até aqui tudo bem, seria a sua proposta de revisão ao orçamento que iria ser avaliada e votada pela Assembleia. Mas, pelo que transmitiu na reunião de câmara, não pretende utilizar este dinheiro só nesta rubrica. Pretende utilizá-lo para suprimir algumas carências do nosso concelho. Mas em que rubricas é que pretende aplicar este excedente? Nas escolas já falamos, na Área de Acolhimento Ul/Loureiro? Na aquisição/requalificação do edificado público? Na requalificação do Cineteatro Caracas? Na água e saneamento? Seria de muito maior proveito político para todos os membros desta Assembleia que estivéssemos a discutir onde pretende aplicar este excedente. Se o legislador pretendesse que a introdução da aplicação do saldo de gerência no orçamento fosse apenas um procedimento contabilístico sem qualquer discussão política, teria vertido na legislação que a introdução do mesmo se fizesse através de uma alteração e não de uma revisão ao orçamento. A bancada do Partido Social Democrata não irá votar contra este ponto. Com esta intervenção venho apenas deixar um apelo para que revejam este procedimento no futuro, até para melhorar a transparência que querem imprimir no nosso município. Vamos abster, pois gostávamos de discutir este ponto. É que pessoas menos bem-intencionadas poderiam dizer que aquilo que o Senhor Presidente nos está a pedir, é que se aprove um cheque em branco de 3.350.000€ para que depois possa investir onde quiser através de alterações ao orçamento sem que submeta estes investimentos a qualquer discussão neste órgão. Obrigado.”*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

*===== “Senhor Deputado: como disse e bem, esta era a prática que vinha sendo seguida no passado e foi feita exatamente da mesma maneira que os senhores fizeram em todos os exercícios até agora, alocando quer do lado da receita quer da despesa. Sobre isso não há dúvida nenhuma. Este dinheiro serve para quê? Como sabe este dinheiro acresce às receitas do município. Passa a incorporar as receitas de 2018, saldo de gerência do ano anterior. Portanto, quando nós construímos um orçamento e um Plano Plurianual de Investimentos temos um conjunto de rubricas – ruas, arruamentos, escolas, etc., onde prevemos a alocação de verbas. Este dinheiro serve para responder a essas necessidades. Portanto, queremos fazer um investimento substancial na rede viária e temos que ter verbas disponíveis para isso. É isso que estamos a fazer... No nosso PPI identificamos de forma criteriosa e rigorosa o que pretendemos fazer em cada uma das áreas. É evidente que a partir desta modificação orçamental seguem-se muitas modificações orçamentais. Nós temos centenas de modificações por ano, o que é que isto significa? Significa que aquilo que estamos a fazer é a pegar neste recurso financeiro e alocá-lo a uma rubrica que depois dará origem a outras modificações orçamentais que permitam, enfim, fazer face a problemas que possamos ter. Que não restem dúvidas é que este dinheiro é para ser gasto naquilo que é importante gastar e que*

não restem dúvidas que não vamos gastar este dinheiro em coisas mal gastas. Aquilo que pretendemos é, dentro daquilo que nos comprometemos a fazer, alocar um esforço financeiro que temos necessidade e a introdução de saldo de gerência permite fazê-lo. Muito obrigado.” =

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: - votos a favor: dezanove (19) do PS; quatro (4) do PSD; três (3) do CDS; um (1) do Independente; - abstenções: onze (11) votos do PSD. =====

===== **Ponto sete: Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2017 - Após encerramento das contas municipais – Apreciação;**

===== Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Senhores Deputados, pedia que me dispensassem de fazer aqui a referência a todos os números... Isto é o relatório semestral que nós temos que vos apresentar para evidenciarmos que estamos a fazer o acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro. Vocês tiveram um report já em fevereiro na Assembleia do dia 24 com dados provisórios, e agora têm a oportunidade de ter o report com dados definitivos. E estes dados permitem-nos, perceber que estamos a cumprir o PSF em todas as dimensões – na redução da dívida, no endividamento líquido municipal, no prazo médio de pagamentos, etc. Portanto, têm aí toda essa informação, qualquer dúvida cá estaremos para esclarecer. Muito obrigado.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou o relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro. =====

===== **Ponto oito: Proposta de Suspensão de Aplicação do Plano de Saneamento Financeiro (PSF) – Aprovação;**

===== Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Muito obrigado, Senhora Presidente. Nós temos um conjunto de dificuldades, constrangimentos e limitações de natureza financeira que nos impedem a concretização de um conjunto de coisas que nós achamos que são absolutamente determinantes. A Lei do Orçamento de Estado 2018 abre-nos aqui uma janela, uma oportunidade para sairmos daquilo que é o colete que nos é criado pela aplicação do PSF. Apresentamos um documento que submetemos à vossa consideração e que se refere àquilo que é a nossa vontade. Aquilo que justifica este pedido que vos estamos a fazer é, na prática, o cumprimento da obrigação legal, tem a ver com o limite da dívida total. Vocês têm aí um trabalho que eu pedi para fazerem, que prova que cumprimos esse limite e que a dívida total ascende a 16.454.242€, quando o limite de uma vez e meia é a

média dos anos - 46.615.920€. Portanto, aquilo que estamos a falar é que temos a possibilidade de sair deste colete do PSF e ficamos assim com a oportunidade de, caso queiramos, poder aceder a esta margem utilizável que vos foi aí referida no relatório de 5 milhões de euros. Aquilo que estamos a fazer é a pedir-vos autorização para suspendermos a aplicação do PSF. Eu vou-me antecipar já àquilo que poderão ser intervenções e peço-vos desculpa por isso... Mas o adiantar da hora obriga-me, àquilo que serão possíveis intervenções no sentido de questionarem se o município vai ou não continuar a reduzir a dívida. Claro que vai reduzir a dívida. Não esqueçamos que aquilo que nós devemos - devemos à banca. Portanto, nós devemos à banca e a fornecedores, mas digamos que no caso do PSF há uma verba substancial, a grande maioria, é empréstimo bancário e temos que o cumprir... sobre isso que não haja dúvidas. Não existe aqui nenhuma assunção de que vamos deixar de cumprir aquilo que são as nossas obrigações. Pretendemos é aproveitar esta faculdade que a Lei do Orçamento de Estado nos deu, para podermos ter acesso a estes recursos financeiros que são importantes, nomeadamente fazer investimentos que permitam poupança de rendas que atualmente pagamos e que são centenas de milhares de euros por ano... Facilmente é perceptível onde podemos aplicar este dinheiro se assim o quisermos. Obrigado.”

=====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Bruno Aragão, Fernando Pais e Albino Martins. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Bruno Aragão, do PS.** =====

===== “Senhora Presidente, muito obrigado. Eu peço desde já desculpa porque vou ter que continuar a ter extremo mau gosto... Portanto, se me autorizar pedia aos serviços que pudessem acompanhar a minha intervenção de suporte visual. Esta é uma faculdade que infelizmente vou ter que continuar a usar, embora eu preferisse que mau gosto fosse dizer que hoje somos o segundo pior concelho em rede de água e saneamento; que mau gosto é termos a rede viária como temos; que mau gosto é termos ainda amianto nas nossas escolas, enfim... Preferia que a intervenção tivesse sido nesse sentido, mas é o que é... Cada um fica com as suas palavras e depois teremos as atas para voltar a recordar, e certamente esta será uma perola. Senhor Presidente, esta é, se calhar a primeira medida desde que temos o PSF, nos últimos dez anos que nos permite ter algum alívio do que tem sido o sufoco em termos de capacidade de investimento. E eu trago aqui, só para que possamos continuar a perceber e a refletir sobre o Município de Oliveira de Azeméis; foi exatamente esse, o intuito de todos os gráficos que apresentei na intervenção anterior; O Partido Socialista não deixará de continuar a olhar para o concelho porque ele não muda... Porque o Partido Socialista está no poder ou na oposição... É o que é, é o que temos e é isso que nos permite posicionar em relação àquilo que vamos defendendo e à coerência que temos na defesa dessas posições. Quando tomamos uma medida deste tipo pensamos, naturalmente, no investimento e na capacidade que temos de tornar esse investimento reprodutivo, de dar qualidade de vida às pessoas, de perceber aquilo em que realmente investimos. (Gráfico) Aqui têm o investimento municipal per capita, nos concelhos do

distrito – isto é fonte PORDATA, uma fonte oficial que qualquer pessoa pode usar, ver... Têm a azul - 2009, a vermelho - 2013 e a verde – 2016. Os dados aqui estão ordenados em relação ao ano 2016. Em relação ao ano de 2016, o concelho de Oliveira de Azeméis era dos concelhos do distrito que menos investia per capita. Se olharmos em relação ao ano de 2009, estamos em último; se olharmos para o ano de 2013, eramos o segundo – uma coincidência. Portanto, neste momento apesar de termos dos maiores orçamentos do distrito de Aveiro e estarmos nos primeiros 50 orçamentos do país – nós somos dos que temos menos capacidade de investimento per capita. (Gráfico) Aqui veem qual é o investimento per capita, na altura que discutíamos e iniciamos o PSF - este foi o investimento per capita (por cada município), em 2016; e este o que fomos capazes de fazer em 2017. A média nacional é 190% superior a este número, portanto é esta a realidade com que lidamos, é esta a realidade que temos vindo a discutir ao longo, pelo menos, dos últimos dez anos. É a dificuldade que temos em justificar estes números mas, de que forma, estes números permitem, também, perceber a quantidade enorme de problemas que temos ainda para enfrentar, o tempo que esses problemas vão requerer e o esforço coletivo que vão requerer. Portanto, Senhor Presidente, esta proposta que apresenta e prerrogativa de a poder utilizar é extremamente bem vista pelo Partido Socialista. Mas, não deixaremos, tal como Senhor Presidente já o disse, de continuar a acompanhar de forma reiterada o PSF que desde o início pugnamos para que fosse cumprido. Digo aquilo que disse em muitas assembleias, inclusive até se calhar de forma um pouco exaltada – reconheço; pelo menos a ler a ata foi a impressão que fiquei de mim próprio... na assembleia de dezembro passado, em resposta também penso que ao Professor Albino, ou se não foi, à bancada do Partido Social Democrata – peço desculpa; O problema nunca foi a dívida ou o valor da dívida, foi sempre o que ela significou. Foi o que representou na altura; foi passar de uma dívida inscrita de 16 milhões de euros para uma dívida de 56 milhões de euros e fiz na altura a pergunta, o repto, que nunca mais falaria nessa dívida, se me dissessem onde é que estavam as obras que suportavam aquela dívida porque uma dívida em si não é um problema, nem o seu pagamento, se estiver previsto. O problema é quando essa dívida é incapaz de gerar investimentos reprodutivos que nos permitam trazer qualidade de vida a Oliveira de Azeméis; que nos permitam com esses investimentos trazer mais receita e com essa receita fazer ainda mais investimentos. E recorde que não lancei esse repto só nessa assembleia de 2017 (em dezembro), como me recorde perfeitamente, que na Assembleia que fizemos na Escola Superior Aveiro Norte na altura, penso que era o deputado António Rosa que estava a liderar a bancada, como o fiz várias vezes nesta sala. O Partido Socialista continuará, Senhor Presidente, a acompanhar a execução do Plano de Saneamento Financeiro; O Partido Socialista espera que a prerrogativa que agora aprovaremos favoravelmente e que acompanharemos naturalmente, permita fazer investimento reprodutivo; E o Partido Socialista nunca deixará de dizer aquilo que sempre disse: dívida desde que prevista, desde que tenhamos capacidade para a suportar e desde que esteja aplicada e todos percebamos aonde, nunca é em si um problema. Muito obrigado.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Fernando Pais, do PSD.* =====

===== *“Eu vou ser muito rápido na intervenção e pedia, claro, com o consentimento da Senhora Presidente da Mesa, se os serviços podem projetar a proposta de deliberação da Câmara Municipal. Normalmente no ponto tem a proposta de deliberação... (gráfico) Parece que esta assembleia nos traz aqui uma discussão entre o que é o investimento e o que é o endividamento líquido municipal. Eu não vou estar aqui a discutir o que se passou em anos anteriores, nem quero referir, só quero pegar na proposta e vermos de que forma o endividamento líquido municipal reduziu de 2011 para 2017- numa diferença de 34 milhões de euros e 8 milhões de euros. Na página seguinte é expressa também a evolução da dívida municipal que de 47 milhões de euros, passa para 18 milhões em 2017. Eu não vou fazer apreciação crítica destes números, estes números falam por si... É evidente, e eu tenho consciência, por uma questão de honestidade intelectual, que de facto, a parte do investimento sofreu aqui algum revés. Se calhar, não aquilo que querem fazer parecer. Isto é o lado negativo destas contas e nós não temos nenhum problema em aceitar. O que queríamos verificar é que é por causa, em primeiro lugar desta evolução da dívida municipal e do PSF, e depois há uma coisa importante e da qual todos nós nos estamos a esquecer – nós só estamos a votar isto, porque a bancada do PSD aprovou as contas, porque se nós fizéssemos como a bancada do PS (abstermo-nos), as contas não seriam aprovadas. E nós não teríamos a aprovação disto. Esta é uma questão que eu acho relevante e importante de ficarmos totalmente esclarecidos. Há outra questão que nós queremos aqui levantar... Senhor Presidente, em face disto que “tem à sua disposição”, vamos criar novo endividamento, temos aqui uma margem de 5 milhões de euros. É importante investir 5 milhões de euros? Sem dúvida. O município de Oliveira de Azeméis precisa deste investimento? Claramente todos nós sabemos elencar, como o Senhor Presidente diz e com alguma eloquência, todas as necessidades que este concelho tem. Nós vamos votar a favor Senhor Presidente, não podia ser de outra maneira mas, com algumas reservas... No sentido de que este investimento, este novo endividamento que o Senhor está a procurar e que tem completa adequação e cabimento legal seja feita de forma ponderada, equitativa e que, de facto, faça este investimento para que Oliveira de Azeméis cresça em termos de investimento municipal. Há várias, e já discutimos aqui várias situações, já vimos a necessidade que o município tem de investimento e não será muito difícil de elencar mas queríamos que esta reserva ficasse consignada na nossa votação.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *“Obrigado, Senhora Presidente. Agradeço a sua condescendência. Senhor Deputado, como é que eu lhe digo isto? Quando não estamos completamente centrados no que importa, raramente ou muito dificilmente somos incoerentes. Portanto, o que o Partido Socialista disse e que está aprovado nas atas por minutas e depois no documento escrito, e está lá escrito é que: nunca deixaria de viabilizar as contas. Portanto o Partido Socialista, não disse*

*que ia votar contra, a favor ou se se ia abster. Tive sempre o cuidado, sobretudo depois daquela confusão... que ainda hoje não percebemos... O Partido Socialista continua a ser absolutamente coerente, Senhor Deputado. E digo-lhe mais: o Partido Socialista, em nenhum momento, porque não responde à bancada do Partido Social Democrata, nem à sua própria bancada, responde aos oliveirenses, em nenhum momento deixaria que o pragmatismo da gestão fosse prejudicado pela discussão política. Nunca. Pode escrever, em nenhum momento... E como isto é uma coisa de fundo, vai-me encontrar absolutamente coerente, hoje ou daqui a 40 anos se eu cá estiver, não necessariamente aqui, espero eu, ou com tudo o que eu disse no passado. A bancada do Partido Socialista não causou nenhum problema, as contas foram aprovadas apesar da dificuldade que tiveram, faz parte, é discussão política. Agora volto a dizer aquilo que disse relativamente a este ponto. O que foi o pagamento da dívida está ali e repare: o pagamento da dívida obrigatório foi dos oliveirenses porque fomos nós que durante estes anos todos, tivemos que aguentar enquanto coletivo este pagamento. Mas a consequência dramática, eu acho engraçado não referirmos nada disso, é que hoje o investimento municipal per capita é 190% superior àquilo que nós fomos capazes. Isto é dramático... num concelho que tem como sabe uma pujança industrial muito grande, num concelho que está nos primeiros 50 orçamentos dos país, que é um dos maiores orçamentos do distrito... é absolutamente dramático e é sempre sobre isto que nós estamos a discutir. Portanto, dificilmente Senhor Deputado, vai encontrar incoerência nas posições do Partido Socialista. Mas digo-lhe mais, e fica aqui a minha palavra: se alguma vez encontrar e eu tiver a capacidade e humildade de o reconhecer, serei a primeira pessoa a pedir desculpa.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins**, do PS. =====*

*===== “Senhor Presidente, Senhores Deputados eu peço desculpa, e peço desculpa a si Dr. Bruno Aragão, por lhe dizer que achei inútil esta intervenção, foi uma perda de tempo. Portanto, vou também fazer esta perda de tempo que não tem nada a ver com discussão e é muito telegráfica. Gostei muito da sua apresentação, desde 2009 até 2017, mas deixo uma sugestão: faça um estudo mais aprofundado já que tem muito jeito para ele... Com estas apresentações, vá um bocadinho mais para trás e faça uma apresentação do investimento de 2002 a 2009. Depois cá estaremos para aplaudi-lo também. Muito obrigado.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

*===== “De forma muito breve, apenas para corroborar a evidência dos gráficos que aqui estão: O endividamento líquido municipal não é mais do que somatório dos nossos passivos subtraídos depois dos nossos somatórios ativos. Aquilo que estamos a fazer é as nossas dívidas a fornecedores e os empréstimos bancários de médio a longo prazo somados e estamos a retirar o que é o nosso saldo de caixa, o que são os nossos depósitos bancários e as dívidas que terceiros têm para com a autarquia. E se temos 18.2 milhões de euros de dívida, se tirarmos os 10 milhões de euros que são os nossos ativos, a diferença são os 8 milhões de euros do endividamento*

líquido municipal. E o mesmo exercício se aplica ao outro gráfico, porque aquilo que diz é a evolução da dívida nos últimos anos, portanto conduz aqui aos 18.2 milhões de euros e é também evidente a evolução da redução dessa dívida... Que assim nos permite gerar aquela margem de 5 milhões de euros, a que nós podemos ocorrer agora se vocês nos derem autorização, como é evidente para sairmos do PSF e podermos contrair empréstimos e aceder a estas verbas.”

=====  
 ===== A **Senhora Presidente Assembleia Municipal** colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====  
 ===== **Ponto nove: Minuta de Protocolo de Cooperação e Acolhimento a celebrar com a D’Orfeu – Aprovação:** =====

=====  
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - Que a d’Orfeu é uma Associação Cultural de Utilidade Pública, com o Estatuto de Interesse Cultural e beneficiária de apoios às Artes, por parte do Ministério da Cultura/Direção-Geral das Artes; - A sua reconhecida capacidade profissional, ao nível da produção cultural, e a prática do princípio de funcionamento associativo importando por isso valorizar as entidades que associem a cooperação dos municípios à sua atividade; - O Regime Jurídico estabelecido no Decreto-Lei n.º 103/2007 de 24.08, que prevê maior articulação das administrações do estado nas suas dimensões central, regional e local para uma melhor prossecução do interesse público e de objetivos estratégicos comuns; - A necessidade de fomentar a criação, produção e difusão das artes, através do incentivo a uma diversidade de áreas disciplinares e domínios de atividade; promover a articulação das artes com outras áreas sectoriais e valorizar a fruição artística, enquanto instrumento de correção de assimetrias territoriais e de desenvolvimento humano, social, económico e cultural; - As atribuições dos municípios na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio do património, cultura e promoção do desenvolvimento (art.º2.º e alínea e) e m) do n.º 2 do art.º 23.º do anexo à Lei 75/2013 de 12.09); - Que foi designado o trabalhador Pedro Saavedra como gestor do Protocolo. Propõe-se: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta de Protocolo de Cooperação e Acolhimento a celebrar com a D’Orfeu, que estabelece a forma de cooperação estratégica e adesão do município à rede intermunicipal para o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas, enquadradas em objetivos comuns e de desenvolvimento local.”

=====  
 ===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====  
 ===== “Muito rapidamente, trata-se de um contrato de quatro anos, com esta entidade. Isto vai-nos custar 6 mil euros por ano, sendo certo que a entidade se disponibiliza para organizar eventos até 9 mil euros por ano. Esta é a associação que organiza o “Festim”, o “OuTonalidades”, enfim... Aquilo de que estamos a falar é de contratualizar por quatro anos esta prestação de serviços. Muito obrigado.” =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Albino Martins. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins, do PSD.** =====

===== “A propósito da aprovação deste protocolo com que estamos de acordo por vir a enriquecer a nossa oferta cultural, permita-me Senhora Presidente uma abordagem mais abrangente ao tema. Graças ao dinamismo de mais de duas centenas de coletividades, mas também a uma agenda de eventos que os poderes autárquicos apoiam ou promovem diretamente, Oliveira de Azeméis – as freguesias e a cidade – oferece aos municípios um conjunto diversificado de atividades culturais e de animação. O caminho vem sendo percorrido de há uns anos a esta parte e, apesar de ter outra orientação política, o atual executivo já demonstrou que é capaz de compreender e dar continuidade a tudo o que de bom vinha sendo feito. Senhor Presidente da Câmara, chegar e decidir logo manter eventos como o “Mercado à Moda Antiga”, a “Noite Branca”, o “Carnaval Oliveirense”, o “Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro Terras de La-Salette”, o “Ciclo de Primavera” e outros com mais de dez anos é sinal de inteligência. Do mesmo modo, reconhecer a importância de equipamentos socioculturais como o Cine Teatro Caracas, a Biblioteca Municipal, a Galeria Tomás Costa, a Ludoteca, entre outros, e manter a sua atividade regular e constante é contribuir para o enriquecimento cultural da nossa população. Por falar em equipamentos, não posso deixar de referir a requalificação do Caracas, deixando aqui duas notas que o Senhor Presidente entenderá pertinentes ou não. Eventualmente fora de tempo. Nada que eu não tenha vindo a dizer há mais de dez anos: O Cine Teatro Caracas tem duas mais-valias importantes que não devemos deixar fugir: a acústica louvada por inúmeros artistas que nos visitam e a capacidade para quase 700 espetadores (números já consideráveis para uma sala do género). Quanto ao primeiro aspeto é preciso saber escolher quem faça bem o trabalho e esperar que ele seja bem feito; no segundo, conciliando necessidades de vária ordem, há que procurar uma solução que não reduza a dimensão da sala. Esse é um pormenor importante para a sustentabilidade do equipamento. Nos estudos já apresentados pelos técnicos há uma efetiva redução na dimensão da sala e a criação de espaços complementares, nomeadamente um auditório de pequena dimensão? Já não temos na cidade que respondam perfeitamente? Finalmente, como segunda nota, quero referir as necessidades de estacionamento sentidas à volta do Caracas em dia de espetáculos de maior dimensão. Há um terreno particular a nascente que podia ser a solução. Eventualmente, num arranjo mais cuidado, podia até dar lugar a um espaço verde com estacionamento subterrâneo. Fica mais esta ideia.” =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== “Em relação a esta intervenção vou dizer de forma muito breve que partilho de todas essas preocupações referidas em relação ao Caracas. Aquilo que está previsto é reduzirmos para menos de 500 lugares e isto tem a ver com exigências por parte do IGAC, com

questões de espaços para pessoas com deficiência, com questões de segurança, saídas de emergência... Tem a ver com o cumprimento de um conjunto de obrigações legais que nos condicionam o número de lugares que queremos implementar no espaço. Mas, aquilo que estamos a procurar é agendar, e vai acontecer muito brevemente uma reunião com a IGAC, no sentido de procurar encontrar uma solução para maximizar a quantidade de lugares que podemos ter no espaço. Estamos a procurar preservar a qualidade acústica daquele espaço que é soberba, portanto sobre esse ponto de vista temos que confiar nas equipas técnicas que estamos a contratar para o fazer. Porque nós não tínhamos projetos de especialidade contratados sequer, ou seja, não tínhamos a questão da acústica, do vídeo, do lighting a serem tratadas, e neste momento estão todas as questões a serem tratadas, sendo certo que o investimento que está previsto para o Caracas é um investimento muito acima daquilo que nós estaríamos a pensar fazer. Mas, o que importa é que se faça uma requalificação que permita que criar condições de conforto e condições de segurança, como é evidente, para que possamos desfrutar da cultura que queiramos proporcionar aos oliveirenses através, por exemplo, de protocolos como este que estamos aqui, hoje, a apresentar. Portanto, como já referi, partilho de todas essas preocupações sobre o Cineteatro Caracas, e já falei com o proprietário do terreno... É um terreno urbano, tremendamente difícil de negociar; é evidente que seria interessante intervir em todo o quarteirão, em toda a frente do edifício e seria importante também, nessa parte nascente, termos a possibilidade de resolvermos aquele problema que ali está. Vamos ver, estamos a trabalhar para isso. Muito obrigado.”

=====  
 ===== A Senhora **Presidente Assembleia Municipal** colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====  
 ===== **Ponto dez: Comissão de Toponímia – criação e designação;** =====  
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:  
 I O Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Oliveira de Azeméis, publicado no Diário da república, II série, nº 246, de 23 outubro de 2003, nos seus art.º 5º e 6º cria e define, respetivamente, a Comissão de Toponímia; I Que a mesma é composta pelo Vereador responsável pela Toponímia, o representante da Junta de Freguesia pertinente e por três representantes, a designar pela Assembleia Municipal; I Que o mandato da Comissão coincide com o mandato autárquico (nº 2, do art.º 6º do referido Regulamento); I As atribuições do município no domínio da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo – als. m) e n), nº 2 do art.º 23º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; I As propostas de atribuição de topónimos apresentados pelas Juntas/Uniões de Freguesias; Ao abrigo da al. ss), nº 1, art.º 33º; al. k), nº 2, art.º 25º e al. c), nº 1, do art.º 26º do Anexo I, do citado diploma legal; Propõe: Seja remetido ao órgão deliberativo o assunto em apreço, para a nomeação de uma Comissão de Toponímia.”

=====  
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== *“Trata-se da criação e designação da Comissão de Toponímia. Na prática é proposta pelo vereador responsável, o representante da Junta de Freguesia e três representantes a designar pela Assembleia Municipal. Cabe-vos a vocês designarem esses representantes e é isso que estamos aqui a fazer.”* =====

===== *A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Deputado Bruno Aragão, do PS.*** =====

===== *“Senhora Presidente: queria só entregar a proposta e posso lê-la, foi aprovada por todas as bancadas... Este é um esforço que temos feito neste mandato, articular sempre que há este tipo de questões, em que há nomeação de representantes por parte da Assembleia – o assunto deve ser discutido como um todo. Os grupos municipais decidiram trazer a esta Assembleia Municipal como nomes propostos: José Albino Martins, Samuel Bastos Oliveira e Susana Mortágua.”* =====

===== *Pela Assembleia Municipal foram designados para constituição da Comissão de Toponímia, os seguintes elementos: Samuel Bastos Oliveira, Albino Martins e Susana Mortágua.*

===== ***Ponto onze: Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida – Subsídios – Aprovação;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - o previsto na alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 22/2015 de 17 de março, diploma que procede à quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, 20 de dezembro, e 66 – b/2012, de 31 de dezembro, consideram-se «Compromissos Plurianuais», “os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido” - que, conforme dispõe a alínea c) do nº1 do artigo 6.º do referido diploma legal, e posteriores alterações e o artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, preconiza ainda que “ Assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica (...) acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios, está sujeita a autorização prévia do órgão Deliberativo, quando envolvam entidades da administração local.” - que foi aprovada a autorização genérica no capítulo VII “Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Genérica da Assembleia “ pontos 1.a); 1.b) e 2. do relatório orçamental de 2017, nos seguintes termos: “1.a) Ao abrigo das disposições legais enunciadas, do enquadramento efetuado e por questões de prudência e racionalidade, se submeta a aprovação da Assembleia Municipal, com o consentimento legal previsto no artigo 22º do Decreto-lei n.º197/99, de 8 de junho e ao abrigo do disposto nos artigos 6º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e posteriores alterações e artigo 12º do Decreto-lei 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, no sentido de emitir autorização genérica favorável para a assunção de compromissos plurianuais durante o ano de 2017, referentes a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico, ou em ano que não seja o da sua realização, que não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; - a assunção de*

*compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia e genérica concedida nos termos referidos só poderá efetuar-se quando, para além das condições aí previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas. 1.b) Ao fim de cada ano seja dado a conhecer à Assembleia Municipal uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida. 2. Aprovação dos compromissos plurianuais constantes do orçamento e GOP do ano 2017, nos termos e para os efeitos estatuídos no Art.º 12º do DL 127/2012 e posteriores alterações.” - que a 31 de dezembro, a lista abaixo encontrava-se vencida, não sendo possível efetuar o pagamento, dado que os requisitos legais não estavam cumpridos (falta entrega de documentos justificativos e/ou relatórios), os valores mencionados transitaram para o presente ano económico, assim tal situação e por força dos fatos retro citados originaram compromissos plurianuais.”* =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Bom, nós no final de cada ano temos a obrigação de dar conhecimento à Assembleia Municipal do conjunto de Compromissos Plurianuais que não puderam ser pagos por responsabilidade das próprias entidades. Têm aí elencado a “meia dúzia” de entidades que tinham este valor para receber, e não puderam receber por culpa própria - digamos assim, exclusivamente por sua culpa. Este valor transita para o ano seguinte.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto doze: Alteração do Plano Diretor Municipal – Adequação ao Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas – Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública – Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Presente a informação técnica com a Ref.ª I/22660/2018, de 10 de abril de 2018, da Jurista Teresa Carneiro, dando conta de que, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 a 6 do Art.º 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, decorrido o período de discussão pública há lugar à ponderação e divulgação, designadamente, através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio na Internet, dos Resultados do Período de Discussão Pública da Alteração do Plano Diretor Municipal – Adequação ao Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE). Tendo em conta ainda que, de acordo com o “Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública”, que consta em anexo à referida Informação técnica, decorrido o referido período, não se rececionou quaisquer reclamações, observações ou sugestões, pelo que não houve, por conseguinte, lugar à redação de qualquer resposta fundamentada nos termos estabelecidos no diploma supra referido. A*

versão final da alteração do Plano Diretor Municipal consiste na introdução, no seu regulamento, do artigo 53.º - A, com a seguinte redação: “Artigo 53.º - A Regularizações no âmbito do RERAE (DL n.º 165/2014) As operações urbanísticas que se enquadram no regime extraordinário de regularização de atividades económicas e cujas atividades económicas tenham obtido decisão favorável ou favorável condicionada tomada em conferência decisória podem ficar dispensadas do cumprimento, parcial ou integral, das prescrições do PDM que lhes sejam aplicáveis, nos termos definidos nas respetivas atas das conferências decisórias.”

Considerando o supra exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere o seguinte: **1.** Apreciar e aprovar o “Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública” da proposta de Alteração do Plano Diretor Municipal – Adequação ao Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE)”; **2.** Proceder à divulgação, através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e da respetiva página institucional da internet, bem como, através de afixação de aviso nos lugares de estilo, dos resultados do período de discussão pública, nos termos do n.º 6 do Art.º 89.º do RJIGT; **3.** Remeter a versão final da proposta da Alteração do Plano Diretor Municipal - Adequação ao Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE) à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo e nos termos do disposto no Art.º 90.º do RJIGT. Junta, em anexo: Informação Técnica Ref.ª I/22660/2018 Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública.”

=====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Senhora Presidente conforme disse, o nosso regulamento tem que adequar-se a este regime excepcional de regularização das atividades económicas. Foi submetido a discussão pública, não houve sugestões, observações ou reclamações. Foi feito, aqui, o relatório de ponderação dos resultados do período de discussão pública e estamos a submeter à aprovação esse mesmo relatório, para depois ser publicitado e divulgado na Comunicação Social e lugares de destino.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze: Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística de Operações Conexas – Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Presente a Informação Interna com a Ref.ª I/22218/2018, da Jurista Teresa Carneiro, dando conta de que, atendendo, à pretensão do Município de Oliveira de Azeméis em dinamizar a reabilitação urbana e promover o acesso por parte dos proprietários e outros titulares de direitos reais sobre os edifícios, localizados em Área de Reabilitação Urbana, ao quadro de apoios e benefícios definidos no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade, foi aprovado, pela Câmara Municipal, em reunião do dia 21 de dezembro de 2017, o projeto de alteração do

*Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas, que foi submetido a consulta pública, nos termos do n.º 1 do Art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo. O presente projeto de alteração do Regulamento Municipal de Taxas Urbanísticas esteve em consulta pública pelo período de trinta (30) dias úteis, a contar da data da respetiva publicação no Boletim Municipal N.º 921, de 12 de Janeiro de 2018. O mesmo foi, também, publicitado, na página institucional da internet do Município e através da afixação de editais nos lugares de estilo, para recolha de sugestões, por escrito. Durante o período de consulta pública não se verificou a apresentação de quaisquer sugestões. Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Compete à Assembleia Municipal, sob a proposta da Câmara Municipal, aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Pelo supra-exposto, cumprida a fase de consulta pública, proponho, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se delibere no sentido de: - remeter a presente alteração do Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas para aprovação pela Assembleia Municipal; - após aprovação da Assembleia Municipal, a remessa da alteração do regulamento para publicação em Diário da República, no Boletim Municipal e na Internet, no sítio institucional da Câmara Municipal.” ==*

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== “Na prática, nós temos um programa estratégico de reabilitação urbana que perdeu um conjunto de isenções e reduções para todos munícipes que façam investimentos na nossa área de reabilitação urbana. Aquilo que nós temos que fazer é incluir no nosso regulamento municipal de taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas essas isenções. Elas não estavam plasmadas e para terem eficácia elas têm que constar desse documento. Portanto, é essa a proposta de alteração ao regulamento que vos estamos aqui a submeter.” =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto catorze: Reconhecimento de interesse público municipal da empresa “Pedreira de Pizões – Inertes para a Construção Civil e Obras Públicas, Lda.” no âmbito do D.L. nº 165/2014, de 5/11 – Pedido de Certidão – Aprovação, =====***

*===== Pela Assembleia Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que : - à data de entrada do pedido se encontra em vigor o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas - RERAE, instituído pelo DL 165/2014 de 5/11 e, os requisitos previstos no seu art.º 5º; - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento da atividade, inclui uma certidão de reconhecimento de*

*interesse municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão; - compete à Assembleia Municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão; Considerando, ainda: - o exposto no Parecer Técnico I/45139/2017; - o parecer emitido pela Assembleia de Freguesia - E/9158/2018, Propõe: - que a Câmara Municipal delibere remeter à Assembleia Municipal o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da empresa Pedreiras Sacramento, S.A. nos termos identificados na a) do nº4 do art.5º do referido diploma e para os fins aí previstos.”* =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.** =====

===== *“Senhora Presidente é da vossa competência o reconhecimento do interesse público municipal das empresas e por isso nós trouxemos esta proposta. Esta empresa tem instruído um pedido e nessa perspetiva esse pedido carece desta deliberação da Assembleia Municipal.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Óscar Teixeira, Jorge Melo, Albino Martins, Bruno Aragão e Fernando Pais.* =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Óscar Teixeira.** =====

===== *“Antes de mais sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Trata-se de um problema delicado, sobretudo a nível ambiental... Estamos a falar de uma empresa que não respeita de todo as leis ambientais... Eu trago aqui alguns pontos, para não me alongar e resumir isto ao mais importante. O parecer que foi entregue à Câmara Municipal relativamente à Pedreira de Pizões, tanto por parte da Junta de Freguesia de Fajões como da Assembleia de Freguesia de Fajões, foi contra o licenciamento de ampliação da Pedreira de Pizões. Ora vejamos: é uma empresa que o seu labor acarreta vários malefícios para a população e para a freguesia de Fajões, e populações vizinhas como é óbvio. Está muito próximo e não respeita de todo as distâncias regulamentares das habitações. Existem várias habitações num raio de 100 a 150 metros. A massa populacional encontra-se a cerca de 300 metros... Estamos a falar de distâncias muito próximas à produção de betuminoso que esta empresa exerce no local. Existem outras instituições de relevo em redor desta empresa, como o campo de futebol onde dezenas de jovens praticam desporto semanalmente; existe também, no ativo um lar residencial de deficientes, que se inquietam com esta empresa devido às explosões diárias em que algumas delas não respeitam o regulamento, sobretudo em relação a horários e quantidade de explosões que se podem realizar; A enorme poeira que se cria na EN 327, que é uma das vias principais de acesso à nossa freguesia, onde por vezes, se torna difícil circular devido à grande afluência de camiões provenientes da pedreira, que danificam constantemente esta via; Fui ainda alertado na última terça-feira, por habitantes da localidade, que devido à quantidade de pó não conseguiam sequer sair para irem ao parque com filhos ou netos. Em termos de poluição, que é constante no rio que percorre a freguesia – Rio Antuã, onde no passado se faziam pescarias; onde volta e meia vimos correr nas águas combustíveis e químicos*

*que deixam um cheiro nauseabundo. Ainda há poucas semanas tivemos que chamar a GNR para que pudessem comprovar o que acabei de dizer. Eles mal saíram do carro sentiram esse cheiro nauseabundo e verificaram o que ocorria. Isto é constante, entre outras coisas mais... Demos voz ao povo e fizemos este abaixo-assinado que teve muita afluência – cerca de um milhar de assinaturas. Estas pessoas sentem os malefícios que esta pedreira traz para a freguesia. Para além de mais a Pedreira de Pizões tem avançado e já extrapola a área destinada à sua exploração. Pediu um licenciamento para poder continuar a laborar e também a sua ampliação, quando a mesma já extrapola o que já estava estipulado. Não bastando e tendo tomado conta de um caminho público da freguesia, acordou que iria realizar um novo acesso para corrigir a situação – pelos vistos nem isso continua a respeitar. Porque está a tentar apoderar-se novamente dessa extensão de caminho, em vez de o recuperar para usufruto da população que em alguns casos não consegue aceder a terrenos privados. Esta é uma atitude de “quero, posso e avanço”, sem passar cavaco a ninguém. Não foi feito nenhum pedido na Câmara Municipal, a Junta de Freguesia também não foi interpelada. Não tenho conhecimento que esta empresa tenha feito algo pelo melhoramento da freguesia, nem tem um volume de emprego considerável que nos faça reconsiderar esta situação. Assim não tem qualquer interesse público para freguesia ou para o concelho. Por tudo isto a nossa posição só poderá ser contra o licenciamento e ampliação da Pedreira de Pizões. Obrigado.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Jorge Melo, do CDS. =====*

*===== “Bom relativamente a este ponto e após análise dos dados a que tivemos acesso, constamos pragmaticamente dois transtornos: primeiro a pretensão do requerente para que lhe seja atribuído o reconhecimento público municipal, para que o mesmo possa licenciar a sua atividade extrativa e ampliação da mesma; Segundo: constatamos aqui um parecer técnico camarário que nos diz frontalmente “...não é um setor de indústria relevante para o Município de Oliveira de Azeméis e não contribui de forma significativa para a economia local”- é isto que nos diz o parecer técnico. Mas, o resultado da sua atuação emprega diretamente recursos humanos locais contribuindo para a redução das assimetrias regionais – daqui sai então um parecer favorável. Terceiro e por outro lado o parecer da Assembleia de Junta de Freguesia de Fajões, eleita recentemente e com toda a soberania, uma vez que expressa as vontades do seu povo: “...damos um sinal negativo na atribuição do interesse público municipal”. No entender do CDS/ PP o apoio à atividade industrial, da criação de riqueza é um princípio que desde sempre apoiamos. Mas, não a qualquer custo, as regras do jogo terão que estar sempre em cima da mesa. Abertas e transparentes. Neste contexto encontramos um parecer técnico mais ou menos positivo e que fica ali numa linha ténue do “nim”, e por outro lado, o parecer negativo da Assembleia de Freguesia, que expressa a opinião da população local. Perante estes dados, que estão em cima da mesa, não estaremos em condições de votar favoravelmente.”* =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Albino Martins, do PSD. =====*

=====  
 “Bom, começo por fazer referência ao Senhor deputado Jorge Melo, pois nós fizemos uma leitura bem diferente do parecer da técnica da Câmara, para além da frase que leu, lemos todas as outras e ficamos com a ideia que o parecer técnico era favorável. A nossa visão é a seguinte: efetivamente percebemos a preocupação da população; percebemos a preocupação do Presidente da Junta; damos inclusive razão às questões ambientais que são de grande importância e temos que as defender... Mas, aconselhamos o Senhor Presidente da Junta a pegar na petição que tem e não enviar apenas à Câmara, enviar à entidade competente para o licenciamento - a Direção Geral de Energia e Minas. É essa a entidade que vai decidir. No pedido de interesse municipal: a leitura que nós fizemos e a técnica também, o parecer é um parecer favorável a nível económico... é claro que as questões de nível ambiental também são importantes e devemos dar nota disso, mas estarmos a intrometer-nos e a tomar decisões pela entidade que o deve fazer acho que é errado. Por isso a nossa intenção de voto é apenas cingir-nos ao interesse municipal da exploração. Não dos problemas ambientais.” =====

=====  
 A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Bruno Aragão, do PS.** =====

=====  
 “Obrigado, Senhor Presidente, queria agradecer também os esclarecimentos do Senhor Presidente de Junta. Gostaria ainda de no próximo ponto abordar primeiro a explicação do processo pela Senhora Presidente da União de Freguesias; porque isso ajuda-nos a perceber e a posicionar sobre o ponto. Reconheço que se nesta Assembleia eu tivesse que dizer quais são os pontos mais difíceis, seriam estes dois. Porque obviamente isto mexe com dimensões muito diferentes da atividade no concelho: a atividade económica, a importância dos recursos, do emprego que gera, os impostos que gera, enfim, das sinergias... Por outro lado, o impacto que tem nas populações, o impacto ambiental, social... A declaração de interesse público é fundamental, pois é o conjunto de todas essas realidades, e aí todos nós temos dificuldade, porque cada um pesa de forma diferente. Neste sentido, e no caso deste ponto específico, a bancada do Partido Socialista, depois de analisar a documentação, do que conhecemos no terreno (após visitas) e das explicações do Senhor Presidente de Junta, da postura da Assembleia Municipal e do que é o seu sentido de aplicação: nós entendemos que a esta data não há condições para fazer o reconhecimento do interesse público municipal desta pedreira. Assim votaremos contra.” =====

=====  
 A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Fernando Pais, do PSD.** =====

=====  
 “Queria fazer uma interpelação à Mesa, porque estive a ouvir o Óscar Teixeira com atenção e de facto... Eu não tenho acesso à ata (de Assembleia de Freguesia), não constam dos documentos enviados. Creio que há uma indicação que previamente foi corrido um parecer prévio à Assembleia de Freguesia... e que essa Assembleia por maioria votou contra. Face a isto nós temos alguma dificuldade de estar a apreciar uma coisa onde se calhar estaremos a confundir coisas distintas... Uma coisa é o licenciamento por parte da Direção Geral de Energia e Minas, outra coisa é o reconhecimento de interesse público municipal. A não ser que

*tenha um instrumento técnico para lhe dizer se é ou não de interesse municipal e nesse aspeto eu tenho que me vergar à técnica que fez isto, porque não tenho outra hipótese; Outra coisa é de facto, algumas violações ambientais que serão decididas noutra sede, nomeadamente no licenciamento que será efetuado junto da Direção Geral de Energia e Minas. E por isso é que me parece que estamos aqui a falar de coisas diferentes. É evidente que esta empresa poderá ter interesse municipal e não poder laborar porque não cumpre as imposições ambientais que lhe são feitas. Mas eu gostava mesmo era de saber o que é que consta da ata da Assembleia de Freguesia de Fajões, nomeadamente, quanto ao parecer da técnica.”* =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== *“Só para dizer que este ponto já veio à Assembleia Municipal e na altura foi retirado precisamente, porque apesar de termos esse parecer técnico quisemos ter presente a informação da Junta de Freguesia. Achamos importante ouvir a Junta de Freguesia. Neste momento existe mais informação do que a que vocês tinham e que vos levou a sentir necessidade de obter informação por parte da Junta de Freguesia. Este processo é a segunda vez que cá vem e foi retirado para recolhermos essa informação.”* =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto catorze à votação, tendo sido deliberado por maioria não aprovar a proposta apresentada com a seguinte votação: - votos a favor: dez (10) do PSD; - votos contra: dezanove (19) do PS; -abstenções: dois (2) votos do PS, três (3) votos do CDS e um (1) voto do Independente. =====

===== **Ponto quinze: Reconhecimento de interesse público municipal da empresa “Pedreiras Sacramento, SA” no âmbito do D.L. nº 165/2014, de 5/11 – Pedido de Certidão – Aprovação;** =====

===== *Pela Assembleia Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - à data de entrada do pedido se encontra em vigor o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas - RERAE, instituído pelo DL 165/2014 de 5/11 e, os requisitos previstos no seu art.º 5º; - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento da atividade, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão; - compete à Assembleia Municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão; Considerando, ainda: - o exposto no Parecer Técnico I/53937/2017; - o pedido de informação formulado pela CCDRn - E/5412/2017 e consequente resposta; - informação interna I/14954/2018; - o parecer emitido pela Assembleia de Freguesia, Propõe: - que a Câmara Municipal delibere remeter à Assembleia Municipal o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da empresa Pedreiras Sacramento, S.A. nos termos identificados na a) do nº4 do art.5º do referido diploma e para os fins aí previstos.”* =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====  
 “Senhora Presidente é uma situação em todo semelhante, mas desta vez o protagonista é diferente – Pedreiras Sacramento. O pedido que é feito à Assembleia Municipal é o de reconhecimento de interesse público municipal pela atividade desta empresa.” =====

=====  
 Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Susana Mortágua, Bruno Aragão, Albino Martins e Fernando Pais. =====

=====  
 A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à **Senhora Presidente da União de Freguesia – Susana Mortágua.** =====

=====  
 “Antes de mais, boa tarde a todos. Sintam-se cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal – Dra. Helena Santos. Relativamente a este ponto como Presidente da União de Freguesias onde está sediada esta empresa - Pedreiras Sacramento, à qual se pede este reconhecimento de interesse público municipal não poderia deixar de me pronunciar, até para esclarecer algumas questões que foram tratadas no parecer emitido pela comissão que foi enviada à nossa freguesia. A Câmara Municipal enviou-nos um pedido de parecer que refletisse o impacto da atividade das pedreiras na comunidade. Na sequência deste pedido, nós chegamos a um consenso na Assembleia de Freguesias que se realizou em 21 de dezembro de 2017, em que se criou uma comissão conjunta destes dois órgãos para que, em conjunto, nos deslocássemos aos locais e às áreas mais sensíveis quanto à atividade da pedreira. Portanto, neste contacto com a população, perceber qual é o impacto (problemas e dificuldades) que esta atividade tem no dia-a-dia destas pessoas. Estes sentimentos e os problemas ficaram expressos no parecer. Depois da análise que foi elaborada, a Comissão não se opôs a que a Câmara Municipal emita a declaração de interesse público municipal das pedreiras, mas salvaguardou uma série de condições para que, de certa forma, se possa diminuir o impacto que naturalmente a atividade causa. Vou referir algumas: evidenciamos a necessidade de verificação do impacto dos rebentamentos e explosões, portanto a medição dos ruídos resultantes dessas mesmas explosões; criar condições para a não contaminação de lençóis freáticos e linhas de água; controlo do tráfego criado pela atividade; ter em conta a melhoria dos acessos circundantes; garantir uma avaliação periódica de todos os requisitos exigidos a esta atividade. Sabemos todos da importância destes equipamentos no nosso concelho e esse aspeto não pode ser ignorado, mas temos que ser muito exigentes na aplicação das medidas preventivas, na fiscalização... Em relação às questões técnicas e às boas regras da exploração da pedreira, não nos cabe a nós avaliar, nem temos competências para o fazer, mas podemos exigir que o plano da pedreira que consiste na proteção paisagística deva ter sempre subjacente a minimização do impacto ambiental na envolvente e no aproveitamento da massa mineral, e o princípio das melhores técnicas para a exploração nesses equipamentos. Exigindo também que, no final da exploração, se faça a recuperação dessas áreas. Normalmente isto é exigido pela entidade licenciadora e é exigida uma caução ao titular da licença de exploração para esse fim. Obrigada.” =====

=====  
 A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Deputado Bruno Aragão, do PS.** =====

===== *“Senhora Presidente, entendemos que é importante ouvir a população e a Assembleia de Freguesia – isto é política de proximidade. Vamos fazer o que fizemos no ponto anterior e vamos suportar o que é a posição da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia. Portanto, votaremos favoravelmente.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Deputado Albino Martins**, do PSD.* =====

===== *“Porque os cidadãos têm os mesmos direitos e por isso a nossa posição é a mesma, até porque a entidade que fez esta análise é a mesma e os problemas ambientais são os mesmos... Só chamava aqui à atenção para refletirmos todos: cada órgão tem os seus poderes – a Assembleia Municipal tem os seus, a Câmara Municipal tem os seus... Esta abertura para ouvir as Assembleias de Freguesia é importante, mas se calhar devia ter sido feito noutro momento, porque senti que as decisões foram tomadas pelas assembleias de freguesia.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Deputado Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *“Queria deixar aqui um ponto para reflexão: depois de ouvir a Susana Mortágua e depois de ouvir o Óscar Teixeira fiquei com a ideia, corrijam-me se eu estiver errado, de que as preocupações ambientais encontradas no Pinheiro da Bemposta foram exatamente as mesmas encontradas em Fajões... Já todos nós percebemos que não estamos aqui a avaliar num comportamento irregular. Eu acho que com os mesmos argumentos que a Assembleia de Freguesia de Fajões votou contra, a Assembleia da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta votou a favor com determinadas condicionantes que aqui ficaram bem expressas e foram as mesmas condicionantes que levaram a Assembleia de Fajões a votar contra. Eu penso que de facto aqui, nós devemos ter um papel, e que esta nossa deliberação não é uma deliberação de substâncias, é uma deliberação técnica. E como deliberação técnica nós temos que acreditar no relatório que é emitido pelo parecer técnico. Esta é a minha opinião. É evidente que também me desagrada a mim, a pedreira de Fajões estar a proporcionar impacto ambiental às pessoas que lá moram... eu próprio tenho residência em Fajões. Agora se a solução é vetar uma coisa, se calhar é melhor dizer “ nós votamos a favor com estas condicionantes”. Isto não tem nada a ver com as votações, cada um vota com a sua consciência mas devíamos refletir.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao **Deputado Bruno Aragão**, do PS.* =====

===== *“Só para que fique claro: quem está a tomar a decisão é a Assembleia Municipal, mas a Assembleia Municipal, entendeu ouvir as assembleias de freguesia, evidentemente porque entendia que do resultado dessa audição, podia sair a decisão ou o conforto da decisão dos diferentes membros desta Assembleia Municipal. Verificamos que dentro das bancadas há muita dificuldade na análise e votação destes pontos e somos nós, Assembleia, que tomamos esta decisão, que é suportada pelas assembleias de freguesias.”* =====

===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto quinze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada com a seguinte votação: - votos a favor: dezassete (17) do PS, dez (10) do PSD e três (3) CDS; -abstenções: dois (2) votos do PS, três (3) votos do PSD e um (1) voto do Independente. =====

===== **Ponto dezasseis: Alteração ao Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança – Início de Procedimento de Alteração – Aprovação;** =====

===== Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== Pela **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== “Este é um ponto que partiu da iniciativa da Mesa da Assembleia. Este regulamento já é muito antigo, entretanto saíram novas leis que implicam a alteração do regulamento, e como sabem este é um regulamento que tem que ser aprovado pela Assembleia Municipal. Portanto, tal como aconteceu em outros municípios, entendemos que devíamos iniciar a alteração do mesmo. Esta alteração provisória, depois de aprovada na Assembleia, vai ser emitida ao Conselho Municipal de Segurança, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara que reunirá e fará chegar este regulamento provisório para ser apreciado. Durante 30 dias estará publicamente acessível para consulta pública, ficando como consta da proposta - a Dra. Margarida Mota Ferreira, como responsável pela direção do procedimento regulamentar enquanto forem surgindo propostas. Terminado esse período o Conselho terá 3 meses, para elaborar o regulamento final e então virá novamente à Assembleia Municipal, para ser aprovado definitivamente. Relembrar que na composição houve alterações precisamente inerentes à lei e que contemplou outras instâncias e outras prioridades, para a atuação deste conselho e que caberá também à Assembleia Municipal decidir quem são os elementos da comunidade que integrarão o conselho e que poderá ser feito numa sessão posterior. Foram enviados vários documentos e informações aos líderes das bancadas; Quero lembrar que estes pontos que são iniciativa da Assembleia geralmente são trabalhados previamente, para quando chegarem à Sessão não suscitarem muitas dúvidas. Penso que com este ponto, se calhar isso não aconteceu exatamente como nós gostaríamos... Isso prende-se com o facto de as pessoas poderem estar muito ocupadas e os timings serem diferentes. De qualquer forma, não parece que haja grandes dúvidas em relação a este documento.” =====

===== Aberto o período de inscrições, foi registado o pedido de inscrição de Fernando Pais. =====

===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Deputado Fernando Pais**, do PSD. =====

===== “Só uma pequena proposta de alteração... Já falei com o Bruno Aragão e o Jorge Melo. Na composição há oito presidentes de junta/união de freguesias que devem ser eleitos de forma proporcional. Nós achamos que excluí quatro presidentes de junta, num concelho tão alargado. Nós víamos algum interesse, em vez de nos restringirmos aos oito presidentes de

*junta, incluirmos os doze presidentes de junta, pois faz mais sentido até para uma participação mais alargada.”* =====

*===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== “Uma vez que todos chegaram a esse consenso, não vejo nenhum problema, em termos de doze presidentes de junta. Também não é necessário que todos os elementos representativos estejam presentes na Comissão, mas realmente faz todo o sentido o que acabou de propor. O documento que será enviado à Comissão já retificado, onde constará a referência aos doze presidentes de junta, e todas as outras alterações que possam vir a acontecer.” =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto dezassete:** Recomendar à Câmara Municipal, que delibere a participação do Município de Oliveira de Azeméis na ANAM, designando a Presidente da Assembleia Municipal como representante do Município na ANAM e na sua ausência ou impedimento, um Secretário; =====*

*===== Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*==== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição do Senhor Jorge Paiva e Alcides Queirós. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva. =====*

*===== “Boa tarde Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Público presente, Imprensa. Venho aqui elencar duas preocupações sobre Fajões: Primeira: Escola Secundária de Fajões. Senhor Presidente da Câmara, por aquilo que como fajoense, como autarca, tenho lido e ouvido, com muita atenção as notícias sobre as obras de requalificação da Escola Secundária de Fajões, esta Escola, que tem sido um viveiro de mentes brilhantes, ao longo da sua história. No mandato anterior e, por força do Programa “APROXIMAR A EDUCAÇÃO”, o executivo anterior negociou e já foi protocolado com o Governo, na pessoa do Senhor Ministro da Educação, um protocolo em que a Escola teria uma intervenção com 85% do Governo, 7,5% da DGEST e 7,5% da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Presenciei a assinatura do ato, tal e qual centenas de outros autarcas interessados. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis também contribuiu para o Programa “APROXIMAR A EDUCAÇÃO”, projeto-piloto do Governo. A Escola de Fajões, necessita de obras urgentes, nomeadamente a retirada do amianto. A Escola Secundária de Fajões, que faz parte do Agrupamento de Escolas com o mesmo nome, em contraciclo, teve um*

*aumento de alunos, face a outros Agrupamentos do nosso concelho. Senhor Presidente, aproxima-se a passos largos, o período de inscrições para o Secundário do próximo ano letivo, que nesse conspecto, corremos o risco de vir a perder uma quota muito importante de alunos, que querem seguir cursos aí administrados. Caso as obras não avancem, não tenho dúvidas, como Fajoense e bairrista dos interesses de Fajões e da região, fico deveras preocupado em ver Fajões andar para trás. No entanto, por aquilo que ouvi da parte do Senhor Presidente da Camara, fiquei mais tranquilo, pois percebi que a sua preocupação é também um ponto de ordem da agenda diária de execução do PPI. Como Fajoense, ficaria grato, que dê seguimento a uma grande obra de requalificação, que deu trabalho a autarcas cessantes, que perceberam que as reivindicações da Escola, eram efetivamente justas. Termino desejando, que o executivo na pessoa do Senhor Presidente faça tudo o que estiver ao seu alcance para o investimento que a Escola merece, até porque o contributo da Camara é residual. Outro ponto de preocupação é sobre a Pedreira de Pizões Lda. É uma longa história, que teria que contar. Lembro que este processo, é desencadeado pela Junta de Freguesia de Fajões, na altura presidida pelo Dr. Luís Filipe, em que apresentou à assembleia de Freguesia de Fajões, uma proposta de alienação de uma parcela de um caminho, em 15/12/2003. Fez um acordo com a empresa, em 13/01/2004, recebeu contrapartidas para o efeito no valor de € 58.414,14, através de uma guia de receita “Diversos”, com um número de contribuinte virtual nº 384, por acordo escrito. A Câmara e a Assembleia Municipal, em momento algum, autorizou a alienação, mas sim a desafetação do domínio público, para o domínio público privado do município, aprovado por esta Assembleia Municipal, realizada em 29/04/2004, fará amanhã 14 anos, conforme extrato da ata da Assembleia Municipal de 29/04/2004, pág. 557 e aprovado por unanimidade. Posteriormente a empresa requereu ao município a atribuição de utilidade para a Economia do Concelho, em 23/02/2006, que esta Assembleia aprovou. Senhor Presidente da Camara, na altura barafustei, opus-me e gastei ainda cerca de € 3000,00 em Tribunal, porque a alienação estava ferida de legalidade. Senhor Presidente da Camara, não foi criada uma Comissão de Acompanhamento ao funcionamento da Central de Betuminoso? Será que essa comissão não tem atuado ou não está em funções? Será que depois de uma empresa criar condições de emprego, tal e qual a proposta apresentada na altura pelo Presidente da Junta de Freguesia e atual membro desta Assembleia Municipal Dr. Luís Filipe, investimento de milhões de euros em Equipamento, hoje opta-se por outras soluções? Será que a água que nasce de forma natural e daí o ter que seguir um percurso natural? Será que a empresa construiu, ou poderá construir se for obrigada a construir tanques de decantação, para aí as águas passarem e depositarem as areias ou inertes? Pergunto de forma ainda mais relevante. Será que outros proprietários, que até são próximos da área de incidência da Pedreira, tiveram ou têm licença para arrotearem os seus terrenos, daí escorrerem pedras e lamas, rio abaixo? Será que os terrenos que foram alvo de incêndios, cujas chamas reduziram a cinzas as centenas de hectares de terreno e com as chuvas escorrem sem qualquer proteção natural, em direção ao mar? Será que os terrenos do Centro Social – vulgo Lar Residencial do Pisão, hoje com a sua nova administração da Sta. Casa da Misericórdia de S*

*João da Madeira, onde durante anos foram depositados toda a espécie de entulho e lixo por parte da Junta de Freguesia e empreiteiros, que escorriam montanha abaixo, provocadas pela chuva ou pelas águas da represa que está instalada dentro da área territorial da IPSS. É um assunto importante, que deve ser meticulosamente apreciado. Tenho dito. Muito obrigado Senhora Presidente da Mesa da Assembleia.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Alcides Queirós.* =====

===== *“Boa tarde, sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Dra. Helena Santos. Sou um homem orgulhoso da terra onde vivo, isento, que há 34 anos não falta a uma assembleia – o que faz de mim um homem dedicado. Já o fiz a título pessoal mas nunca é demais, faço-o agora, publicamente: queria elogiar o trabalho desenvolvido pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Queria ainda felicitar os dois investidores que apostaram nas freguesias de Pindelo e Carregosa pelo investimento quantitativo e qualificativo que têm vindo a fazer nestas freguesias. São empresas certificadas, com quadros de formação ao mais alto nível... Mas a transferência de terras da freguesia vizinha para Carregosa, já atingiu mais de 1000 camiões que comportam cada um, diariamente, uma média de 40 mil toneladas – até aí tudo bem. Mas, esta afluência tem vindo a agravar, cada vez mais, o estado do piso (vias) que já não era o melhor. Já diz o ditado – “Quem estraga velho, paga novo”; penso que deveriam falar com os responsáveis... É uma chamada de atenção que deixo aqui. Obrigado.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às intervenções anteriores.* =====

===== *“Bom de forma muito breve responder à intervenção do Senhor Jorge Paiva, que agradeço: Duas correções: primeiro, os 85% não são assegurados pelo Estado, mas sim pelos Fundos Comunitários e a segunda correção é que o investimento da Câmara não é residual, são 600 mil euros. Estamos a falar de um investimento não municipal de 1.4 milhões de euros e a autarquia estaria a ser obrigada a contribuir com mais 600 mil euros, isto não é um investimento residual - é um investimento substancial. A escola de Fajões precisa de 4.5 milhões de euros de investimento; foi aceite ficar com a responsabilidade de cuidar daquela escola apenas com o investimento de 1.5 milhões de euros. Esse investimento não resolve sequer a remoção do amianto da escola, portanto não é por aí que temos garantidas as condições da atratividade de públicos para o ensino secundário. A escola só vai atrair público quando tiver respostas globais, e não é isso que vai acontecer com esta intervenção. Para mim, o que é preocupante é que não percebamos uma coisa simples: a obrigação de intervir naquela escola, e não é um terço – é do Estado. O Ministério da Educação é que tem obrigação de requalificar integralmente aquela escola e entregá-la em condições à Câmara Municipal. A partir daí, a Câmara assume as suas responsabilidades ao abrigo daquilo que está contratualizado – conservando a escola e as suas boas condições de funcionamento. É isto que nos preocupa e é isto que o Ministério da Educação não quer entender. Não vamos voltar aqui a discutir a questão da importância da requalificação da escola nem o contrato que foi assinado – estão as*

duas coisas assumidas. Importa é que durante a prolongação de um facto, que é termos 1.5 milhões de euros... na realidade não são 1.5 milhões de euros, porque tem que haver 125 mil euros da Câmara, 125 mil euros da DGES e os tais 1.275.000€ de Fundos Comunitários – são precisos perto de 2 mil euros. Quem é que assegura esses 600 mil euros? Essa é que é a questão. É isso que está a condicionar o avanço da obra, porque neste momento já temos a empresa vencedora. Nós lançamos todos os procedimentos em função dos projetos que nos foram entregues pelo executivo anterior, avançamos com o procedimento concursal. Neste momento, como já referi, temos vencedores para a Escola Ferreira da Silva e para a Escola de Fajões, o que é facto é que os valores estão muito acima dos valores que estavam previstos para a requalificação. Portanto é preciso um esforço financeiro e a autarquia não tem como. Se existisse esta possibilidade de esforço financeiro pela autarquia, esta questão nem se colocava. Agora, independentemente dessa questão, é importante que o Ministério assuma a sua responsabilidade - e por isso é que temos reunido com a Senhora Secretária de Estado, a escola hoje é do Ministério da Educação, não é da Câmara Municipal. O Ministério tem a obrigação de fazer a intervenção que permita cumprir aquilo que foi contratualizado entre as partes. A Câmara Municipal está disponível para assumir aquilo que está no contrato e o Ministério tem que estar disponível para cumprir o contrato. Até porque isso era um exercício extraordinário que permitiria provar que eu tenho razão nas minhas desconfianças... Eu sou autarca e sei como é que o Governo cumpre com a Lei das Finanças Locais, e sei que se geram algumas desconfianças em relação àquilo que é a boa vontade do Governo. Mas, eu ficaria todo satisfeito se estivesse errado e se o Governo surpreendesse e dissesse “...Não. Nós vamos assumir aquilo que são as nossas responsabilidades, vamos avançar com a obra e disponibilizar esses recursos financeiros que são necessários.”. Em relação à intervenção do **Senhor Alcides**: Revejo-me na sua intervenção. Estou disponível para fazer aquilo que o Senhor sugeriu aqui. Obrigado pela sua chamada de atenção. Muito Obrigado.”

=====  
 ===== Antes de terminar, a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

=====  
 ===== Para terminar a Sessão a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** disse: =  
 ===== “Dou por terminada esta Sessão. Desejo a todos a continuação de um excelente fim de semana. Obrigada.” =====

=====  
 ===== E não havendo outros assuntos a tratar, a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, declarou encerrada a Sessão, eram 15 horas e 30 minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.